

**Universidade Federal de Campina Grande**  
**Centro de Humanidades**  
**Curso de Especialização em Desenvolvimento Rural Sustentável**

**A EXPERIÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL NA REGIÃO  
SISALEIRA DA BAHIA: OS LIMITES E POSSIBILIDADES DOS  
CMDRS E CODES NO TERRITÓRIO DO SISAL – 1996 A 2006: O  
CASO DO MUNICÍPIO DE ARACI.**

**MANOEL MESSIAS DE JESUS CONCEIÇÃO**

**Campina Grande – PB**  
**2007**

**MANOEL MESSIAS DE JESUS CONCEIÇÃO**

**A EXPERIÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL NA REGIÃO  
SISALEIRA DA BAHIA: OS LIMITES E POSSIBILIDADES DOS  
CMDRS E CODES NO TERRITÓRIO DO SISAL – 1996 A 2006: O  
CASO DO MUNICÍPIO DE ARACI.**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRUS da Universidade Federal de Campina Grande – PB, como requisito para obtenção do grau de especialista em Desenvolvimento Rural Sustentável, sob orientação do professor Dr. Márcio Caniello.

Campina Grande – PB  
2007



C744e Conceição, Manoel Messias de Jesus.

A experiência de desenvolvimento rural na Região Sisaleira da Bahia: os limites e possibilidades dos CMDRS e CODES no Território do Sisal - 1996 a 2006: o caso do Município de Araci. / Manoel Messias de Jesus Conceição. - 2007.

162 f.

Orientador: Professor Dr. Márcio de Matos Caniello. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Especialização em Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRUS).

1. Desenvolvimento rural sustentável. 2. Desenvolvimento territorial. 3. Território do Sisal - BA. 4. Sociologia rural. 5. Agricultura familiar. 6. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF. 7. Políticas públicas - territórios. 8. Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares - FATRES. 9. Araci - BA - desenvolvimento rural. 10. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - Araci - BA. I. Título. II. Caniello, Márcio de Matos.

CDU: 316.334.55(043.1)

**Elaboração da Ficha Catalográfica:**

Johnny Rodrigues Barbosa  
Bibliotecário-Documentalista  
CRB-15/626



Biblioteca Setorial do CDSA. Novembro de 2022.

Sumé - PB

**MANOEL MESSIAS DE JESUS CONCEIÇÃO**

**A EXPERIÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL NA REGIÃO  
SISALEIRA DA BAHIA: OS LIMITES E POSSIBILIDADES  
DOS CMDRS E CODES NO TERRITÓRIO DO SISAL – 1996  
A 2006: O CASO DO MUNICÍPIO DE ARACI.**

Monografia apresentada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ /2007.

**BANCA EXAMINDORA**

---

Prof. Dr. Márcio Caniello  
Orientador

---

Prof. Justino José Filho

---

Profa. Fernanda Leal

CAMPINA GRANDE – PB  
2007

## RESUMO

Este trabalho apresenta a contribuição das estruturas sociais representativas do segmento da agricultura familiar na composição dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável na eficácia da implementação do *PRONAF infraestrutura e serviços* e a contribuição deste Programa na formação ou ampliação da rede de relações entre o Estado e sociedade através da participação efetiva das organizações e dos diversos atores políticos e sociais. Enfoca a agricultura familiar e aponta indicativos sobre a confluência entre programas/políticas públicas e o *PRONAF infraestrutura e serviços no município de Araci* e da região do sisal na Bahia. Aborda o papel das organizações representativas do segmento agricultura familiar na elaboração, formulação, aprovação de propostas e eficiência no acompanhamento da gestão e execução dos recursos públicos para o desenvolvimento rural local e especificamente para a implementação do *PRONAF*. Finalizando, discute a implementação das políticas de desenvolvimento territorial a partir da política da SDT no Território do Sisal referentes aos recursos do *PRONAF na região* e a contribuição deste Programa nas estratégias de desenvolvimento adotadas no Plano Municipal de Desenvolvimento Rural de Araci e do Plano Desenvolvimento Territorial. Nessa perspectiva notou-se que a existência sólida das diversas organizações foi importante na apropriação de políticas públicas por grande parte do segmento agricultura familiar local quanto regional. Entretanto, diversos limites têm dificultado a implementação do *PRONAF* no Território do Sisal ou impedindo a gestão dos recursos para atender parte significativa de agricultores familiares. Entre as principais limitações destaca-se a alta concentração fundiária, o baixo dinamismo econômico da região e a existência de uma cultura política clientelista.

**Palavras-chave:** Participação Social - Agricultura Familiar - PRONAF - Desenvolvimento Local e Territorial - Políticas Públicas.

## **SIGLAS**

FATRES – Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares  
MOC – Movimento de Organização Comunitária  
APAEB – Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira)  
FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura  
SEMPLETEC - Secretaria de Estado do Planejamento e da Ciência e Tecnologia  
IGDS – Índice Geral de Desenvolvimento Social  
PMDR – Plano Municipal de Desenvolvimento Rural  
ADESA - Associação de Desenvolvimento Econômico e Social de Araci  
ÚNICA – União das Associações Comunitárias de Araci  
CAR – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional  
SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia  
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

## SUMÁRIO

1.Introdução .....	09
CONTEXTO HISTORICO, ECONÔMICO E SÓCIO-POLITICO DA REGIÃO DO SISAL .....	12
1.1. Formação do capital social da região .....	12
1.2. Criação da FATRES .....	15
1.2.1. Missão da FATRES .....	17
1.2.2. Objetivos da FATRES .....	17
1.2.3.Estrutura político – administrativa .....	18
1.2.4. Municípios que formam o Pólo Sindical/FATRES .....	18
1.2.5. Resumo da experiência da FATRES .....	20
1.2.6. Relações com outras organizações e redes .....	21
1.2.7. Relação com o público-alvo .....	22
1.2.8.Situação atual .....	22
1.2.9. A FATRES no processo de criação do território .....	23
2. CARACTERIZAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE ARACI ..	23
2.1. Histórico .....	23
2.2. Formação Administrativa .....	23
2.3. Da localização do município .....	24
4. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ECONÔMICAS .....	25
4.1.O processo de povoamento .....	25
4.2 População e taxa de Crescimento .....	27
4.3 – Renda e População Ocupada .....	29
4.4. Moradia e Saneamento .....	33
4.5. Escolaridade e Trabalho Infantil .....	34
4.5. Índice de Desenvolvimento Econômico/Programa Faz Cidadão .....	36
4.6. Índice de Condições de Sobrevivência/Comunidade Solidária .....	39
4.7. A Estrutura Fundiária .....	41
4.8. Principais Produtos da Agropecuária e Valor da Produção .....	41
5. A AGRICULTURA FAMILIAR DE ARACI .....	43
5.1. Diagnóstico Rural Participativo de Agroecossistemas .....	43
O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E OS PROCESSOS SOCIAIS EM ARACI .....	53
6. Atores políticos do movimento social em Araci .....	53



6.1. Atores políticos do movimento social em Araci .....	54
6.2. Outras Organizações da Sociedade Civil .....	60
6.2.1. O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais .....	60
6.2.2. Os Partidos Políticos .....	61
6.2.3. As Associações Comunitárias .....	64
6.2.4. A Cooperativa de Crédito Rural .....	66
6.2.5. A Associação Comercial dos Agricultores dos Familiares .....	68
6.2.6. Os Conselhos Municipais e Comissões Gestoras .....	69
6.2.7. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural .....	71
7. O PROCESSO DE INSTITUIÇÃO DO CMDR .....	74
7.1. Funcionamento do CMDR, Composição e Representações .....	76
<b>A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO</b>	
<b>RURAL DE ARACI .....</b>	<b>86</b>
8. Criação do PMDR .....	86
8.1. Objetivos e Estratégias do PMDR .....	86
8.1.1. Organização da Produção .....	87
8.1.2. Associativismo e Cooperativismo .....	88
8.1.3. Infra-Estrutura Sócio-Econômica .....	89
8.1.4. Capacitação e Profissionalização .....	89
8.1.4.1. PRONAF infra-estrutura e serviços .....	89
8.1.4.2. PRONAF e Crédito Rural .....	90
8.2. Estratégia de Financiamento .....	90
<b>PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL SUSTENTÁVEL .....</b>	<b>92</b>
9. Desenvolvimento Local .....	92
9.1. Mecanismos de participação social .....	93
9.2. A participação democrática .....	94
<b>PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DO TERRITÓRIO DO SISAL .....</b>	<b>99</b>
10. O Sisal .....	99
10.1. O papel da APAEB de Valente no Território .....	101
10.2. Contexto Histórico .....	102
10.3. Municípios que integram o Território do Sisal .....	105
11. SOBRE A INSTITUCIONALIDADE DOS CMDRS DA REGIÃO DO SISAL .....	107
<b>TERRITÓRIO DO SISAL - DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL .....</b>	<b>111</b>
12. Desenvolvimento Territorial .....	111

12.1. O território como ator de transformações sociais .....	111
12.2. O processo de criação do CODES .....	114
13. CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO TERRITÓRIO DO SISAL ..	114
13.1. Dois mil mutilados .....	116
13.1.1. Segurança e saúde .....	116
13.1.2. Processo produtivo .....	117
13.2. Caracterização Sócio-econômica .....	117
13.3. Capital Social .....	119
13.4. Experiências no Território do Sisal .....	120
13.4.1. APAEB – Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente...	120
13.4.2. MOC – Movimento de Organização Comunitária .....	121
13.4.3. STR's – Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares .....	122
13.4.4. ARCO Sertão – Agência Regional de Comercialização do Sertão da Bahia...	122
13.4.5. ASCOOB – Associação das Cooperativas de Crédito da Agricultura Familiar.....	122
13.4.6. COOPERJOVENS – Cooperativa de Jovens da Região do Sisal .....	123
13.5. Aspectos Econômicos Regional e Municipal .....	125
13.6. Planejamento e Gestão das Políticas Territoriais – O PTDRS .....	125
13.6.1. Participantes das oficinas de construção do PTDRS .....	127
13.6.2. Localização do Território do Sisal .....	132
13.6.3. Missão do COES .....	132
13.6.4. Princípios do CODES .....	132
13.6.5. Entidades Integrantes do CODES SISAL .....	133
14. Mobilização coletiva e o incentivo à participação na gestão das políticas territoriais.....	134
15. Considerações finais .....	137
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	146
ANEXOS .....	154

## INTRODUÇÃO

A necessidade de implementar no Brasil uma política de valorização das ações de desenvolvimento voltada para o segmento rural, tem crescido nos últimos anos, por conta da internalização de vários modelos de gestão, e por perceber a precária e a falta de estrutura de novos espaços públicos de construção do diálogo e tomada de decisões que propicie o exercício efetivo da cidadania. Historicamente, as políticas públicas têm sido desenvolvidas de forma excludente, quando seleciona propositalmente os seus beneficiários. *“O recente direcionamento de políticas destinadas ao fortalecimento da agricultura familiar, vem como resposta do Estado a um modelo de desenvolvimento que determinou a exclusão social daquele setor, quanto ao reconhecimento das potencialidades da agricultura familiar, enquanto geradora de renda e emprego no meio rural em um contexto de aumento do desemprego”*. (Cabanilha, 2000). Nesse sentido, a pressão das diversas organizações representativa dos agricultores familiares e trabalhadores rurais impulsionada pelas Federações e Confederações de trabalhadores rurais, contribuíram decisivamente na formulação de políticas para o setor rural. (Relatório da Contag, 2001).

De acordo com os estudiosos, os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável são na verdade, espaços e fóruns de discussões e decisões políticas sobre o rumo e os caminhos e investimentos dos recursos que podem ser seguidos para melhorar as condições de vida da população rural, como forma de corrigir déficits de desigualdades tão gritantes nas diversas regiões do país (Schneider, 2004). Assim, esses conselhos se constituem em instrumentos de participação dos cidadãos na defesa de seus direitos e no verdadeiro exercício da prática permanente do diálogo e na influência no poder de decidir e aplicar diretamente os investimentos de desenvolvimento (Gohn, 2003). Esses conselhos, são constituídos de agricultores familiares, trabalhadores rurais de vários ramos, das mais diversas camadas, ligadas ao setor agrário, representantes do poder público, iniciativa privada e de entidades parceiras, que expressam seu desejo de contribuir com a construção da transformação social. Agindo permanentemente de forma qualificada, podem aumentar a cobrança pela transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos, nos diversos municípios, palco e arena da politicagem, do apadrinhamento e clientelismo político. Das velhas práticas de gestão do desenvolvimento. Constituem-se de certa forma,

espaços privilegiados para a construção e exercício da cidadania e podem contribuir para romper velhas barreiras e abrir novas perspectivas para o desenvolvimento local (Schneider, 2004).

Porém, em meio às pressões de várias autoridades, no ato de publicação da lei que normatiza e orientava a constituição desses conselhos, muitos deles, nasceram fruto dessa exigência dos governos federal, estadual, municipal e das instituições financiadoras de programas governamentais, com propósito de obedecer à exigência da lei Decreto Presidencial nº. 1.946, de 28/07/96, que destina e disciplina o uso dos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf (Abramovay, 1998 ). Dessa forma, várias experiências demonstram, que sem a participação dos trabalhadores em todo processo, não adiantaria muito e os resultados são muitos poucos comparado ao salto de qualidade quando os atores são envolvidos. Diante disso, muitos conselhos foram criados sem a devida mobilização e articulação, preparação e formação dos seus membros, bem como, da definição do papel tanto do conselho, como dos conselheiros, como forma de melhor qualificar a interação dos atores sociais à própria sociedade (FATRES, 2005). Em muitos casos, os conselhos só servem para aprovar os recursos do Pronaf infra-estrutura utilizando-se das formas mais arbitrárias possíveis, visando apenas viabilizar o recurso para o município, deixando a cabo da responsabilidade única do gestor público, que acaba priorizando o apradrinhamento político e estimulando as práticas assistencialistas, contribuindo para a má gestão das políticas de desenvolvimento (Abramovay, 1998).

A experiência revelada através dos estudos feitos e na expressão da própria fala dos conselheiros envolvidos diretamente com as ações dos municípios, denota a entender que não basta apenas criar conselhos de forma aleatória sem as devidas orientações (FATRES, 2005). Que os arranjos institucionais existentes estimulem a participação coletiva e estimulem sobretudo a organização dos cidadãos para que possam aos poucos ir criando assumindo sua identidade política e provocando as mudanças de atitudes que sejam capaz de nortear as relações e promover a construção das negociações sadias que visem a consecução do aporte de conquista de investimentos visando promover o desenvolvimento da população carente. Contudo, os conselhos precisam ter condições efetivas de desempenhar o seu papel enquanto instrumento norteador do entendimento sobre a qualificação dos processos de participação dos agentes de transformação - os atores políticos, tanto da sociedade civil como poder público, sempre lançando mão da reflexão dos processos históricos aguçando um olhar

de projeção e de transformação social, que ajudem à população carente a se encontrar enquanto sujeito capaz de gerar conhecimento e independência a partir da participação democrática. Nesse sentido, é fundamental que os conselheiros compreendam a sua função e desenvolvam as práticas da argumentação, do diálogo, da negociação.

Trata-se portanto, de desenvolver um processo formativo de educação mesmo, voltado para a cidadania, para a participação de qualidade que resgate as lutas da sociedade por acesso às políticas públicas, aos direitos sociais, à cidadania – um processo de construção social – que envolve muito exercício de formação e aprendizagem, objetivando sempre o fortalecimento da sociedade civil como forma de qualificar sempre novas lideranças capaz de dá continuidade às discussões e ao efetivo exercício da cidadania.

Diante da fragilidade dos CMDRS, por conta de sua concepção histórica na região, esses conselhos, tornavam-se, em muitos casos, incapaz de mobilizar, articular e sensibilizar os agricultores familiares e demais atores envolvidos, para pensar alternativas e discutir as políticas públicas necessárias, e assim, ajudar a resolver os diversos problemas existentes. Frente a esta situação, muitas dúvidas e questionamentos foram surgindo sobre o papel do CMDRS e de seus conselheiros, ao longo do processo de consolidação de sua estrutura e ação, a ponto de colocar em cheque a contribuição desses conselhos na efetiva construção do Desenvolvimento Rural Sustentável no Território do Sisal - região do semi-árido da Bahia. De modo que, percebeu-se a existência de um apelo dos atores envolvidos para que o conselho respondesse as principais demandas em questão, (papel do CMDR a partir da existência do Colegiado Regional, demandas de projetos e recursos, estrutura local, entre outros), bem como a acreditar na possibilidade da constituição de um espaço político que possibilitasse de fato, o exercício do diálogo entre sociedade civil organizada e poder público, e que possam em conjunto fazer a defesa da cidadania.

A formação de capital social no sertão baiano fez com que novas correlações de forças sociais emergissem e estabelecessem uma dinâmica de organização econômica mais includente. Os pequenos agricultores sertanejos tornaram-se sujeitos de um processo do qual eram vítimas, procurando na revitalização da produção sisaleira o início de um outro projeto, mais amplo, de revitalização do território.

A Região do Sisal, que pelos dados da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional de 1994 era composta por 27 municípios (CAR, 1994), sofreu as conseqüências mais perversas com a desestruturação da base econômica: as áreas cultivadas foram destruídas e transformadas em pastos; as famílias de trabalhadores do sisal ficaram desoladas e acabaram rendendo-se à sanha dos atravessadores, como única alternativa de comercializar a fibra.

Por outro lado, com a transferência dos grandes fazendeiros para a pecuária, o sisal passou a ser cultivado basicamente por pequenas propriedades familiares espalhadas pela região, entre 5, 20 e 50 ha, e como a questão ambiental se tonou uma variável relevante para o núcleo do novo paradigma produtivo nos anos 90, rompendo com o padrão produtivista anterior, uma reestruturação do espaço rural, com base em formas alternativas de exploração desse potencial sisaleiro remanescente, começa a fazer parte de experiências de organização popular, que apontam possibilidades de articulação dinâmica entre a pequena produção rural familiar e a geração de emprego e renda.

## CAPITULO I

### 1. CONTEXTO HISTORICO, ECONÔMICO E SÓCIO-POLITICO DA REGIÃO DO SISAL

#### 1.1. Formação do capital social da região

Observando a história do Brasil nota-se que o povo tem sido deixado de fora do processo de construção das políticas de desenvolvimento do país, bem como das tomadas de decisões que implicaram significativamente na mudança de melhoria das condições de vida da população carente. De modo que é bastante notório o esforço do povo para conseguir driblar as ordens estabelecidas e conseguir pressionar os governantes e colocar em pauta as suas reivindicações. Não são poucos os exemplos das mobilizações, revoltas e movimentos que surgiram no sertão, justamente por conta da necessidade de manter uma luta permanente em defesa dos direitos. Na região do sisal não foi diferente, nos idos do ano de 1960, surgiram vários movimentos ligados, principalmente à Igreja Católica, trazidos e incentivados pelos padres italianos, a exemplo do Padre Luciano, que atuou na região, mais precisamente no município de Valente (APAEB, 1993). Apoiado pela população das comunidades rurais buscavam transmitir ideais religiosos fazendo o trabalho de discussão da realidade e conscientização das pessoas, especialmente os trabalhadores rurais e agricultores familiares dessa região, a buscar melhores condições de vida, desenvolvendo as primeiras técnicas de convivência com o semi-árido. Isso foi se intensificando cada vez mais e assim formando as bases para o surgimento das diversas organizações sociais presentes na região. É criado o Movimento de Organização Comunitária o MOC com sede em Feira de Santana mas com atuação na região, atuando também no processo de discussão das políticas de convivência com seca e discursos dos políticos, investindo principalmente na formação comunitária. (Nascimento, 2000). A partir daí surgem as lutas de trabalhadores para tomar os sindicatos de trabalhadores rurais das mãos dos patrões e políticos da época, surge a Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia – APAEB, fruto também dessa articulação regional e local.

A organização social da região advém da ocasião em que era incentivada a organização do trabalho coletivo através dos mutirões, bois roubados<sup>1</sup>, e outras

---

<sup>1</sup> Nome que refere-se as atividades desenvolvidas coletivamente nas comunidades rurais do nordeste, essa atividade é geralmente articulada por um amigo da família da pessoa que está precisando de ajuda

atividades desenvolvidas coletivamente. Isso acontecia mesmo durante a *ditadura militar*, e como essas atividades eram proibidas em muitos momentos o povo costumava reuni-se nas cozinhas dos amigos e vizinhos, nas casas de farinha como forma de disfarçar, pois a solução era reuni-se escondidos da polícia por conta dos atos de repressão que estavam acontecendo no país. Dessa forma, como se refere à Regina Festa e Carlos Eduardo 1986, quando salientam que a articulação e a comunicação popular acontecia a partir da capacidade de articulação das forças de oposição e da organização dos movimentos sociais de base, em torno dos projetos históricos das forças de opressão a favor dos trabalhadores no interior do nordeste. O surgimento dos movimentos sociais a partir da reação da população ecoou como alternativa de lutar pela construção de uma sociedade mais justa para todos:

*Os movimentos sociais não ocorrem por acaso. Eles têm origem nas contradições sociais que levam parcelas ou toda uma população a buscar formas de conquistar espaços democráticos negados pela classe no poder. Essas contradições são as que geram processos de resistência em momentos de repressão social, de convergências históricas em momentos de acumulação de forças por parte das oposições, ou de desarticulação dessas mesmas forças quando as condições internas que as geram encontram-se incapazes de articular uma alternativa histórica. Portanto, os movimentos sociais existem em sociedades tensionadas por conflitos de interesses entre as classe sociais. Nesse sentido, os movimentos sociais estruturam-se de acordo com a conjuntura, com interesses de grupos específicos, classes ou extrações de classes e em torno de projetos alternativos de sociedade. (Regina Festa e Carlos Eduardo, 1986, 11).*

Os atos de resistência do povo em resposta a ditadura militar nos anos 70, onde a palavra resistir era a palavra de ordem daquele momento em função dos atos arbitrários dos militares a exemplo da instituição do Ato Institucional nº 5, promulgado em dezembro de 68. Considerado um dos atos mais grave dos militares, AI-5 suspendia as garantias constitucionais e instalou efetivamente no país a ordem marcial a cargo da Força Nacional de Segurança, com isso, motivou a criação nos diversos pontos do Brasil, dos espaços e instrumentos de participação social (Oliveira, 2003). Com tudo, na região não era diferente, embora se notasse um crescimento da economia num plano

---

para executar tarefas coletivas, ex., fazer plantações, limpar terra, construir casa. Mobilizar-se as pessoas e sem a família saber chegam todos cantando as 2 horas da manhã e ali enquanto os homens vão trabalhando das mulheres preparam a comida, essa atividade é considerada uma manifestação da cultura popular das comunidades rurais já bastante rara.



mais geral, o poder político estava bastante dividido: se tinha de um lado os privilégios para poucos que gozavam até se fartar e de outro a sociedade carente, empobrecida encouraçada, privada de usufruir dos recursos públicos fruto do suor e imposto de todos. Como afirma Vinícius Caldeira Brant no livro *São Paulo: o povo em movimento*, o Estado nessa época se esforçava excessivamente para eliminar as forças e oposição, dos movimentos sociais, das instituições da sociedade civil organizada, que punia qualquer ato da sociedade civil com represália: perda de emprego, cassação de mandato principalmente sindical, expulsão, intervenções em associações e demais entidades, prisão, tortura, censura e muitos outros. Por conta disso, surge uma série de movimentos e iniciativas sociais de resistência, com características diferenciadas, reivindicando espaços, criando fóruns de discussões. A exemplo nesse período do papel das Comunidades Eclesiais de Base – CEB's, apoiadas pela Igreja católica se espalham nos campos e nas cidades do país inteiro e chega até a região do sisal. As pessoas reunidas pela fé cristã, principalmente as mais simples, o trabalhador rural, a dona de casa, os jovens, os operários, os lavradores e muitos outros, ficavam conhecendo os motivos de tantas injustiças sociais a partir da reflexão da leitura do próprio Evangelho e comparado com a realidade que o cercava e a partir daí, desperta para as potencialidades de mudança e transformação social; surge o movimentos das mulheres trabalhadoras, as associações de moradores/comunitárias, movimentos negros, de trabalhadores rurais.

Participando das diversas formas de manifestação a favor da vida e melhorias de condições dignas de sobrevivência, a sociedade civil da região do sisal cria o alicerce para a consolidação dos atores políticos e sociais de mudanças. Iniciativas surgidas em função das más condições e de abandono da região pelos governantes. Foram instituídos, dessa forma, os instrumentos de reivindicação e construção das proposições políticas – as organizações da sociedade civil, tornando muito mais propício para o momento, articular as políticas públicas de investimentos e desenvolvimento sustentável do governo federal.

## **1.2. Criação da FATRES**

Atos que antecede o ano de 1996, comprovam as discussões feitas entre diversas lideranças ligadas ao movimento sindical de trabalhadores rurais da região do sisal que articulam-se com propósitos de criar uma instituição de representatividade regional ligada ao seguimento representativo dos trabalhadores rurais, visto que a atuação da federação (FETAG) não correspondia a representação da região nos eventos

deliberativos. Após exaustivo processo de debate entre diversas lideranças em 15 de Maio de 1996, foi criado o Pólo Sindical da Região do Sisal que mais tarde agrega o nome de fundação, ficando Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais da Região do Sisal (FATRES), é uma sociedade civil, sem fins econômicos, de natureza beneficente, considerado de utilidade pública municipal e estadual constituída e direcionou sua atuação para os trabalhadores rurais e agricultores familiares, tendo ainda, como *foco estratégico de ação* para o alcance de seus objetivos institucionais, os dirigentes e lideranças da sociedade civil, no sentido, de um lado, fortalecer diretamente as organizações, mobilizá-las e articulá-las para fazerem frente às questões sociais atinentes à realidade rural da região (inicialmente seca, os trabalhadores mutilados do sisal – campanha 1 milhão de mutilados, aposentadoria, erradicação do trabalho infantil, acesso a terra, dentre outras). De outro lado, articular-se com outros movimentos sociais da região para o desenvolvimento de processos sociais voltados à mudança da realidade social da Região do Sisal (FATRES, 2004).

A FATRES também considerou como questão política estratégica a construção de uma *cultura política democrática e participativa*, que possa se expressar pelos instrumentos políticos do voto, a compressão da cidadania (ao invés de direito de ter direito – visão estritamente liberal porque exclusivamente formal-legal) como uma questão de luta pelo ACESSO e EXERCÍCIO dos direitos civis, políticos e sociais. E isso no contexto do semi-árido diz respeito a: acesso a terra, água, assistência técnica e extensão rural, crédito, serviços públicos de qualidade (saúde, educação, cultura, esporte e lazer, dentre outros) e, de modo *indispensável*, pela possibilidade legal e real da sociedade civil definir, juntamente com as diversas esferas do poder, as *políticas setoriais* destinadas aos vários setores da sociedade (Veiga, 2003).

Trata-se, por assim dizer, de tentar contribuir para que se concretize – ainda que no nível micro do Nordeste-Bahia-Região Sisal – experiências e iniciativas efetivas de cultura política cidadã local/regional tendo como fundamento as oportunidades *de aprendizagens políticas voltadas para a criação de políticas setoriais, que quiçá possam vir a se constituir* num trampolim para que os nelas envolvidos aprendam a conhecer, discutir, sistematizar, formular, propor, negociar/reivindicar/pressionar os poderes públicos na perspectiva de construção de políticas públicas (FATRES, 2004).

Tal a importância e razão – na região semi-árida - da sua estratégia político-pedagógica de formação/capacitação, mobilização e articulação dos representantes dos agricultores familiares para participar nos processos orçamentários local-estadual, nas

políticas regionais, nos Conselhos Gestores municipais, nas Comissões Paritárias e em todas as instâncias em cuja participação possa contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar semi-árida.

Nessa perspectiva, a partir do lugar político-social que as lideranças optaram por ocupar, acredita-se poder contribuir na perspectiva de políticas públicas que efetivamente beneficiem os agricultores familiares e ajudem no combate à exclusão social e à convivência com o semi-árido.

Nessa perspectiva, a partir do lugar político-social que optou por ocupar, acredita-se poder contribuir na perspectiva de políticas públicas que efetivamente beneficiem os agricultores familiares e ajudem no combate à exclusão social e à convivência com o semi-árido. No ano de 2004 a FATRES visando acompanhar as mudanças que vinham ocorrendo no campo da agricultura familiar e nas políticas voltadas para o setor rural no país, reorganiza sua estrutura organizativa acrescentando em sua razão social a denominação agricultura familiar, ficando Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares da Região do Sisal e Semi-árido da Bahia (FATRES, 2004).

### **1.2.1. Missão da FATRES**

*Contribuir para a construção do desenvolvimento social e ambientalmente sustentável, voltado para a melhoria das condições sociais de vida dos agricultores/as familiares da região semi-árida da Bahia, visando a sua permanência na unidade produtiva familiar numa perspectiva de fortalecimento da agricultura familiar.*

### **1.2.2. Objetivos da FATRES:**

- Articular as entidades representativas dos agricultores familiares da Região Semi-árida da Bahia para a construção do Desenvolvimento Local/Regional Sustentável;
- Mobilizar os agricultores familiares da Região Semi-árida para participarem nas Políticas Públicas setoriais Local/Regional/Estadual e Nacional;
- Assessorar as entidades representativas dos agricultores familiares da Região Semi-árida nos seus Processos de: planejamento, avaliação e monitoramento das ações; sucessão eleitoral; reflexão para acesso a terra/água/crédito/ATER, serviços públicos de educação, saúde, cultura, esporte e lazer de qualidade; qualificação técnico-pedagógica dos agricultores familiares para incorporarem novas técnicas de plantio e criatórios, de relação, preservação ambiental e manejo ecológico da caatinga; processo de

organização social para produção, beneficiamento e comercialização dos produtos, dentre outros;

- Apoiar os agricultores familiares e suas entidades representativas da Região nas lutas por melhoria das condições sociais de vida da população;
- Divulgar as diversas experiências alternativas de fortalecimento da agricultura familiar que vem sendo desenvolvida na região semi-árida da Bahia (FATRES, 2004).

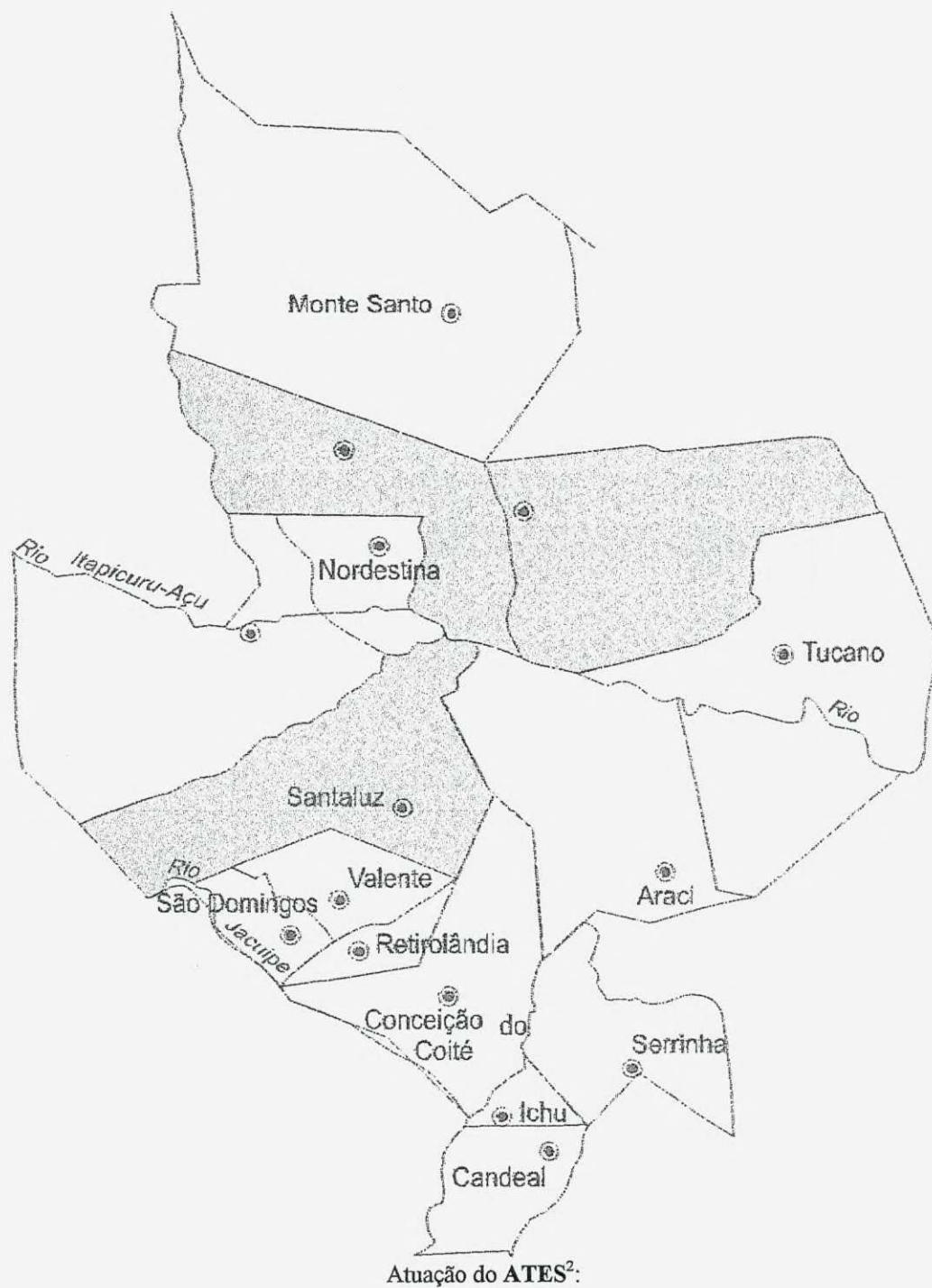
### **1.2.3. Estrutura político - administrativa**

A proposta político-pedagógica de implementação dos trabalhos da FATRES realiza-se, sobretudo, por meio de quatro secretarias intercomplementares e um departamento:

- a) Secretaria de Formação e Políticas Sociais;
- b) Secretaria de Política Agrícola, Agrária e Meio Ambiente;
- c) Secretaria de Mulheres;
- d) Secretaria de Jovens;
- e) Departamento de Educação

### **1.2.4. Municípios que formam o Pólo Sindical/FATRES**

- Araci
- Candeal
- Cansanção
- Conceição do Coité
- Ichú
- Monte Santo
- Nordestina
- Queimadas
- Quijingue
- Retirolândia
- Santa Luz
- São Domingos
- Serrinha
- Tucano
- Valente



<sup>2</sup> Programa de Assessoria Técnica Social e Ambientalmente Sustentável na área de assentamento, financiado pelo INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

### 1.2.5. Resumo da experiência da FATRES

a) **Secretaria de Formação e Políticas Sociais.** Busca assegurar a qualidade da formação política dos agricultores familiares, atualizando-os para poderem representar e exercerem os seus papéis políticos frente às principais questões conjunturais. Por outro lado, essa secretaria tem o papel político de organizar e articular politicamente na luta pelas mudanças sociais comuns à região semi-árida da Bahia.

b) **Secretaria de Política Agrícola, Agrária e Meio Ambiente.** É responsável pelo processo de organização da luta pelo acesso à terra na região, sendo responsável pela mobilização e articulação política regional na viabilização dos vários assentamentos existentes na região. Tem a finalidade de acompanhamento e representação política – conjuntamente com os agricultores familiares assentados - dos assentamentos no processo de discussão e negociação com os poderes públicos e parceiros locais. Responsabiliza-se ainda pela articulação e coordenação dos agricultores familiares regionais nas lutas pelas políticas agrícolas e agrária e ambiental.

c) **Secretaria de Mulheres.** Atua em parceria com as Secretarias sindicais de mulheres e com o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais buscando fortalecer a participação das mulheres na luta pela melhoria das condições sócias de vida e na organização social das mulheres ao nível local e regional. Organizando as mulheres para fazerem frente às questões como as desigualdades nas relações entre homens e mulheres, no combate à discriminação e a violência contra a mulher, na discussão e denúncia à dupla jornada de trabalho, bem como refletindo propostas que possam conduzir à igualdade nas relações sociais de gênero. Outra forma de atuação desta secretaria diz respeito ao estabelecimento de parceria com o MOC – através do programa de Gênero – para assessoria ao processo de planejamento das ações.

d) **Secretaria de Jovens.** É responsável pelo incentivo a participação e organização política juvenil da região para inserirem-se nas diversas experiências sociais. Apoio e criação de oportunidades formativas ou não que favoreçam o surgimento de iniciativas juvenis protagônicas e de empreendedorismo juvenil. Formulação de Políticas específicas de/com a juventude do campo para fortalecimento do Movimento Sindical na perspectiva de resgate dos valores e origens e reconhecimento da identidade de camponês. Atuar, nas ações de interesse da juventude, filhos de trabalhadores rurais e de agricultores familiares, em parceria com as secretarias de jovens das entidades filiadas, na perspectiva de implementação de projetos e ações geradoras de oportunidades de trabalho e renda de juventude.

**e) Secretária de formação política, qualificação profissional e educacional.** Fomentadora de discussões regionais sobre o modelo de educação implantado no meio rural na perspectiva de contribuir para a construção e implementação de políticas públicas de educação (gratuita e de qualidade) que reconheçam as especificidades sóciopolíticas, econômicas, culturais no Território do Sisal. É responsável por dirigir o trabalho de formação político-profissional e educacional dos trabalhadores rurais e agricultores familiares; Coordenar e orientar as políticas de formação, qualificação profissional e educacional junto às entidades filiadas da região; Representar-se nos espaços de discussões de políticas de formação, qualificação profissional e educacional junto a organizações governamentais e privados, que desenvolvam e/ou venham a implementar ações de natureza formativas; Atua junto às secretarias de formação dos Sindicatos (FATRES, 2004).

Essa *nova visão política* compreende a FATRES como um aglutinador de forças políticas locais e regionais que seja capaz de responder aos desafios postos para os agricultores familiares da região semi-árida. Além do que a FATRES tem sido uma referência política para as demais regiões que vem tendo dificuldades em acompanhar/propor políticas de resolução das questões sociais na região (FATRES, 2004).

#### **1.2.6. Relações com outras organizações e redes**

A FATRES integra e mantém relações com inúmeras organizações locais (STRs, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), Cooperativas de Crédito Rural, Igrejas, APAEBs), regionais (MOC- Movimento de Organização Comunitária, CEDITER- Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra, ASCOOB- Associação de Apoio as Cooperativas de Economia Familiar, Pólos Sindicais Rurais das Regiões do Paraguaçu, Feira de Santana, Sr. do Bonfim, Chapada, Alagoinhas, Amargosa, Cícero Dantas, CEAIC- Centro de Apoio às Associações Comunitárias, ADS - Agência de Desenvolvimento Solidário, AATR- Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais, CESE) e nacionais (CONTAG- Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais e Ministério do Desenvolvimento Agrário (Secretarias Nacional de Desenvolvimento Territorial e Agrário e INCRA) e MDA-CAR, EFASE (Escola Família Agrícola do Sertão), Central Única dos Trabalhadores, Petrobras, Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – FETRAF.

### **1.2.7. Relação com o público-alvo**

Com os agricultores familiares (adultos homens e mulheres e jovens) mantem-se relações de parcerias em processos sociais diversos. A FATRES vem desenvolvendo ações sistemáticas de capacitação, assessoria e apoio às entidades representativas dos agricultores familiares. Trata-se de parceiros da FATRES desde a sua origem em 1996.

A FATRES (Pólo Sindical), mantêm uma relação direta com Sindicatos de 15 Municípios, sendo: Tucano, Araci, Serrinha, Ichú, Candeal, Quijingue, Conceição do Coité, Retirolândia, São Domingos, Valente, Santa Luz, Queimadas, Nordestina, Cansanção e Monte Santo.

### **1.2.8. Situação atual**

Atualmente a FATRES vem desenvolvendo e apoiando várias iniciativas e projetos em parceria com Organizações nos mais diferentes eixos na perspectiva de consolidação e fortalecimento do Projeto de Desenvolvimento Territorial de forma sustentável e solidária. Dentre as parcerias firmadas podemos citar:

1. Projeto de assistência Técnica social e ambiental para agricultores familiares de áreas de assentamento da região - parceria INCRA/FATRES;
2. Capacitação e Qualificação com foco no Fortalecimento da Agricultura Familiar no contexto do Semi-árido – SETRAS/FATRES;
3. Formação de Lideranças e Novas Lideranças – DISOP-BRASIL, MOC, FATRES;
4. Formação de Atores Locais para gestão Social das Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial/ MDA- CODES- FATRES;
5. Alfabetização de Jovens e Adultos – Petrobrás- Fome Zero/ FATRES;
6. Cursos de elevação da escolaridade, nível médio e superior para Assentados/ PRONERA- INCRA-FATRES;
7. Curso de Elevação da escolaridade de Lideranças e Dirigentes Sindicais / CUT – SEMEAR – FATRES;
8. Projeto de Juventude e Participação Social/UNICEF- MOC – FATRES
9. Jovens Comunicadores Sociais CIPO/ MOC/ FATRES;
10. Construção de Cisternas e Capacitação para Uso e Gerenciamento dos Recursos Hídricos - ASA/P1MC, MOC/FATRES;



Atualmente a FATRES vem passando por um processo de crescimento significativo objetivando acompanhar as demandas sociais desafiantes no território do sisal. As parcerias firmadas, tornam-se em oportunidades de contribuir concretamente para o fortalecimento das nossas ações em prol do Desenvolvimento Territorial do Sisal, visando melhores condições de vida para os trabalhadores rurais e agricultores familiares.

### **1.2.9. A FATRES no processo de criação do território**

- Participou do processo de articulação, mobilização e discussão das idéias de criação do território do sisal;
- Composição e participação efetiva do Movimento Sindical Rural no processo de formulação de propostas de desenvolvimento territorial sustentável;
- Contribuição na elaboração do PTDRS, discussões do GETIS e implementação de projetos de Fortalecimento da Agricultura Familiar;
- Capacitação dos agentes territoriais e conselheiros dos CMDRs do Território do Sisal.

## **2. CARACTERIZAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE ARACI**

### **2.1. Histórico**

O Município originou-se, em 1845, na fazenda do Capitão José Ferreira de Carvalho, com a denominação de Raso, iniciando-se o povoamento em torno da capela, ali construída. Com a afluência de moradores, desenvolveram-se as atividades agropecuárias e comerciais. Criado o Distrito, recebeu a denominação de Nossa Senhora da Conceição do Raso. Em 1890, foi mudado o nome para Vila do Raso, e em 1904, para Araci. O topônimo, originário dos vocábulos tupis Ara = dia; cy = a mãe, significa "a mãe do dia". Perdeu a autonomia administrativa, em 1931, só restaurada em 1959.

### **2.2. Formação Administrativa**

O Distrito de Araci foi criado em 12 de abril de 1877, pela Lei Provincial n.º 1.720, e o Município. Com a denominação de Raso e terras desmembradas do Município de Tucano, em 13 de dezembro de 1890. A instalação ocorreu a 4 de

fevereiro do ano seguinte. De acordo com a Lei Estadual n.º 575, de 21 de novembro de 1904, tomou a denominação de Araci. Na Divisão Administrativa de 1911, figurou com 3 distritos: Araci (Sede), Sítio Novo e Pedra Alta. O Município foi extinto e anexado ao Município de Serrinha, em 8 de julho de 1931, tendo sido criada uma subprefeitura. Na Divisão Administrativa de 1933, o Município figurou como distrito do Município de Tucano. Em 1938, foi transferido do Município de Tucano para o Município de Serrinha de que foi desmembrado, pela Lei estadual n.º 863, de 14 de novembro de 1956, que criou o Município de Araci. Constituído do Distrito Sede. Instalado em 07-04-1959.

### **2.3. Da localização do município**

Araci é um município que localiza-se a 211 km da capital, Salvador, e tem 1.685 km<sup>2</sup> de extensão. Fica na microrregião de Serrinha, Região do Sisal, principal atividade econômica do Território do Sisal, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Araci pertence à Microrregião Homogênea de Serrinha<sup>3</sup>. É uma região localizada no semi-árida da Bahia e apresenta alto risco de seca e níveis pluviométricos médios de 646 mm anuais; o período chuvoso se destaca de março a maio; e temperatura média de 26,4° C. (CEI, 2004). Essa região faz parte da sub-bacia do rio Itapicuru e, Araci é banhado por este rio no sentido norte. Os demais rios do município são temporários (“itinerantes”), sendo que os principais são os rios Salgado e o rio Poço Grande. (CEI, 2004). A área territorial do município é de aproximadamente 1530 km<sup>2</sup>; em seu território há os distritos de Nazaré, Lagoa do Curral, Pedra Alta, João Vieira, Várzea da Pedra, Tapuio, Cubiça, Lagoa Escura e etc.

Hoje Araci tem mais de 50.000 habitantes. Estão entre seus pontos turísticos o Bomfim, a sua praça Nossa Senhora da Luz, a Cachoeira do Inferno, a quadra e o Sirineu. Um pouco mais de sua história pode ser vista no museu e biblioteca pública da cidade.

---

<sup>3</sup> A Microrregião Homogênea de Serrinha compreende 17 municípios, quais sejam: Araci, Biringa, Candeal, Capela do Alto Alegre, Conceição do Coité, Gavião, Ichu, Lamarão, Nova Fátima, Pé de Serra, Retirolândia, Riachão do Jacuípe, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia e Valente. (IBGE, 1995-1996).



Fonte CEI Centro de Estatística e Infotmações 2007

No município e região do sisal a vegetação predominante é a *Caatinga*, que está em estado de bastante degradação. E de acordo as características do solo, aparecem as várias formações seguintes: *cerrado arbóreo aberto*, isso geralmente com relação aos solos mais profundos e argilosos (*Latosolos* e *Regossolos eutróficos*); também a *caatinga arbórea aberta com variação de palmeiras*, *caatinga arbórea aberta sem palmeiras* e *caatinga com cerrado*, das quais são mais comuns nos solos rasos e pedregulhosos do nordeste (*Planossolos*). Esses solos, na sua maioria possuem em sua diversa variação aptidão regular e restrita para lavouras periódicas, sem aptidão para silvicultura e regular a restrita para pastagens naturais. (Idem, 1994). Quanto ao relevo, apresenta-se, na sua maioria, *Suavemente Ondulado (pediplano sertanejo)*, com uma pequeníssima cordilheira de serras na porção Noroeste do município, entre os povoados de Pedra Alta e Tapuio, e uma notável cadeia montanhosa no sentido Leste-Sul, já na divisa com outros municípios, conhecida como “Serra do Quererá”. (CMDR, 1997; CEI, 1994).

#### 4. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ECONÔMICAS

##### 4.1. O processo de povoamento

De acordo os dados históricos analisados o processo de povoamento do município de Araci é relativamente recente. Alguns agricultores que habitava as terras denominada “Vila do Raso” - como era conhecida a região que pertencia ao município de Serrinha até 1930. Esses agricultores praticava a pecuária extensiva, já que não

existiam limites das terras, o extrativismo do *Ouricuri sp* (palmeira da região) e o cultivo de pequenas áreas de feijão, milho e mandioca e outras culturas para sua própria subsistência e para efetivar a trocas de alguns produtos nas cidades maiores. (CMDR, 2000) e (LIMA, História de Araci, 1984).

Dessa forma, o período que vai de 1930 a 1950 é bastante caracterizado como o primeiro processo de apropriação e cercamento das terras mais férteis por fazendeiros, para a exploração da bovinocultura. (CMDR, 2000). De acordo depoimento de líderes sindicais e políticos de Araci, na época existiam muitas terras de uso comum consideradas como terras devolutas, onde grandes fazendeiros procuravam legalizar na justiça quantidade de terra superior ao seu domínio de fato; posteriormente esses fazendeiros cercavam e expulsavam os pequenos posseiros, derrubavam e queimavam as casas. Foi um processo que, segundo esse mesmo líder, estendeu-se até o início da década de 1980 na região. (apud Canabilha, 2000).

As primeiras lavouras de sisal, foram implantadas no município a partir da década de 1940, e acabou favorecendo uma intensa migração de pequenos agricultores familiares das regiões vizinhas, que vinham dos municípios de Serrinha, Tucano entre outros pressionados pelo povoamento em seus locais de origem e atraídos pelas terras baratas e férteis do município. (CMDR, 1997). Dados históricos revelam que até a incorporação da cultura do sisal, aquela região quase nada representou para a economia do estado, salvo nos casos pontuais a criação de gado de corte, já que não fez parte do famoso e largo processo açucareiro do Recôncavo Baiano, nem da extração mineral da Chapada Diamantina, nem tão pouco do posterior impacto do cacau, no Sul da Bahia, para onde foram investidos boa parte dos recursos do estado desde o final do século XIX. (CAR/SEPLANTEC/CEI/SAG/CEPA, 1984 *apud* APAEB, 1993).

Com o passar dos anos e com aumento populacional, os filhos das primeiras gerações de migrantes, foram dividindo as propriedades para herança ou para venda, e dessa forma, o quadro atual demonstra o retrato dessa fração feita, contribuindo por um lado para que diversificasse a quantidade de proprietários principalmente os pequenos agricultores e por outro o fortalecimento da concentração e da estrutura fundiária entre os descendentes dessas primeiras famílias. (CMDR, 1997). Dessa forma, a demanda pela produção de alimentos, que pudesse atender a população que crescia, fruto do processo acelerado de divisão das propriedades transformaram a vida de “vaqueiros sertanejos” e de e de pequenos agricultores em sitiantes com menores possibilidades de reprodução em decorrência também das condições de vida que leva. (CMDR, 2000).

Muitas coisas na região começa a mudar a partir da construção da BR 116, ainda na década de 1970, e desse modo à agropecuária local sofreu impacto bastante positivo a partir do ponto de vista dos estudiosos, sobretudo quando refere-se à substituição do transporte de tropas de animais pelo caminhão, reforçando a linha férrea que já atuava nos municípios de Serrinha, Santa Luz, Lamarão e outros, pelo desmatamento acelerado da caatinga, cuja comercialização da madeira era um dos meios de vida da população, e pelo surgimento de vários outros empreendimentos locais e regionais a exemplo de um pequeno mercado local de produtos agropecuários. Assim, verificou-se nesse período um intenso processo de migração de jovens para trabalhar em São Paulo e em outras capitais, como Salvador, na construção de Brasília. (CMDR, 1997; SEI, 1997).

#### **4.2 População e taxa de Crescimento**

De acordo com os dados a maior parte da população de Araci ainda vive na zona rural. Segundo o IBGE <sup>4</sup>(1996), a população total é de 51.307 habitantes, sendo que destes, 17.448 (34%) residem na área urbana e 33.859 (66%) na zona rural. Em 1991 a população era de 45.341 pessoas, sendo que 11.484 (25,3%) residiam na área urbana e 33.757 (74,7%) residiam na área rural. (Tabela 1).

A taxa de crescimento anual da população urbana, no período 1991/1996, foi de 8,54% enquanto que da população rural foi de apenas 0,06%, o que sugere uma tendência à emigração da população rural em direção à zona urbana do próprio município. (Tabela 1).

Esta tendência não reflete propriamente a criação de novos postos de trabalho na zona urbana de Araci; veremos logo a seguir que os dados sobre a população ocupada revelam que o setor de comércio e serviços, assim como o de indústria representam pouco (21,5% e 8% respectivamente) em relação ao setor agropecuário (70,5%).

Entre vários fatores possíveis, a tendência verificada provavelmente reflita a possibilidade de melhores condições de sobrevivência em situação de pobreza absoluta de parte da população. Ou seja, por piores que sejam as condições de infra-estrutura da

---

<sup>4</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

zona urbana, no mínimo são mais fáceis as condições de acesso à água e a serviços médico hospitalares e escola.

**Tabela 1 - População urbana e rural e taxa de crescimento, Araci, 1991 - 1996**

POPULAÇÃO	1991		1996		Taxa de Cresc. 1991/96
	N.º	%	N.º	%	%
Urbana	11.584	26	17.448	34	8,54
Rural	33.757	74	33.859	66	0,06
<i>Total</i>	45.341	100	51.307	100	2,50

Fonte: Censos Demográficos IBGE 1980 e 1991 e Contagem Populacional, 1996

Mais é importante lembrar que por outro lado, Araci tem se destacado como um dos municípios mais populosos da região Nordeste da Bahia e tem sofrido ganhos populacionais por imigração. (SEI, 1998). Este é um dado que contrasta com a tendência verificada na totalidade do estado da Bahia e na maioria dos estados brasileiros. No caso da Bahia, especificamente, registra-se uma quebra no seu ritmo de crescimento demográfico de acordo com os dados divulgados pelo IBGE para o período 80/91, cuja taxa de 2,09%, declinou para 1,11 % entre 91/96. É notório que a principal causa desse declínio é atribuída à queda na taxa de fecundidade<sup>5</sup>. (SEI, 1997).

Aos poucos o processo de transformação vão acontecendo no município que além de sofrer ganhos populacionais por imigração, em Araci tem ocorrido uma diminuição nos fluxos de emigração rumo a São Paulo e para outras grandes metrópoles, que outrora já foi mais intenso. Este fato é atribuído à crise da economia que tem afetado, como um todo, as grandes cidades que antes eram fornecedoras de postos de trabalho. Como é revelado pelas lideranças comunitárias ligadas às organizações sociais APAEB Araci e do Sindicato Rural. Nas suas falas dizem que o número de pessoas, principalmente os jovens, que iam para as grandes cidade, destaque para São Paulo chegava em torno de 50%, nos últimos anos isso vem diminuindo chegando em media a 20%.

<sup>5</sup> A taxa de fecundidade na Bahia caiu de 6,23 filhos por mulher em 1980, para 2,99 filhos por mulher em 1996.

Nesse processo, existe também uma mudança recentemente observada nos fluxos migratórios. Esses fluxos passaram a ser menos intensos do interior, das pequenas comunidades para as grandes metrópoles e mais intensos das pequenas cidades para centros regionais próximos (circuito inter-regional). Isso é bastante positivo nas cidades maiores que existem faculdades e o nível de educação apresenta-se maior elevação de qualidade e desenvolvimento. Ocorrem migrações provenientes de regiões que entraram em crise econômica, como são os casos das regiões de Irecê, produtora de feijão, e Sul (cacaueira) e até ainda em outras cidades da mesma microrregião como é o caso de Cansanção, Queimadas. De modo que há certa uma tendência de agregação dessa população em torno de cidades mais dinâmicas ou próximo a cidades fornecedoras de mercadorias e serviços médico/hospitalares e educacionais, como já foi citado. (SEI, 1997). Araci não é propriamente uma cidade fornecedora de infra-estrutura e serviços, mas localiza-se a poucos quilômetros da cidade de Serrinha, que configura-se num pólo de expressão regional mesmo com certa despreparo técnico, político e ético desses serviços e relações. (SEI, 1997).

Contudo, podem existir várias possibilidades que podem explicar o crescimento populacional de Araci diferentemente da tendência geral de quebra o ritmo de crescimento demográfico verificada no estado e no país. Nenhuma delas especificamente, no entanto, apontam para uma intensificação do dinamismo econômico no município propriamente, visto que o próprio dinamismo do seu desenvolvimento está relacionado a sua própria estrutura e atuação da sua população sobretudo dos agricultores rurais e dos diversos atores políticos presentes.

#### **4.3 – Renda e População Ocupada**

O rendimento médio mensal dos chefes de domicílios de Araci, segundo a SEI (1996)<sup>s</sup>, é de R\$99,00, um dos mais baixos entre os municípios baianos - já que a média do estado é de R\$250,00 e Araci situa-se 125º lugar, dentro da classificação adotada que vai de 1 a 140 e valores de R\$55,00 a R\$554,00 respectivamente <sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Renda média calculada a partir da soma de todos os rendimentos dos chefes de domicílio em agosto de 1991, ou seja, o rendimento bruto de outras ocupações que exerceu simultaneamente com a ocupação declarada como habitual; o rendimento bruto proveniente de aposentadorias e ou pensão; e o rendimento bruto ou a média dos últimos doze meses, corrigida monetariamente, para outros rendimentos que não se enquadrassem nas categorias já relacionadas. Para os que não trabalharam no mês de agosto de 1991, foi considerado o rendimento bruto do último mês trabalhado. Os rendimentos foram atualizados pelo valor médio do ano de 1996 do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC do IBGE. (SEI, 1996).

Observando os dados disponíveis (IBGE, 1991) sobre a população ocupada revelam que 70,5% do pessoal ocupado em Araci naquela época encontrava-se na agropecuária. Em segundo lugar vem o setor de comércio e serviços, com 21,5% de pessoal ocupado e em terceiro o setor industrial, com 8% apenas. (Tabela 2). Em muitos casos, alguns membros da família podem, por exemplo, trabalhar temporariamente em lavouras nas outras propriedades ou em outras atividades, seja no campo ou nas cidades mais próximas, e ter garantido um meio de renda mínimo para sobreviver; em outros casos, a aposentadoria rural se constitui no único meio de sobrevivência familiar. (Idem, 1999).

**Tabela 2 - Pessoas Ocupadas de Mais de 10 Anos ou Mais Idade, por Setores de Atividade - Araci, 1991**

SETORES DE ATIVIDADE <sup>7</sup>	Núm. Pessoas	%
Agropecuária	9.535	70,5
Indústria	1.076	8,0
Comércio e Serviços	2.905	21,5
<b>TOTAL</b>	<b>13.516</b>	<b>100</b>

Fonte: Censo Demográfico, IBGE

O município não dispõe ainda de pólo industrial, obrigando muitos jovens a voltarem para suas propriedades, migrarem para outras cidades e para as grandes metrópoles. Como é o caso de algumas cidades vizinhas que já detem um pequeno pólo industrial com atividades diversas: fábrica de calçados, tapetes e carpetes, velhas, cordas entre outros. No município é bastante presente a extração da fibra de sisal e das atividades ligadas a agropecuária, destacando-se o cultivo do sisal e de pequenas lavouras.

Embora se registrem avanços no incremento de renda das famílias, passando a renda *per capita* de R\$ 71,9 em 1991 para R\$ 128,5 em 2000, o quadro ainda é muito preocupante, considerando que a renda proveniente do trabalho caiu de 81,8% para 63,6%, enquanto o percentual de pessoas com mais de 50% da renda transferida pelo governo aumentou 145%, passando de 7,6% em 1991 para 18,8% em 2000, conforme indicam os dados do quadro seguinte.



**Quadro I: Situação de Renda em 1991 e 2000**

<b>Renda Per Capita (R\$)</b>	<b>% da Renda proveniente do trabalho</b>	<b>% de pessoas com mais de 50% da renda transferida pelo Governo</b>
1991 2000	1991 2000	1991 2000
71,9 128,5	81,8 63,6	7,6 18,6

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, PNUD, 20002.

A situação de baixo rendimento proveniente do trabalho implica, necessariamente, numa situação de baixa renda para a grande maioria das famílias que, por sua vez, resulta em índices preocupantes de pobreza e de indigência, embora possa registrar-se uma queda significativa no período: o percentual de indigentes caiu de 43,5% para 32,5%; o percentual de pobres caiu de 76,5% para 63,1%; o de crianças indigentes passou de 58,8% para 45,9%, e o percentual de crianças pobres caiu de 84,1% para 76,8% no período de 1991 a 2000, conforme se pode constatar com os dados do quadro II.

**Quadro II: Situação da Indigência e da Pobreza no Município nos anos de 1991 e 2000**

<b>% de indigentes</b>	<b>% de pessoas pobres</b>	<b>% de crianças indigentes</b>	<b>% de crianças pobres</b>
1991 2000	1991 2000	1991 2000	1991 2000
43,5 32,5	76,5 63,1	58,8 45,9	84,1 76,8

Fonte: Atlas de Desenvolvimento do Brasil, PNUD, 2000.

Complementando o raciocínio anterior, o quadro III demonstra a evolução da renda *per capita* no período de 1991 a 2000, como também a queda do percentual de

peças pobres que passou de 76,5% para 63,1%, o que é ainda expressivo e preocupante.

Pode-se verificar que a renda *per capita* média do município cresceu 50,9%; a pobreza diminuiu 17,5%.

Um dado altamente significativo é o crescimento do índice de Gini de 0,53 para 0,57, que representa o crescimento das desigualdades sociais no município.

**Quadro III: Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdade, 1991 e 2000**

<b>Indicadores</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>
- Renda <i>per capita</i> média (R\$ de 2000)	71,9	108,5
- Proporção de Pobres (%)		
- Índice de Gini	76,5	63,1
	0,53	0,57

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, PNUD, 2000.

Os indicativos de crescimento das desigualdades são mais claramente verificáveis nos dados do quadro seguinte. Os segmentos mais pobres da população tiveram a sua participação na renda gerada reduzida entre 1991 e 2000, enquanto o segmento dos mais ricos teve a participação aumentada. Em 1991, os 80% mais pobres do município ficavam com 41,6% da renda, passando para 37,9% em 2000. Já os 20% mais ricos, que abocanhavam 58,4% em 1991, passaram a se apropriar de 62,1% em 2000.

**Quadro IV: Porcentagem da Renda Apropriada por Extratos da População, 1991 e 2000.**

<b>Parcelas da População</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>
- 20% mais pobres	4,0	2,9
- 40% mais pobres	11,6	9,9
- 60% mais pobres	23,2	20,8
- 80% mais pobres	41,6	37,9
- 20% mais ricos	58,4	62,1

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, PNUD, 2000.

Embora o PIB *per capita* não se traduza automaticamente em qualidade de

vida, devido à concentração das rendas (ver quadro anterior), representa o setor econômico mais dinâmico o que acaba por refletir no conjunto da população. É importante observar que do valor do PIB total, o setor primário participa com 38,4%, o secundário com 29,2% e o terciário com 32,4%.

#### **4.4. Moradia e Saneamento**

Em uma pesquisa realizada no ano de 1998, pelo Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia (CRH-UFBA)<sup>8</sup>, foi demonstrada que as condições de moradia e formas de abastecimento de água da população rural de Araci. Como pode ser verificado na Tabela 3, que pelo menos 60% dos 5.976 domicílios pesquisados são moradias de material precário, inadequados a condições dignas de sobrevivência. Aliado a isto, apenas 0,8% dos domicílios pesquisados possuem água encanada. A grande maioria (72%) utiliza água de barreiros e aguadas para consumo humano, conforme mostra a Tabela 4.

**Tabela 3 - Domicílios Segundo o Tipo de Construção - Araci, 1998**

**Material Domicílios %**

Adobe 3.245 54,3

Taipa 270 4,5

Plástico 3 0,1

Lona 3 0,1

Tijolo 2.362 39,5

Madeira 75 1,3

Não respondeu 18 0,2

*TOTAL* 5.976 100

Fonte: CRH - UFBA, 1998

Note-se (Tabela 3) que existe um considerável número (8,6%) de domicílios abastecidos com tanques de cimento, resultado da intervenção da Associação de Pequenos Agricultores de Araci (APAEB Araci) em parceria com o Movimento de

Organização Comunitária (MOC) <sup>7</sup> - e mais recentemente, com a prefeitura municipal de Araci – que implantou, desde 1992, um programa de construção de tanques de cimento e cisternas comunitárias para abastecimento domiciliar.

#### 4.5. Escolaridade e Trabalho Infantil

A Tabela 5 mostra que 30,6 % das crianças de 7 a 14 anos trabalham e estudam (geralmente nas lavouras de sisal), sendo que esse percentual é maior nas crianças do sexo masculino, com 38,1% de crianças do sexo masculino que trabalham e estudam contra 22,7% das crianças do sexo feminino.

**Tabela 5 - Distribuição das Crianças de 7 a 14 anos por Sexo, Segundo a Situação de Estudo e Trabalho - Araci, 1998**

Situação	Masculino %	Feminino %	TOTAL %
Trabalha e estuda	1.318 38,1	745 22,7	2.063 30,6
Só estuda	1.887 54,6	2.352 71,6	4.239 62,9
Só trabalha	84 2,4	28 0,9	112 1,7
Não trabalha nem estuda	167 4,9	162 4,8	329 4,8
<b>TOTAL</b>	<b>3.456 100</b>	<b>3.287 100</b>	<b>6.743 100</b>

Fonte: CRH - UFBA, 1998.

Entre aquelas crianças que declararam a remuneração, 30,7% recebem entre R\$1 e R\$5 reais semanais enquanto que 62% não recebem nada. (Tabela 6). Contudo, não há denúncias de trabalho escravo; esses dados refletem sobretudo a ajuda das crianças no trabalho familiar.

**Tabela 6 - Distribuição das Crianças de 7 a 14 Anos Segundo as Faixas de Renda Semanal e Sexo - Araci, 1998**

Renda Semana (R\$)	Masculino %	Feminino %	TOTAL %
Menos de 1	5 0,4	13 1,7	18 0,8

<sup>7</sup> Movimento de Organização Comunitária que atua na região de Feira de Santana e nos municípios de região sisaleira da Bahia.

1 a 5	421	30,0	247	32,0	668	30,7
6 a 10	80	5,7	36	4,7	116	5,3
11 a 15	6	0,4	4	0,5	10	0,5
16 a 20	3	0,2	2	0,3	5	0,2
Mais de 20	6	0,4	4	0,5	10	0,5
Não recebe nada	881	62,9	467	60,3	1.348	62,0
<b>TOTAL</b>	<b>1.402</b>	<b>100</b>	<b>773</b>	<b>100</b>	<b>2.175</b>	<b>100</b>

Fonte: CRH - UFBA, 1998.

Tal situação sobre a exploração do trabalho infantil fez com que o município de Araci fosse incluído no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PPETI)<sup>10</sup>, também chamado de “Vale Cidadania” ou “Programa de Bolsa Escola”, desde 1997. Segundo lideranças do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Araci, mesmo os adultos, geralmente mulheres, recebem entre R\$7 e R\$10 por semana para trabalhar nos motores de sisal (primeiro processo de desfibramento do sisal), sendo que esta cultura configura-se como quase única alternativa de trabalho na região, conforme abordaremos mais adiante. Estas mesmas lideranças afirmam que a situação melhorou para algumas famílias depois da implantação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil<sup>8</sup>. Muitas donas de casa antes desse do Programa lutava no motor e na roça durante a semana toda para conseguir dez, quinze reais, agora o programa cobre esse valor enquanto a mãe fica em casa para cuidar da criança e a criança se dedica mais à escola.

Em relação ao quanto ao grau de instrução dos pais de crianças de 7 a 14 anos, a Tabela mostra que 51,8 % dos pais e mães das crianças de 7 a 14 anos são analfabetos e 28,8% estão na situação de alfabetizados ou seja, cursaram somente o primeiro ano primário. Esses percentuais são maiores para as mães, onde 55,2% são analfabetas e 26,6% são alfabetizadas, contra 48,2% e 30,9% para os pais, respectivamente.

<sup>8</sup> Este programa está sendo desenvolvido desde 1993 na área rural da região sisaleira da Bahia visando a eliminação do trabalho infantil, mas somente a partir de 1997 Araci passou a ser beneficiada. Faz parte do Fórum Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, entre os quais participam o Governo Federal, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o UNICEF, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), diversas ONGs, empresários e Universidades. Os recursos do programa provêm dos governos Federal e Estadual e da OIT e UNICEF. No caso da Bahia (da região sisaleira), os recursos provenientes do governo Federal passam pela Secretaria do Bem Estar Social que, junto com uma Comissão Estadual, coordenam o desenvolvimento do Programa, e pelas Prefeituras Municipais. As Comissões Municipais são compostas por representantes do Movimento Sindical e de outras instituições da sociedade civil, além da prefeitura. Na região sisaleira, foi criada também uma Comissão Regional, que conta com representantes de instituições públicas e civis da região, entre elas o MOC, as APAEBs e os STRs. As famílias inscritas no PETI recebem uma "bolsa-escola" para complementação da renda e se comprometem a manter as crianças na escola, em regime de jornada ampliada.

**Tabela 7 - Distribuição do Número de Pais e Mães de Crianças de 7 a 14 Anos, Segundo o Grau de Instrução - Araci, 1998**

Grau de Instrução	N.º Pais %	N.º Mães %	TOTAL %
Nunca estudou/analfabeto	1.604 48,2	1.880 55,2	3.484 51,8
Alfabetizado	1.030 30,9	907 26,6	1.937 28,8
Primeiro Grau incompleto	247 7,4	379 11,1	626 9,3
Primeiro Grau Completo	15 0,5	28 0,8	43 0,6
Segundo Grau Incompleto	6 0,2	16 0,5	22 0,3
Segundo Grau Completo	6 0,2	21 0,6	27 0,4
Superior Completo	0 0	1 0,0	1 0,0
Não respondeu	420 12,6	172 5,1	592 8,8
<b>TOTAL</b>	<b>3.328 100</b>	<b>3.404 100</b>	<b>6.732 100</b>

Fonte: CRH - UFBA, 1998.

Obs: Número de pais falecidos e/ou desconhecidos = 145  
Número de mães falecidas = 69

#### 4.5. Índice de Desenvolvimento Econômico/Programa Faz Cidadão

O município tem melhorado aos poucos seus índices de desenvolvimento econômico graças a sua participação em alguns programas implantados muitas vezes pelo governo do estado, por instituições representativa da sociedade civil. Nesse intuito a Secretaria de Planejamento, Ciências e Tecnologia da Bahia (SEPLANTEC) desenvolveu uma metodologia de cálculo do Índice Geral de Desenvolvimento Socioeconômico (IGDS), com a intenção de classificar hierarquicamente (do melhor para o pior) os municípios mais pobres da Bahia. O IGDS incorpora variáveis que expressam o desenvolvimento econômico (Índice de Desenvolvimento Econômico - IDE) e social (Índice de Desenvolvimento Social - IDS) nos municípios baianos. (SEI, 1996; SEPLANTEC, 1999).

Para a composição do Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE) foram consideradas as condições locais de infra-estrutura, a qualidade da mão-de-obra local e a renda gerada localmente<sup>9</sup>. Já, o Índice de Desenvolvimento Social (IDS), leva em

<sup>9</sup> Sendo assim, o IDE compõe-se de uma combinação entre os seguintes indicadores: Índice de Infra-estrutura - INF -, o qual considera o número de telefones, o número de estabelecimentos comerciais e de serviços e o número de agências bancárias para cada 1000 habitantes; Índice de Qualidade de Mão-de-obra - QMO -, o qual considera a relação entre a soma do número de matrículas iniciais no primeiro grau, no segundo grau e no ensino profissionalizante, tendo como denominador, a população total do município; e Índice do Produto Municipal IPM -, o qual utiliza como estimativa da renda gerada

conta os níveis de saúde e educação da população local, a oferta local de serviços básicos de infra-estrutura e a renda familiar<sup>10</sup>. (SEI, 1996).

Percebe-se que para o IDE, os indicadores que mais puxam a classificação para baixo em Araci, são o Índice de Infra-estrutura (INF) e a Qualidade da Mão-de-Obra (QMO). Já para o IDS, a pressão maior é dada pelos Índice do Nível Educacional (INE) e Renda Média dos chefes de domicílio (RMF). Dentre os 415 municípios da Bahia, Araci ocupa a 240ª posição no INF, a 315ª posição no QMO e a 102ª no Índice do Produto Municipal (IPM).

Portanto, quanto ao IDE o município de Araci classificou-se em 136ª posição e 316ª posição quanto ao IDS frente aos 415 municípios baianos. Já, na média desses dois índices, que resulta no Índice Geral de Desenvolvimento Sócio-econômico (IGDS), Araci classificou-se em 185ª posição. (SEI, 1996).

**Tabela 8 - Índices de Desenvolvimento Sócio-econômico Segundo seus Componentes - Araci, 1996**

Índice	Classif.
<b>IDE</b>	<b>71,00 136°</b>
INF	297,00 240°
QMO	674,50 315°
IPM	1,80 102°
<b>IDS</b>	<b>16,70 316°</b>
INS	171,40 176°
INE	674,50 315°
ISB	110,20 299°
RMF	179,40 376°
IGDS	34,42 185°

Fonte: SEPLANTEC/SEI, 1996.

localmente, o valor do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado da Bahia para 1996, ajustado para os diferentes municípios. (SEI, 1996).

<sup>10</sup> Assim, quatro indicadores compõem o IDS, quais sejam: o Índice do Nível de Saúde (INS), o Índice do Nível Educacional (INE), o Índice de Oferta de Serviços Básicos (ISB) e o Índice de Renda Média dos Chefes de Família (RMF). O primeiro indicador - INS -, o qual dimensiona a qualidade dos serviços básicos locais de saúde, é composto pela média geométrica de dois outros índices que são o CDS (Coeficiente de Doenças de Notificação Compulsória Redutíveis por Saneamento Básico e Redutíveis por Imunização por 100.000 habitantes), cujo coeficiente reflete a incidência de doenças causadas à população pela ausência de um sistema adequado de esgotamento sanitário e/ou acesso à água potável, e o ISM (participação relativa dos óbitos por Sintomas, Sinais e Afecções Mal Definidas no número total de óbitos).

Considerando que nos registros de óbito é obrigatório constar a causa do óbito atestada por um profissional de saúde, o Índice de Óbitos por Sintomas, Sinais e Afecções Mal Definidas (ISM) refletiria a falta de atendimento médico na localidade. Com relação ao INS, Araci ocupa a 176a posição. O segundo indicador do IDS - o INE (Índice do Nível Educacional), mede a qualidade da mão-de-obra utilizando a relação entre a soma do número de matrícula inicial no primeiro grau, no segundo grau e no ensino profissionalizante, tendo como denominador, a população total do município. Para o INE Araci coloca-se na 315a posição. O terceiro indicador - o ISB (Índice de Oferta de Serviços básicos) -, leva em consideração a média geométrica entre o Consumo Residencial per Capita de Energia Elétrica e o Consumo de Água Tratada por grupo de 100 habitantes. Neste índice, Araci ocupa a 299a classificação. E o quarto e último indicador do IDS - o RMF (Índice de renda Média dos Chefes de Família), baseia-se nas informações censitárias de 1991 sobre Rendimento Médio Mensal do Chefe do Domicílio, reajustados para 1996. No índice RMF Araci ocupa a 376a posição, refletindo bem o baixo rendimento médio mensal dos chefes de domicílio que é de R\$99,00. (SEI, 1996).

Essa classificação serve para que o Governo da Bahia pudesse priorizar os municípios mais carentes no atendimento a serviços e infra-estrutura através da descentralização de programas e ações e da confluência entre as diversas secretarias. É o que pretende por exemplo o Programa "Faz Cidadão", que trata-se de uma estratégia integrada de desenvolvimento local. O "Faz Cidadão" objetiva enfrentar os desequilíbrios regionais da Bahia e promover o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida das populações mais carentes do Estado. Sua estratégia pressupõe a descentralização e regionalização de programas e ações governamentais, sociais e de parcerias Estado/Sociedade no combate à pobreza, tendo como base o diagnóstico e o planejamento participativos, a escolha negociada de prioridades e a pactuação entre atores governamentais, empresariais e da sociedades civil. (SEPLANTEC, 1999). Este programa teve início em 1999 com 50 municípios e em 2000 foi contemplados mais 50. Sua estrutura de execução é um pouco parecida com a do PRONAF infra-estrutura e Serviços já que inclui a formação de fóruns de desenvolvimento local e a elaboração de planos de desenvolvimento. (SEPLANTEC, 1999). Convém registrar que, dos 100 municípios priorizados pelo "Faz Cidadão" através da utilização do IGDS como critério de escolha, somente 33 coincidem com os



municípios contemplados com o PRONAF infra-estrutura na Bahia<sup>11</sup>, que são 84. Isto decorre principalmente pelo fato de que a escolha de municípios beneficiários para PRONAF infra-estrutura e serviços considera critérios que priorizam as condições de vida da população rural e expressam, portanto, uma menor taxa de urbanização. Enquanto que o "Faz Cidadão" incorpora maior número de variáveis que não necessariamente refletem a menor taxa de urbanização. No entanto, seria desejável a confluência entre os programas no sentido de evitar o desperdício de esforços governamentais.

#### **4.6. Índice de Condições de Sobrevivência/Comunidade Solidária**

Foi desenvolvido através da UNICEF/IBGE (1994), estudo nos "Municípios Brasileiros: crianças e suas condições de sobrevivência", o Índice de Condições de Sobrevivência (ICS), com intuito de hierarquizar os municípios brasileiros de acordo as condições de sobrevivência e desenvolvimento das crianças de 0 a 6 anos de idade.

Baseados em informações de 1991 que correlacionam com a Taxa de Mortalidade das Crianças Menores de cinco anos (TMM5) e dessa forma foram utilizados pelos autores como variáveis, a taxa de mortalidade infantil para 24 estados do Brasil, o nível de renda do chefe do domicílio, a taxa de analfabetismo dos pais, as condições de acesso ao abastecimento de água e ao saneamento básico, o tipo de tratamento de lixo e o nível de escolaridade do chefe de domicílio. (UNICEF/IBGE, 1994).

E entre os 415 municípios baianos, na época, Araci ficou em 28ª colocação (do pior para o melhor), apresentando condição de sobrevivência precária ou baixa<sup>12</sup>, de valor 0,74. Considerando-se os 4.479 municípios brasileiros, Araci classificou-se em 67º no ICS. O ICS foi um dos índices utilizados pelo Comunidade Solidária para

---

<sup>11</sup> Os municípios são priorizados para receber o apoio do PRONAF infra-estrutura e serviços através dos seguintes critérios obrigatórios, entre outros: i) a relação entre o número de estabelecimentos agropecuários até 200 hectares do município deve ser maior que a mesma relação no âmbito do estado; ii) a relação entre a população rural e a população total do município deve ser maior que a mesma relação no âmbito do estado; iii) o valor da produção agrícola por pessoa ocupada na agricultura do município deve ser menor que a mesma relação no âmbito do estado. Uma vez aplicado esses critérios, a priorização de municípios se dará por mais três critérios: i) municípios incluídos no Programa Comunidade Solidária; ii) municípios que apresentam maior número de assentamentos de reforma agrária; iii) municípios que concentrem colônias de pescadores artesanais.

<sup>12</sup> Valor do ICS entre 1,00 e 0,50 = condição de sobrevivência precária ou baixa; ICS entre 0,49 e 0,30 = condição de sobrevivência intermediária; ICS entre 0,29 e 0,00 = condição de sobrevivência boa ou alta.

escolher os municípios que fazem parte de sua “Agenda Básica<sup>13</sup>”, além de outros estudos sobre a indigência no Brasil<sup>14</sup>, sendo que Araci está entre os 95 municípios selecionados pelo Comunidade Solidária na Bahia em 1996. (IPEA, 1997).

Desde então Araci tem sido atendida por alguns dos programas da Agenda Básica do comunidade Solidária: Programa de Distribuição de Alimentos (PRODEA), recentemente substituído pelo Programa de Renda Mínima que beneficia 4.267 famílias; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PPETI), que beneficia, como já vimos, 3.950 crianças desde 1997; Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), que contrata em torno de 80 agentes de saúde para atender especialmente a população rural.

Com o propósito de atender as esses programas, calcula-se que o município recebe em torno de R\$500.000,00 mensais. (Informativo CMDR, n.3, julho/1999). Observar que os municípios selecionados pelo Comunidade Solidária (que são 95), aproximadamente 50% deles são selecionados para o PRONAF infra-estrutura e serviços na Bahia (que são 84) coincidem com aqueles. Nesse sentido, de modo especial em Araci, os programas acima mencionados e que inclusive aparecem descritos no Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR) de Araci, é possível notar que nesses programas o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR)<sup>15</sup> não tem uma interferência direta ou monitoramento, uma vez que existem conselhos específicos que regem cada programa.

---

<sup>13</sup> O Conselho do Comunidade Solidária se propõe a promover a convergência de diversas ações governamentais nos municípios mais pobres do País com o objetivo de combater a fome e a miséria. Para isto selecionou um conjunto de programas, executados no âmbito de cinco Ministérios (Saúde, Educação, Agricultura, Trabalho e Planejamento), que compõem a sua “Agenda Básica” de intervenção. Até 1996 essa agenda básica reunia 16 programas prioritários para recebimento de recursos, sendo eles: a) Ligados ao Ministério da Saúde: Programa de Combate à Desnutrição Infantil, Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), Programa Nacional de Imunização (PNI) e Programa de Saneamento Básico da Fundação Nacional de Saúde; b) Ligados ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento: Programa Nacional de Alimentação Escolar, Programa de Distribuição de Alimentos (PRODEA) e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) – este recentemente foi vinculado ao Ministério Extraordinário de Política Fundiária; c) Ligados ao Ministério da Educação: Programa Nacional de Transporte Escolar, Programa de Cesta da Saúde do Escolar e Programa de Atendimento Integral à Saúde do Escolar, Programa de Cesta de Material Escolar e Programa de Educação Infantil; d) Ligados ao Ministério do Trabalho: Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER), Plano Nacional de Educação Profissional (PLANFOR) e Intermediação Profissional; e) Ligados ao Ministério do Planejamento e Orçamento: Programa Habitar – Brasil e Programa de Ação Social em Saneamento (PASS).

<sup>14</sup>Ver Peliano (1993a) e Peliano (1993b).

<sup>15</sup> A constituição de um CMDR e a elaboração de um PMDR fazem parte dos mecanismos de implantação e execução do PRONAF infra-estrutura e serviços por exigência da lei.

#### **4.7. A Estrutura Fundiária**

O domínio e a estrutura de posse da terra no município de Araci é apresentada por um alto fracionamento de propriedades em minifúndios, sendo que a imensa maioria (94,5%) dos estabelecimentos não atingem o tamanho da área correspondente ao módulo fiscal estabelecido para Araci que é de 50 hectares, segundo a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário (EBDA) local. Visto que, existe uma tendência de concentração da área, verificada no estrato entre 500 a 5000 há.

#### **4.8. Principais Produtos da Agropecuária e Valor da Produção**

Como já se pôde perceber até aqui, o município de Araci tem na agropecuária a base da sua economia. No entanto, se considerarmos somente o valor da produção agropecuária, Araci apresenta fraca participação frente ao conjunto da agricultura baiana, contribuindo com 0,17% no valor da produção vegetal e com 0,41% no valor da produção animal. Entre os 415 municípios baianos, classifica-se em 157.º no *ranking* estadual da produção vegetal e em 64.º no *ranking* da produção animal.

Os principais produtos da agricultura são o sisal, a mandioca, o feijão e o milho. Dentre as culturas temporárias, a mandioca é a que apresenta maior estabilidade na produção, dada à sua maior adaptabilidade às condições climáticas típicas do Semi-árido.

Já, o feijão e milho, apesar de ocuparem áreas relativamente superiores à área ocupada pela mandioca e sisal, alcançam produção e produtividade baixas e instáveis, dada à sua pouca adaptação às condições naturais daquele clima.

O principal produto da lavoura permanente é o sisal. Apesar da desvalorização desse produto a partir da década de 1970, com a introdução da fibra sintética, o Brasil ainda é o primeiro fornecedor de fibra de sisal, exportando principalmente para a Europa e Estados Unidos.

Na Bahia, o sisal é o segundo item na pauta de exportações agrícolas, só perdendo para o cacau. Em torno de 60% da produção nacional de sisal é produzida no complexo de municípios que compõem a região Nordeste da Bahia, onde se insere o município de Araci e grande parte dos municípios da microrregião homogênea de Serrinha. (IBAM, 1999).

O valor da produção estadual de sisal (fibra) em 1996 foi de R\$9.089.422,00, com uma quantidade produzida de 37.772 toneladas e uma área plantada de 35.808 hectares. (IBGE, 1995/1996 *apud* SEI, 1996).

O município de Araci participa com 9,88% da área plantada de sisal, segundo o Censo Agropecuário do IBGE 1995/1996 *apud* SEI (1996). Em rendimento, porém, vem apresentando resultados abaixo da média do estado (em torno de 1,0 t/ha), oscilando entre 0,7 e 0,5 t/ha, exceto em 1996.

Juntamente com a caprino e ovinocultura, constitui-se numa das poucas alternativas de produção agrícola da região semi-árida. Além do mais, o trabalho nos motores de sisal (processo de desfibramento realizado nas propriedades) tem sido uma das poucas alternativas de trabalho para os agricultores sem terra ou com pouca terra, segundo lideranças do STR de Araci. Conforme já nos referimos anteriormente, o envolvimento de crianças (acompanhadas das mães e/ou pais) no processo de desfibramento do sisal levou à adesão do município ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), através de um movimento que inclui membros da sociedade civil e esferas governamentais.

O Governo do Estado da Bahia, através da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (SEAGRI) e Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), em parceria com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), tem incentivado a recuperação das lavouras de sisal<sup>21</sup>. Para tal foi efetuado um acordo (protocolo) entre o Governo do Estado e o BNB, estabelecendo-se um montante de recursos específicos para esse fim - a partir de recursos do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE), do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do PRONAF - e garantindo-se a assistência técnica da EBDA (elaboração dos projetos de recuperação e acompanhamento técnico).

No intuito de não provocar um aumento excessivo na área plantada de sisal<sup>16</sup>, o que refletiria diretamente na queda dos preços já em baixa, segundo técnicos locais da EBDA e APAEB, prioriza-se a recuperação das lavouras já existentes e não a implantação de novas áreas. Esta é uma das razões pelas quais os projetos de financiamento elaborados pela EBDA e mesmo pela APAEB não têm priorizado a recuperação pura e simples das lavouras de sisal, mas sim a diversificação com outras

---

<sup>16</sup> Segundo os técnicos locais, o sisal muitas vezes torna-se mais interessante para o agricultor familiar como uma alternativa para a alimentação animal, seja através de pastoreio direto (sem prejuízo da planta) seja através do aproveitamento do resíduo (silagem).

atividades, especialmente a caprinocultura de corte ou de leite, onde o sisal entra como mais um elemento na diversificação<sup>22</sup>. Assim, em termos de proposta técnica agropecuária para a região produtora de sisal, tanto a EBDA quanto a APAEB defendem a ovino/caprinocultura e o sisal como estratégicos na organização da produção (APAEB, 2000).

A criação de animais de médio porte, especialmente ovinos e caprinos de corte, é de grande importância para a agricultura familiar uma vez que são animais de grande adaptação às condições climáticas da região. No entanto pratica-se uma pecuária de baixa rentabilidade, que se deve principalmente à falta de informações técnicas ao agricultor. A média de perda animal nas pequenas propriedades (geralmente por doenças e desnutrição) gira em torno de 30% e o rendimento médio da carcaça de caprinos e ovinos gira em torno de 12 a 13 kg. Segundo técnicos locais (APAEB e EBDA), esse índice de perda pode cair para 10% e o rendimento da carcaça subir para 17 a 18 kg em menos de 1 ano, com o melhoramento da infra-estrutura na propriedade e a capacitação em manejo da caatinga e da caprinocultura.

Apresentamos um quadro geral das características sócio-econômicas e ambientais do município. Percebemos o estado de pobreza da população local e o fraco dinamismo econômico do município, centrado especificamente em torno da agropecuária. Esta, por sua vez, tem na sua base a agricultura familiar. Ou seja, numericamente, entre os 5.936 estabelecimentos agropecuários existentes em Araci em 1996, 5.779 (97%) são estabelecimentos até 100 hectares. Entre estes, 4.938 (83%) são estabelecimentos até 20 hectares.

## **5 - A AGRICULTURA FAMILIAR DE ARACI**

### **5.1. Diagnóstico Rural Participativo de Agroecossistemas**

Através da união das organizações de trabalhadores rurais e de apoio (APAEB, STR, SASOP e MOC) é que foi realizado, no primeiro semestre de 1995, um Diagnóstico Rural Participativo de Agroecossistemas (DRPA) de Araci, cujas informações subsidiaram a elaboração das propostas contidas no Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR) de Araci. Utilizando técnicas participativas, o diagnóstico envolveu diretamente 300 famílias de agricultores e abrangeu seis comunidades rurais do município de Araci, escolhidas através de três critérios principais, quais sejam: áreas com maior concentração de pequenos produtores, áreas com maior intensidade de atuação do STR e da APAEB e características edafo-

climáticas representativas das diferentes regiões do município. (SASOP, 1995 a; CMDR, 1997).

Note-se que a metodologia utilizada no DRPA considerou o número de unidades familiares, diferentemente do que o censo agropecuário define como estabelecimentos. O IBGE 1995/1996 considera estabelecimento rural todo terreno de área contínua, independente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor (independentemente das condições legais), onde se processe uma exploração agropecuária. Já, a metodologia do DRPA levou em consideração a identidade enquanto agricultor. Assim, permitiu contabilizar agricultores sem terra e/ou diaristas (trabalhadores rurais) que se autodenominam agricultores por força de identidade (lavradores), mas que se encontram na situação de não-proprietários apenas por uma questão de oportunidade. Muitos desses agricultores trabalham nas terras dos familiares ou são apenas agregados, número que o censo agropecuário não reflete.

A realização do DRPA teve a função de quantificar o número de agricultores e de identificar os principais problemas por vivenciados, esse exercício foi muito útil na definição da tipologia, a qual ajudou a identificar cinco tipos diferentes de agricultor familiar em Araci, localizados e com ação predominantes em cinco micro-regiões diferentes do município. Assim, para cada problema identificado no diagnóstico foi possível relacioná-lo com a tipologia.

Dentre os critérios, os principais definidores que ajudaram na tipologia dos agricultores familiares de Araci foram: o envolvimento da família no trabalho, o tamanho aproximado da área explorada e a origem principal da renda, se externa ou interna à propriedade<sup>28</sup>. (SASOP, 1995b). Cada categoria da tipologia foi definida (SASOP, 1995b; CMDR, 1997) conforme demonstra o **Quadro 1**.

Quadro 1 - Tipologia dos Agricultores Familiares de Araci, 1995

Diaristas	Dependentes	Safristas	Semi-estruturados	Diversificados
<p>Inclui agregados, geralmente sem terra, mas que exploram pequena quantidade de terra (podendo ou não ser proprietários) cuja principal fonte de renda é o assalariamento, seja como diarista ou empreitada ou ainda combinando a atividade de diarista com a de parceiro ou arrendatário. Possui ou explora no máximo 5 tarefas de terra (2,2 ha) e o sistema produtivo não inclui a pecuária; compõe-se de culturas anuais de subsistência (feijão e milho consorciados, mandioca, e eventualmente hortaliças como abóbora, maxixe e batata). Praticamente toda a produção é voltada para o consumo familiar. Além da atividade de diarista, a renda é complementada com a produção de artesanatos de fibras de sisal ou de palha extraída de palmeiras comuns da região. atividade, esta, exercida pelas mulheres. Nunca tiveram acesso ao crédito rural. A renda média mensal da família é R\$62,00, equivalente a 0,45 salários mínimos.</p>	<p>São futuros herdeiros que trabalham nas terras de familiares. Exploram em média 1 a 10 tarefas de terra (0,4 a 4,3 ha). Geralmente a produção agrícola é destinada ao autoconsumo e a produção animal ao mercado. O sistema produtivo é composto de culturas anuais de subsistência (milho, feijão, mandioca) e de uma pecuária de pequenos animais (caprinos e ovinos). Parte de sua renda provém desta agropecuária e parte do assalariamento. Alguns migram temporariamente (períodos de seca) para trabalhar nas grandes cidades e/ou, assim como os diaristas, complementam sua renda com artesanatos. São raros os que já tiveram acesso ao crédito rural. A renda média mensal da família é de R\$96,00, equivalente a 0,7 salários mínimos.</p>	<p>Inclui pequenos proprietários, agregados, arrendatários ou meeiros, cuja origem da renda se modifica conforme as condições climáticas: em anos normais climaticamente a principal fonte de renda provém da produção agropecuária; em anos de seca severa provém do assalariamento. Exploram entre 10 a 20 tarefas de terra (4,3 a 8,7 ha). O sistema de produção é composto de culturas anuais de subsistência (feijão, milho, mandioca) e da pecuária de animais de médio porte (caprinos e ovinos). Utilizam toda a mão-de-obra familiar na propriedade, mas não contratam terceiros. Alguns aumentam sua área de cultivo através de contratos de arrendamento ou meagem. O artesanato ainda aparece neste tipo de agricultor como fonte complementar de renda. Alguns já tiveram acesso ao crédito rural. A renda média mensal da família é de R\$121,00, equivalente a 0,89 salários mínimos.</p>	<p>São pequenos proprietários cuja fonte de renda provém exclusivamente da produção agropecuária, não necessitando vender o trabalho fora nem mesmo em períodos de seca. Possuem entre 20 e 50 tarefas de terra (8,7 a 21,7 ha). O sistema de produção é composto por culturas anuais de subsistência (feijão, milho e mandioca), por uma cultura permanente (sisal) e pela pecuária composta de caprinos, ovinos e bovinos (geralmente o rebanho total gira em torno de 20 cabeças). Eventualmente contratam mão-de-obra de terceiros e muitos já tiveram acesso ao crédito rural. A renda média mensal da família é de R\$184,00, equivalente a 1,35 salários mínimos.</p>	<p>São pequenos proprietários cuja fonte de renda provém exclusivamente da agropecuária. Possui aproximadamente entre 50 a 200 tarefas de terra (21,7 a 87 ha), podendo até desmatar terras para arrendamento ou sistema de meagem. O sistema de produção é composto de cultura permanente (sisal) e culturas anuais de subsistência (feijão, milho, mandioca), além da pecuária, composta por bovinos, caprinos e ovinos (geralmente o rebanho total é superior a 50 cabeças). Geralmente contratam mão-de-obra familiar externa ou possuem empregado permanente. A grande maioria já teve acesso ao crédito rural. A renda média mensal da família é de R\$386,00, equivalente a 2,83 salários mínimos.</p>

Para complementar à tipologia, o CMDR (1997) apresentou os pontos considerados críticos identificados no DRPA, reforçados por um segundo diagnóstico participativo (DP), elaborado sob orientação da Secretaria Executiva Estadual do PRONAF.

O DP foi realizado em 20 e 21 de setembro de 1996, através de uma "oficina" que contou com a participação dos membros do CMDR e representantes das organizações parceiras, e com a coordenação de colaboradores da EBDA e de representantes do Conselho Estadual do PRONAF (Delegacia Federal da Agricultura e Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Bahia – FETAG-BA).

Foram apontados no DRPA e no DP diversos pontos de estrangulamento, os quais serão aqui apresentados seguindo a mesma ordem estabelecida pelo PMDR, já que esta ordem sugere uma hierarquização dos problemas. Contudo, optou-se por juntar alguns temas comuns que foram descritos dispersamente no PMDR. Assim podemos identificar sete problemas principais: O primeiro problema identificado foi a “*pouca disponibilidade de terra para a plantação e o criatório, (...) não acesso à terra e falta de documentação das terras*” (CMDR, 1997: 15; 20).

Os dados sobre a estrutura fundiária já apontavam para este obstáculo. Os tipos que mais sofrem com este problema são os *Diaristas, Dependentes e Safristas*, totalizando 4.379 (67%) unidades familiares. Este dado foi melhor precisado posteriormente pelo STR revelando que *existe em torno de 1.800 famílias rurais sem terra em Araci e outras 1.930 sem quantidade de terra suficiente para os sustento condigno*. As principais causas apontadas para esse problema foram: divisão das terras por herança, venda de terras para pequenos agricultores migrantes, grilagem de terras por fazendeiros e falta de uma política agrária eficaz.

Em segundo lugar o DRPA hierarquizou a “*Insuficiência de água para o consumo humano e animal*”, afetando de forma geral todos os tipos de agricultores. (Idem: 15). Foram apontadas causas naturais como a irregularidade das chuvas, ausência de rios permanentes, rápida evaporação, terras arenosas inadequadas para o acúmulo de água, salinização em algumas regiões, e causas estruturais como o manejo inadequado das propriedades, a insuficiência ou mal dimensionamento de estruturas de captação e armazenamento de água.

Em terceiro lugar foi apontado a fragilidade da atividade agropecuária, sentida principalmente pelos *Semi-estruturados e Diversificados*. As principais causas apontadas foram a insuficiência de alimento e água para o rebanho nos períodos secos, decorrente da deficiente estruturação das propriedades, do manejo inadequado das terras e dos rebanhos, falta de capacitação dos agricultores para a convivência com a seca e, no caso do sisal, a queda do preço no mercado internacional.

Em quarto lugar o DRPA identificou a dificuldade de acesso ao crédito e assistência técnica, cujos agricultores mais afetados seriam os *Semi-estruturados* e os *Diversificados*. As causas apontadas foram a exigência da burocracia bancária, a insuficiência de programas de crédito, além da insuficiência de técnicos e recursos das organizações de apoio (APAEB e MOC) e de assistência técnica (EBDA) para assistir a todos os agricultores. Também foi apontada como causa, “*a falta de uma Política*



*Agrícola adequada à pequena produção (crédito, assistência técnica, comercialização, esensibilidade dos agentes financeiros a agricultura familiar)”. (Idem: 15; 20).*

A dificuldade na comercialização foi o quinto problema hierarquizado, afetando todos os tipos de forma geral. O PMDR não aponta diretamente as causas desse problema.

No entanto as propostas de soluções apresentadas, assim como as entrevistas com técnicos locais e lideranças da APAEB e do CMDR, indicam causas como: inexistência ou inadequação das estruturas de armazenamento e despreparo dos agricultores em relação a alternativas competitivas de produção e a técnicas de agregação de valor aos produtos, seja via transformação (pequenas estruturas agro-industriais) seja via técnicas de limpeza e embalagem de produtos. Segundo informações do presidente do CMDR, à exceção da carne que é comercializada em um equipamento próprio, o único espaço para comercialização de produtos agrícolas alimentícios produzidos em Araci, como o feijão, milho, farinha-de-mandioca e algumas frutas e hortaliças, é uma feira livre que acontece em grande escala nas segundas feiras e em menor escala nas quintas feiras. Há apenas um supermercado de porte médio na cidade e alguns menores, sendo que nenhum deles compra produto diretamente de agricultores locais.

O abastecimento alimentar local provém, em sua maior parte, de municípios da região ou mesmo de outros estados. Quando existe boa produção de feijão (se foi um ano bom de chuva) a comercialização desse produto acontece durante um mês ao ano, sendo que 30% é vendido na sede de Araci e 70% é comercializado em municípios da região, especialmente Feira de Santana. A produção local de milho é consumida internamente nas propriedades e o abastecimento do município com esse produto provém dos estados do Sul do Brasil. A produção de mandioca (farinha) também é insuficiente e o abastecimento acontece através dos municípios do Recôncavo Baiano.

Segundo o presidente do CMDR de Araci, a carne é o principal produto comercializado no município. Enquanto o gado bovino provém quase que totalmente do estado de Minas Gerais - são abatidas em torno de 60 cabeças de gado bovino diariamente, ou seja, aproximadamente 22 toneladas diárias -, a carne ovina e caprina é o único produto cujo abastecimento é todo efetuado pela agricultura familiar local, além de abastecer outros municípios da região. O gado bovino produzido no município não consegue alcançar as exigências de peso e carcaça para concorrer com outras regiões produtoras.

Para a comercialização do sisal, existem dois armazéns compradores de fibras em Araci (o sisal passa por um primeiro processamento nas propriedades - nos "motores" - que produz a fibra bruta), mas a maior parte desse produto é comercializada nos municípios de Conceição do Coité e Valente, por intermédio de atravessadores. Apenas um pequeno grupo de agricultores está comercializando a fibra com a APAEB do município de **Valente**<sup>17</sup> e este fato tem refletido diretamente na regulação dos preços pagos ao produtor. Segundo diretores da APAEB de Araci, trata-se de uma experiência que pode ser melhor discutida e ampliada entre as duas APAEBs.

A carência alimentar ("*baixo consumo de alimentos pelas famílias*", CMDR, 1997:15) foi o sexto problema apontado pelo DRPA, afetando especialmente os *Diaristas*. As causas apontadas foram a pouca disponibilidade de terras para plantar, as perdas das safras devido a períodos de secas e a inexistência de postos de trabalhos nas terras de terceiros.

Sem apontar as causas, o sétimo problema identificado foi a deficiência da estrutura básica de serviços públicos municipais nos povoados rurais, tais como: saúde e educação (deficiência de postos de saúde e escolas nas comunidades rurais), transportes (ausência de transporte para professores e alunos), estradas.

Antes de entrarmos propriamente na discussão do diagnóstico apresentado, serão abordados, de forma não exaustiva, alguns enfoques sobre o conceito de agricultura familiar, com vistas a apreender algumas características sobre a agricultura familiar de Araci.

Para Abramovay (1992), a organização familiar é uma condição necessária mas não suficiente para explicar as condutas do campesinato. Assim, o traço básico das sociedades camponesas é a integração parcial a mercados incompletos. Mas a idéia de integração parcial ao mercado não significa nem uma produção exclusiva de auto-subsistência, nem um gradualismo pelo qual o envolvimento com o mercado seria cada vez menos parcial até se tornar completo. Ou seja, o importante não é simplesmente o autoconsumo, mas sim a flexibilidade entre consumo e venda (**alternatividade**<sup>18</sup>), em

---

<sup>17</sup> A APAEB de Valente tem assumido cada vez mais importância na participação do beneficiamento, comercialização e industrialização do sisal. Em 1998 ocupou a quarta posição entre os 11 exportadores de fibra no estado da Bahia e empregou diretamente 552 pessoas. (APAEB VALENTE, 1999).

<sup>18</sup> A flexibilidade (ou alternatividade) explica a razão da opção dos camponeses pelas culturas de subsistência em detrimento, muitas vezes, de culturas mais rentáveis. Caso o mercado não seja propício, o objetivo primeiro de alimentar a família não estará fatalmente comprometido. (Heredia, 1979 *apud* Abramovay, 1992; Garcia Jr., 1983, *apud* Abramovay, 1992).

função de circunstâncias ocasionais. O caráter de integração parcial aos mercados se deve também ao fato de que nem todos os meios de produção são comprados, sendo que a relação do agricultor com o mercado refere-se à compra de sua subsistência e à venda dos produtos do seu trabalho.

Já, para Wanderley (1996), o chamado agricultor familiar moderno não produz uma ruptura total e definitiva com as formas "anteriores". Ele é sim, um agricultor portador de uma tradição camponesa adaptado às novas exigências da sociedade, o que não significa perda de sociabilidade entre os agricultores.

Autores como Sorj & Wilkinson (1983), definem o agricultor familiar moderno como aquele que tem compulsão a mercantilizar a totalidade da produção, ou seja, a possibilidade de optar pelo autoconsumo ou pela mercantilização da produção ("alternatividade") praticamente desaparece; inexistente uma permutabilidade entre terra, trabalho e capital, onde a tecnologia passa a determinar tanto a quantidade mínima de terra para o uso rentável como os limites à alocação alternativa de força de trabalho familiar; existe um movimento de seleção-exclusão-concentração de produtores dentro da dinâmica dos novos patamares técnicos; o conhecimento tradicional do camponês é substituído pelo conhecimento dos técnicos (seja da agroindústria, seja da extensão rural), assim como o ritmo de trabalho passa a ser determinado pelas novas técnicas; existe uma "integração econômica-ideológica", a partir da crescente interiorização da racionalidade capitalista, voltada para maiores níveis de produtividade e a partir dos meios de comunicação de massa, alterando a cultura e a forma de viver.

Já Ellis (1988) *apud* Abramovay (1992), relaciona cinco aspectos básicos que conformam a inserção dos camponeses ao mercado e que podem ser detectados, pelo menos em parte, na agricultura familiar de Araci. Tais aspectos partem da pré-suposição de que um dos traços básicos do campesinato é a sua inserção parcial a mercados imperfeitos.

1 - observa-se que o mercado de capitais e crédito é fragmentário ou inexistente. Ou seja, o crédito é obtido de fontes locais e liga-se a condições pessoais de dominação dos proprietários de terras e/ou dos comerciantes sobre os camponeses. Conforme já constatamos, a dificuldade de obtenção de crédito para os pequenos agricultores apareceu bem clara no diagnóstico.

As dificuldades levaram, entre outras iniciativas, à criação de uma cooperativa de crédito que pudesse minimizar o efeito do crédito enquanto condicionante para o desenvolvimento da agricultura familiar local. Ainda com um

pequeno volume de movimentação financeira, um dos principais benefícios proporcionados pela cooperativa de crédito foi a eliminação da agiotagem em Araci. Por outro lado, ainda que o crédito para a pequena produção não dependa somente de comerciantes locais, dado que atualmente existem os programas de crédito específicos para a agricultura familiar (PRONAF e outros derivados do Fundo Constitucional para o Nordeste - FNE, como por exemplo o Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER rural), o acesso a essas fontes nem sempre é possível, dadas as barreiras de ordem burocrática impostas por determinados agentes, especialmente o Banco do Brasil.

2 – o acesso aos insumos necessários à produção não se dá em um quadro competitivo e, mais que isso, a obtenção de insumos passa pelos mesmos canais comerciais dos quais depende seu abastecimento em gêneros de primeira necessidade. No caso de Araci, isso tanto é verdade que a própria história de criação da APAEB teve como um de seus objetivos (frustrado) tornar os sócios independentes do mercado local, estruturando seu próprio comércio de produtos que envolvia a revenda de determinados gêneros alimentícios, alguns produtos para a agropecuária e o armazenamento e comercialização dos produtos produzidos pelos associados (milho e feijão). No entanto, tanto a baixa renda dos agricultores familiares (como vimos na tipologia), que impede a possibilidade de realizar qualquer investimento nas propriedades, quanto a permanência de uma agropecuária de baixo padrão tecnológico não permitiu nem mesmo estruturar um mercado local de insumos e maquinarias para a agricultura. Além da lavoura do sisal apresentar característica pouco exigente em agroquímicos, o fato do rendimento da agropecuária (especificamente as culturas anuais) estar associado a altos riscos decorrentes da seca, não estimula a utilização nem de agroquímicos e nem produtos veterinários. Ademais, as etapas de plantio e colheita são realizadas com instrumentos rudimentares. Muitas vezes a produção das culturas de subsistência garante a alimentação da família mas não garante a semente para o próximo plantio.

3- As informações sobre a situação de mercado são pobres e erráticas, reforçando a dependência entre o camponês e os comerciantes locais e 4 – as dificuldades de transporte e comunicação reforçam o poder dos comerciantes locais sobre os camponeses. Ao analisarmos a trajetória das organizações de apoio à agricultura familiar de Araci, especialmente a APAEB e o MOC, identificaremos que as dificuldades com a comercialização sempre estiveram colocadas (embora assumindo ênfases diferenciadas no processo), tendo sido um dos principais motivos da criação da própria APAEB. No entanto a comercialização permanece como um dos principais

obstáculos para o desenvolvimento da agricultura familiar local; tanto que a grande parte das soluções apresentadas no PMDR, aponta ou para a superação da dependência de comerciantes locais - como por exemplo no caso do sisal, onde a APAEB do município de Valente começa a assumir um papel importante na formação de preços regionais, puxando-os para cima, e como no caso da criação da Associação Comercial dos Agricultores Familiares de Araci (ACOAFa) que teria a responsabilidade de diminuir as barreiras no processo de comercialização - ou para a constituição de mercados de nicho, destinados a consumidores mais exigentes, como no caso da transformação do leite de cabra em derivados (leite em pó, queijos, leite pasteurizado), defumados de ovinos e caprinos, filé de peixes, qualificação dos artesanatos de palha e de sisal, processamento adequado do mel, etc..

Os principais indicadores das condições de vida da população local e a posição ocupada pelo segmento agricultura familiar no desenvolvimento sócio-econômico local do município de Araci na época do encontrava-se entre os mais pobres do estado da Bahia e do país, quadro este que contribui para o recebimento de atenção especial de programas que procuram minimizar as condições de pobreza da população, tais como os programas do Comunidade Solidária (PETI que beneficia 3.950 crianças com a bolsa escola, e do Programa de Garantia de Renda Mínima, que beneficia mais 4.267 famílias) e a exemplo do próprio PRONAF infra-estrutura e serviços. A convergência desses programas nos municípios é importante à medida em que combina ações imediatas, que procuram retirar da linha de pobreza absoluta um determinado contingente da população mais carente, com ações que procuram revigorar os processos sociais e econômicos locais, como é o objetivo do PRONAF infra-estrutura e serviços. No entanto, diferenças no modo de execução e gestão, que levam à criação de conselhos específicos para cada programa, não garantem a perfeita consonância das ações no caso de Araci.

Alem disso existem outros programas no estado destinados a priorizar a convergência de ações entre as diversas secretarias de estado e programas, direcionando-os para os municípios mais pobres (Programa Faz Cidadão), mas que, no entanto, nem sempre convergem para os municípios já selecionados pelo PRONAF infra-estrutura e serviços, o que seria desejável em se tratando de conjugar esforços entre esferas governamentais e a sociedade civil.

A agricultura familiar local, apesar de seu fraco desempenho frente ao conjunto de municípios baianos, é, sem dúvida, o pivô da economia do município. E dentre as principais dificuldades enfrentadas por aquele segmento, evidencia-se a

minifundização crescente, conforme demonstram os Censos Agropecuários do IBGE (1970, 1985 e 1996) e os estratos identificados na tipologia dos agricultores familiares de Araci. Através desta tipologia, identificamos que existe uma relação direta entre o aumento da renda e o tamanho da área explorada, diferente do estudo FAO/INCRA (1996), que relativiza o acesso à terra enquanto condição para o aumento da renda e para a ascensão de uma categoria a outra, ao estudar a tipologia dos agricultores *consolidados (A)*, *em transição (B)* e *periféricos (C)*. O caso de Araci demonstrou, porém, que se as condições edafo-climáticas são relativamente iguais para todos, o tamanho da terra torna-se fundamental na composição da renda.

Fatores estruturais como a histórica pulverização fundiária no estado da Bahia, sobretudo no semi-árido, têm determinado a presença de atividades extra-agrícolas como estratégia de reprodução da agricultura familiar. Por sua vez, as atividades extra-agrícolas, no caso de Araci, também são limitadas pelo baixo dinamismo econômico da região (decadência da lavoura do sisal, baixo padrão da atividade agropecuária, inexistência de agroindústrias próximas, inexistência de postos de trabalho no setor terciário do município).

Do ponto de vista metodológico, a experiência do Diagnóstico Rural Participativo, que resultou na construção de uma tipologia dos agricultores familiares de Araci, pode ser considerada como um exemplo de classificação dos agricultores locais compatível o mais possível com a realidade local e com a real identidade dos atores, à medida em que permite detalhar a enorme diversidade que envolve o segmento agricultura familiar. Neste sentido, o uso de classificações de nível macro, como por exemplo aquela utilizada pelo PRONAF (FAO/INCRA, 1995; 1996) são úteis à medida em que impõem limites para o enquadramento de beneficiários, mas deixam a desejar por encobrirem diferenças regionais importantes e assim nivelarem a enorme diversidade da agricultura familiar em um país de dimensões continentais.

Os processos sociais em Araci e o papel das organizações de trabalhadores rurais e de apoio na implementação do PRONAF infra-estrutura e serviços. Entre outras coisas, veremos que a realização do diagnóstico participativo foi fundamental para a mobilização dos atores que, posteriormente, participaram da elaboração do PMDR e para a apropriação daquela política pública, por grande parte do segmento agricultura familiar local.

## CAPITULO II

### O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E OS PROCESSOS SOCIAIS EM ARACI

#### 6. Formação do Capital Social em Araci

Entender como os processos sociais anteriores e posteriores à implantação dos CMDRs pode influenciar em resultados positivos ou resultados negativos êxito na implementação do PRONAF infra-estrutura e serviços. Assim, apresentamos as organizações da sociedade civil existentes no município de Araci, destacando alguns momentos mais relevantes da história dessas organizações e a sua relação com o poder público local. Ao mesmo tempo discutimos o papel das mesmas na elaboração e formulação de propostas para o desenvolvimento da agricultura familiar daquele município e especificamente na implementação do PRONAF.

No município de Araci existe duas grandes organizações de trabalhadores rurais: o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) e a Associação de Pequenos Agricultores de Araci (APAEB). As duas organizações que são bastantes fortes no município, recebem assessoria do Movimento de Organização Comunitária (MOC) que é uma organização não governamental (ONG) que fica sediada no município de Feira de Santana, e que atua apoiando organizações populares em diversos municípios da região sisaleira. Dessa forma, é possível afirmar que a grande maioria das organizações de base que estão ativas atualmente em Araci e região teve origem através do trabalho de parceria entre o MOC, APAEB e STR entre outras.

No entanto, é bastante notável a existência de varias associações comunitárias de base, que mantêm graus de relacionamentos umas mais outras menos intensos com o STR, APAEB e MOC, e ainda outras estão ligadas à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Araci (ADESA) que em muitos casos se contrapõe politicamente as demais, como se existem dois grupos, dois lados, o que defende quando é conveniente e o que acusa quando concorda.

Para entendimento dos processos econômicos e sociais no município, é fundamental, principalmente daqueles associados ao desenvolvimento rural e a implementação de políticas para o segmento agricultura familiar, identificarmos alguns dos marcos mais significativos na história dessas organizações bem como da

contribuição das mesmas na formatação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) e no debate, elaboração e execução de propostas para a agricultura familiar no município. Assim, num primeiro a atuação do MOC, STR e APAEB apresentam características mais pontuais, que com o passar do tempo toma-se uma outra concepção e implementação, a discutir e articular alternativas de políticas mais organizadas e que se estruturam juntando-se no Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR).

### **6.1. Atores políticos do movimento social em Araci**

O movimento social de Araci, traz como símbolo revelado pela sua história recente a força contida na luta pela conquista, por diversos atores sócias representantes de diversos segmentos social, como é o caso de representantes de pequenos agricultores, do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR), <sup>19</sup>a partir dos anos setenta, que impulsionou a pela criação da Associação de Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEB) no início da década de oitenta.

De acordo informações das lideranças sindicais, até os meados do ano de 1975 o STR era totalmente comandado por pessoas que representavam a agricultura patronal, sendo em muitos casos usados como instrumento político-eleitoreiro em benefícios de chefes políticos locais, reforçando a denominada “política de cabresto”, onde as pessoas deveriam votar e apoiar que o “cacique político” indicasse.

Nesse caso, todo o processo de orientação que se denominava “formação de oposição sindical” ou de “postura de esquerda”, teve início através de assessoria realizada pelo MOC, criado em 1967. Que de início era vinculado à Diocese da Igreja Católica do município de Feira de Santana, e como dos anos o MOC tornou-se autônomo a partir de 1970, como objetivos claros e definidos que era de estimular e apoiar os diversos processos de organização e desenvolvimento comunitário de pequenas comunidades rurais e urbanas. (APAEB, 1993) apud (APAEB 2000).

A postura do MOC em assessorar aos STRs da região através de projetos e programas de formação continuada de oposições sindicais em municípios da região tinha entre seus objetivos resolver as questões ligadas a terra. A partir dos diversos conflitos que existiam entre os grandes proprietários e os trabalhadores. A partir da

---

<sup>19</sup> Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais na região sisaleira foram fundados na década de 1970, especialmente para prestar assistência à saúde através do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), vinculado à previdência Social. (APAEB, 1993), distribuir sementes e receber alguns recursos para amenizar os efeitos da seca.



década de 1970, o MOC foi pressionado pelos trabalhadores rurais a tomar uma posição frente a conflitos de terra, na região e daí sentiu-se a necessidade de desenvolver trabalhos voltados para essa área, e aí criou e formou-se toda uma discussão para colocar á frente das diretorias sindicais dirigentes mais comprometidos com a categoria e com as lutas dos trabalhadores. (MOC, 1999a: 13) apud (MOC 2001). Segundo a assessores do MOC esses eram os propósitos das oposições sindicais eleitas naquele período pra frente (1975 -1985). Eram eleitos no compromisso de ajudar a transformar a ação do sindicalismo rural, que avançava por conta de ser um modelo assistencialista e conivente com o regime ditatorial, excludente, antidemocrático, em um sindicalismo combativo, democrático e transformador da realidade. Como revelam as falações de dirigentes sindicais da época quando afirma que em vez do medico era melhor o advogado para orientar nos conflitos com os fazendeiros, a formação e capacitação das lideranças comunitárias para ajudar a organizar o povo, a promover e reforçar o assistencialismo dentro do próprio sindicato, que não era o seu papel. *"Começa a surgir daqui o despertar das lideranças para da gosto a coisa"* (liderança sindical de Araci, 2006).

Com tudo, o propósito de construir um movimento sindical rural que respondesse os apelos desses trabalhadores rurais, ajudando a se organizar e instrui-se a lutar pelos seus direitos onde inicialmente a "questão da terra" aparecia muito presente naquele momento. Enquanto que as preocupações mais ligadas ao campo econômico produtivo, eram entre outros, objeto de intervenção por parte dos técnicos do MOC. Cabe lembra que além da luta pela terra e pela democratização do espaço político, estava muito presente a dificuldade na comercialização da produção desses trabalhadores e agricultores familiares.

Na época discutia-se muito a respeito do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) acabava incidindo enfaticamente nos produtos dos pequenos agricultores (feijão, farinha-demandioca, milho e sisal). A luta era também para buscar a isenção do ICM junto ao então Governador do Estado Antonio Carlos Magalhães. Com este objetivo agricultores de vários municípios, reunidos em Salvador em outubro de 1979, e dessa forma, concretizaram a primeira manifestação pública de "camponeses" no Estado da Bahia após 1964. (APAEB, 1993: 68). Ainda eram apontados como causas das dificuldades de comercialização, a falta de crédito e de reais condições e locais para o armazenamento da produção, o que tornava os agricultores cada vez mais dependentes e vulneráveis juntos aos intermediários. (APAEB, 1993) apud (APAEB, 2006).

Com propósito de conduzir as discussões no município a respeito do acompanhamento à produção e comercialização dos produtos dos próprios agricultores, a Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEB) surgiu. A APAEB foi fundada em 1980, com forte disputa conturbada entre as forças que liderava às disputas pelo seu controle político, a exemplo dos sindicatos. Por isso a história do movimento sindical na região, tende a confundir-se com a história da APAEB que, para muitas lideranças que a criaram, estava implícita e clara uma preocupação de ordem mais política, que era conseguir o controle dos sindicatos rurais da região, por os mesmos estarem nas mãos de pessoas que estavam comprometido com os políticos. (APAEB, 1997) apud (APAEB, 2006).

Em muitos municípios as pessoas que estavam envolvidas na luta em defesa de fundar uma nova estrutura de apoio aos trabalhadores e resgatar os sindicatos sentiram muitas dificuldades para colocar seus planos em prática. No entanto, no município de Araci, as lideranças que faziam oposição sindical e conseguiram conquistar o STR também foram acabam sendo fundadoras da APAEB. Em muitos casos, criação da APAEB gerava desconfianças tanto de políticos e sindicatos patronais opositoristas, quanto de sindicatos já conquistados por trabalhadores rurais a exemplo dos municípios de Feira de Santana e Valente que assumiram uma postura alheia à criação da entidade, vindo apoiar a iniciativa assim que entenderam a possibilidade de aliada política nas lutas a favor dos trabalhadores rurais. (APAEB, 1993:81).

Em relação à distinção entre a APAEB e os STRs, os associados de ambos viam o sindicato como um órgão que deveria cuidar dos direitos dos associados e prestar assistência à saúde, enquanto que a APAEB cuidaria da compra do produto do agricultor e do fornecimento de outros produtos. (APAEB, 1993) apud (APAEB, 2006).

Visando atender as diversas demandas relacionadas à comercialização a APAEB

com recursos de organizações de cooperação internacionais, construí em muitos municípios de sua atuação, depósitos para armazenamento de produtos agrícolas e postos de vendas de produtos básicos alimentares e outros itens industrializados para uso na agricultura, como por exemplo formicida, alguns produtos veterinários, etc. no município de Araci, por um bom tempo a APAEB assumiu a função de atuar na comercialização de produtos de subsistência, efetivando o armazenamento de milho e feijão em pequenos silos metálicos e estrategicamente a venda desses produtos na entressafra, e no abastecimento dos associados com alguns produtos básicos,

funcionando como um pequeno posto de comercialização, a "bodega", como é chamada na região. (APAEB, 1993).

Na maioria dos municípios, hoje estas atividades foram abandonadas, e aí as justificativas são muitas, visto que não foi possível arcar com os custos de armazenamento, concorrer com o mercado local e regional na revenda de produtos.

No início tinha a pretensão de representar pequenos agricultores do Estado todo, embora sua base se configurasse apenas em cinco municípios próximos a Feira de Santana, eram eles Araci, Serrinha, Valente, Feira de Santana e Ichú. Além da dificuldade de gerenciamento e sucessivas frustrações com o armazenamento e a comercialização e revenda dos produtos, acaba levando à municipalização das APAEBs, vindo acontecer a partir de 1992. Isso promoveu e concedeu-lhes autonomia administrativa e estrutural.

Com isso, na época é subsidiada com recursos dos governos federal através das políticas da antiga LBA e a nível de estado pela (CAR) e de várias organizações de cooperação européias, a APAEB havia conseguido algumas estruturas de beneficiamento e armazenamento de produtos agrícolas, tais como: a Casa de Farinha Comunitária de Tanque Velho, em Feira de Santana, o Moinho de Milho em Serrinha e a Batedeira de Sisal em Valente. (APAEB Valente, s/d; MOC, 1999b; APAEB, 1993) apud (APAEB, 2006).

Na verdade a municipalização das APAEBs representou o início de uma mudança de concepção da assessoria prestada pelo MOC junto aos agricultores como também da própria estratégia das APAEBs, especialmente a APAEB de Araci. Paulatinamente, foi-se diminuindo o peso da assessoria direta aos STRs e concentrou-se as atividades para projetos produtivos de geração de emprego e renda. O MOC, através do seu "Programa Agrícola" e em convênio com as APAEBs, alocou técnicos para dar assessoria às mesmas nos cinco municípios. Especificamente em Araci o MOC mantém financeiramente dois técnicos (um Técnico Agrícola e um Engenheiro Agrônomo) a disposição da APAEB. (MOC, 1999a; 1999b).

Os temas trabalhados pelo MOC junto ao seu público da zona rural, num primeiro momento enfocavam fortemente a "*Educação Popular*", cujo conteúdo carregava em grande parte a idéia de combater o autoritarismo explícito do Estado, herança do período ditatorial. (MOC, 1999b). Já, a partir da segunda metade da década de oitenta, com as mudanças nos rumos políticos do país, pós período de abertura

política, tornou-se mais relevante dar ênfase na capacitação para projetos econômicos alternativos. (MOC, 1999a).

Portanto, além da assessoria política aos STRs, o MOC passou a desenvolver um programa de assessoria técnica a “*pequenos projetos econômicos*” tais como, implantação de hortas comunitárias, implantação de casas de farinha, bancos comunitários de sementes, entre outros. (MOC, 1999b).

A partir do início da década de noventa o Programa Agrícola do MOC passou a ter uma visão ampla de desenvolvimento das unidades de produção familiar, integrando uma concepção de “convivência com a seca”. Esta concepção surgiu, certamente, do fato de que o principal propósito, além da questão política já enfatizada, pelo qual foi criada a APAEB - a comercialização - ainda carecia de resposta. A capacitação então, passou a dar ênfase no planejamento das propriedades, a partir da instituição de um Fundo Rotativo de Crédito, financiado com recursos de organizações não governamentais internacionais ou mesmo crédito bancário especial.

Ainda como tentativa de resolver os problemas de comercialização foi estruturada a Central de Informações Agrícolas (CEIA) no ano de 1992, iniciativa tomada pelas APAEBs dos cinco municípios, pelo MOC, SASOP e por outras associações ou cooperativas de agricultores familiares do Estado da Bahia. Mas o processo de criação dessa nova organização foi carregado de divergências quanto ao seu papel: uns defendiam que a CEIA deveria atuar como corretora, efetivando a comercialização dos produtos das filiadas; outros defendiam que aquela deveria atuar na capacitação das filiadas para os processos de comercialização, por exemplo estudos de mercado, gestão/administração do empreendimento, etc. Esta divergência, que nunca foi totalmente resolvida, derivou do fato de haver grande distinção de demanda e de capacidade econômica das filiadas: umas já bem estruturadas, tendo o que oferecer ao mercado e outras muito frágeis, ainda buscando alternativas de mercado. Esse quadro terminou por enfraquecer a CEIA enquanto organismo articulador das demandas de comercialização do conjunto das filiadas, mesmo porque as divergências passaram a impedir até a alocação de maiores recursos para a contratação de técnicos capacitados. De todo modo, de acordo com um assessor da APAEB/MOC, a CEIA tem oferecido algumas assessorias pontuais para a APAEB de Araci.

A mudança de visão da APAEB de Araci e do MOC acima mencionada, qual seja, adoção de uma concepção mais sistêmica sobre a unidade de produção, valorizando aspectos de planejamento e gestão, culminou na idéia de realizar um

Diagnóstico Rural Participativo de Agroecossistemas (DRPA), cujos dados já foram apresentados no capítulo anterior. Esse diagnóstico deveria orientar as ações da APAEB e do STR em Araci, assim como permitiria fornecer elementos para buscar a parceria com outros atores, como por exemplo a EBDA local e a Prefeitura, até então pouco ou quase nada envolvidos.

No desenvolvimento atual de suas atividades, o MOC tem priorizado, na assessoria às APAEBs e STRs, conteúdos que incluem políticas públicas, relações de gênero, geração de emprego e renda e desenvolvimento sustentável. As atividades estão estruturadas em quatro **programas**<sup>20</sup>, a saber: 1) o Programa Econômico, onde se insere o Sub-Programa Agrícola; 2) o Programa de Gênero; 3) o Programa de Educação, contendo o Sub-Programa de Alfabetização (encerrado em 1997) e o Sub-Programa de Capacitação de Professores Rurais; e 4) o Programa de Movimentos Sociais. (MOC, 1997; 1998; 1999b).

Foi possível observar, que no período atual a APAEB de Araci voltou-se para desenvolver a organização da produção das propriedades, através da capacitação de agricultores no manejo da produção agropecuária e da especialização em captação de crédito subsidiado. Já o STR, além de atuar em sintonia com a APAEB, dedica grande parte de suas atividades no equacionamento dos trâmites da aposentadoria rural, visto que parte considerável de associados são agricultores já na terceira idade. A organização de mobilizações, a fim de minimizar os problemas derivados das grandes secas que sempre atingiram a região em períodos cíclicos, em consonância com o movimento sindical regional, assim como o encaminhamento de propostas ligadas à questão da terra, também estão a cargo do STR.

Importa enfatizar que o relacionamento com o Poder Público (nas três esferas) até metade da década de 1990, foi marcado pelo embate e enfrentamento, tendo sempre um caráter reivindicatório em períodos críticos. Segundo um assessor da APAEB/MOC, a sociedade civil, a partir de 1992, começou a participar de sessões na Câmara de Vereadores para tentar incorporar propostas na Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), mas sempre foi vista como "o grupo do PT que incomodava".

---

<sup>20</sup> O MOC também participa, conforme assinalado anteriormente, do Programa de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (PPETI) da região sisaleira da Bahia. Para tal, procura direcionar as ações previstas em seus programas e subprogramas, de forma a ampliar seu leque de atendimento a famílias antes excluídas. (MOC, 1999b).

Mesmo o relacionamento da APAEB com o órgão de extensão rural do estado - a EBDA local -, era também pouco amistoso. Ambas viam-se com desconfiança: de um lado algumas lideranças da APAEB viam a EBDA como mais um instrumento político-eleitoreiro a serviço dos chefes políticos regionais e locais e, de outro, os técnicos da EBDA sentiam-se questionados por assistirem a um determinado público de agricultores não pertencentes à APAEB e STR e acabavam se afastando. Este afastamento foi sendo minimizado a partir de 1995, onde a própria APAEB tomou a atitude de reivindicar a presença da EBDA em suas atividades, como por exemplo, durante a discussão dos resultados do diagnóstico participativo. Veremos mais adiante que o CMDR contribuiu para aproximar ainda mais as ações da EBDA em consonância com as reivindicações da APAEB e STR.

## **6.2. Outras Organizações da Sociedade Civil**

### **6.2.1. O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais**

Segundo dirigentes do STR, o número de mulheres sindicalizadas no município é significativo. O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Araci (MMTRA) foi aos poucos tomando corpo, a partir do momento em que a direção do STR ficou legitimada como representante dos trabalhadores rurais, em 1975. Segundo depoimento de um dirigente sindical e liderança política do município, *“um dos primeiros sindicatos que filiaram mulheres no estado da Bahia foi o de Araci. E nas próximas eleições já colocamos as mulheres para serem diretoras do sindicato (...) em 1978. (...) Assim nós entramos lutando e quebrando esses rancores, esses raios ditatoriais e fomos desmanchando-os”*.

Ligado ao STR, no período atual o MMTRA é um segmento bastante atuante no município, especialmente através de sua participação nos diversos Conselhos existentes em Araci. O objetivo principal do MMTRA é contribuir para a eliminação das desigualdades de gênero, valorizando as atividades da mulher trabalhadora rural e incentivando a sua participação e influência nos espaços de decisão da sociedade.

Por não se constituir em um organismo autônomo, mas sim ligado ao STR, nem todos os Conselhos do município reconhecem a participação do MMTRA com direito a voto, embora não se faça restrições do direito a voz. Esse fato tem reforçado as discussões do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, nas instâncias municipal e regional, sobre a possibilidade de tornar-se uma organização autônoma juridicamente, proposta esta que tem dividido lideranças do Movimento Sindical. Em Araci, o CMDR

reconhecia o MMTRA com direito a voz e voto desde 1996 até 1999. A partir do final de 1999, já temendo uma modificação no poder executivo municipal após o pleito eleitoral em 2000, houve uma pequena reestruturação nos estatutos do CMDR, onde os membros optaram pela legalização de todas as indicações e o MMTRA passou a exercer apenas direito de voz.

### **6.2.2.Os Partidos Políticos**

De acordo com lideranças ligadas ao Partido dos Trabalhadores (PT), além deste, existem os seguintes partidos políticos em Araci: Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido Progressista Brasileiro (PPB), Partido Trabalhista brasileiro (PTB), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido da Frente Liberal (PFL), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Liberal (PL).

No período eleitoral é comum ocorrer que a maioria desses partidos se dividam em duas grandes facções, disputando, no âmbito estadual, o apoio do grupo político que se articula em torno do PFL e que mantém a liderança política no estado.

Nas últimas eleições, em 1996, de um lado se agruparam o PSDB, PPB e PL e, de outro, o PDT, PFL, PTB e PSB. Formando um grupo isolado com menor força eleitoral ficou o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que lançou candidatura própria. Já o PT, que ideologicamente se opõe a todos esses grupos e congrega a maior parte dos associados da APAEB e STR, possui aproximadamente 5% do eleitorado, o que é suficiente para que ele atue como o “fiel da balança” nas disputas municipais. Nas duas 101 últimas eleições o PT não lançou candidatura própria para prefeito, mas já se coligou (em 1992) com o PMDB.

O PT foi fundado em Araci na primeira metade da década de 1980 e, segundo depoimento de um líder sindical e dirigente petista, surgiu para marcar posição frente ao governo municipal, sendo que, inicialmente, passou por um longo período de conscientização e formação política de simpatizantes para, só depois, em 1988, concorrer nas eleições municipais para o legislativo. Mas somente em 1992 o PT conseguiu eleger um representante na Câmara de Vereadores, através de uma coligação com o PMDB. Já, nas eleições municipais de 1996, o PT não logrou eleger nenhum vereador, segundo suas lideranças, pelo fato de não ter efetuado coligação naquelas eleições, o que certamente daria ao candidato petista coeficiente eleitoral para ser um

dos primeiros mais bem votados do legislativo municipal e provavelmente eleger mais um representante petista.

Se, por um lado, é possível dizer que a existência de um razoável número de siglas partidárias nas pequenas localidades - tal como vemos em Araci - demonstra uma certa legitimação do sistema partidário, por outro lado percebemos que a divisão em siglas partidárias não parece refletir diferentes ideologias como poderia sugerir. Esse tipo de arranjo (dois grupos fortes e um segundo e terceiro menores) nos mostra que, apesar dos partidos políticos expressarem, cada um, ideologia e conteúdo programático próprios - resguardadas as reais afinidades entre um e outro -, nas pequenas localidades nem sempre eles expressam a mesma orientação programática e ideológica que podem representar no âmbito nacional. Assim, não parece haver uma distinção clara entre direita e esquerda, mas sim entre situação e oposição.

Utilizando de um recorte antropológico, segundo Palmeira (1999), alguns autores explicam esse complexo jogo conferindo mais atenção aos mecanismos de adesão ao voto. Ou seja, no "corpo-a-corpo" da política local, onde os compromissos envolvendo o voto são firmados, prevalecem outros valores que não apenas aqueles da representatividade dos partidos **políticos**,<sup>21</sup> valores esses que envolvem o estabelecimento de compromissos entre as partes, onde a reciprocidade é um elemento constitutivo desse compromisso. Nesse sentido ganha destaque a palavra empenhada, garantida pelo envolvimento pessoal e não necessariamente pelo envolvimento **partidário**<sup>22</sup>.

De acordo com Landé (1997: xiii) *apud* Palmeira (1999), é a própria associação entre política e grupo (qualquer que seja sua extensão) que precisa ser questionada no caso dos "países em desenvolvimento", pois as relações pessoais são mais importantes na organização da atividade política do que os grupos organizados com base em afinidades de classe, profissão ou ideologia. Palmeira (1999) argumenta que determinados autores preferem pensar esse tipo de relacionamento como uma relação de patronagem, exclusivamente. Já Landé, prefere pensá-las de modo positivo, ou seja, não se trata apenas de contrapor relações informais a relações formais, as primeiras ocupando uma posição intersticial ou suplementar face às relações

---

<sup>21</sup> A respeito ver Goldman e Sant'Anna (1996) que propõem uma abordagem do processo eleitoral e do voto a partir de uma perspectiva apoiada sobre alguns pressupostos da antropologia social ou cultural. Ver também Palmeira: 1989; 1992a; 1992b; 1996.

<sup>22</sup> Sobre a discussão da relação/contraposição entre "pessoa" e "indivíduo" em processos eleitorais no meio rural ver Chaves (1996).



"corporadas", mas de ver como as alianças, fundadas na **reciprocidade**<sup>23</sup>, se interconectam com as relações institucionais e como ambas se influenciam mutuamente, sem perder de vista, para efeito de análise, a linha divisória que as separa. (Palmeira, 1999). Nesse tipo de interpretação proposto por Landé as relações de patronagem e **clientelismo**<sup>24</sup> aparecem para cobrir lacunas e incertezas geradas pelo funcionamento inadequado das instituições sociais ou diminuir incertezas derivadas seja da ausência, seja da presença das relações de mercado ou **estatais**<sup>25</sup>. (Bezerra, 1999).

Bailey (1971), *apud* Palmeira (1999), estudando aldeias européias, procurou mostrar que "a pequena política" da vida cotidiana de cada um se refere a reputações, por exemplo "ter um bom nome" e que os mesmos princípios aplicam-se à competição e à aliança política tanto nas grandes como nas pequenas questões; o que varia é a intensidade.

Assim, tanto quanto a "grande política", a "política de reputação" atravessa toda a sociedade, não se circunscrevendo a pequenas localidades.

Para Palmeira (1999), onde a rotina diária é feita de uma "política de reputações", que liga as pessoas e as obriga reciprocamente, a política oficial propriamente dita será percebida e vivida, pelas pessoas comuns, como externa (exercida por "profissionais"), temporária (restrita ao período eleitoral) e como uma ordenadora de relações pessoais e, portanto, uma divisora. O ligar-se/separar-se das pessoas no cotidiano, por ser pessoal cria obrigações ao invés de regras, e pode criar impasses. A política oficial seria a responsável por estabelecer os canais para a resolução dos impasses: as siglas partidárias, por exemplo, podem facilitar agregações de tipo faccional, estabelecendo limites ao desenvolvimento das relações pessoais de cada indivíduo ou unidade social significativa. Tentaremos mostrar mais adiante como esse processo ocorreu em Araci. Sem querer minimizar a capacidade política dos atores que se organizam em torno do PT, a existência de dois grupos políticos fortes em Araci confirma o que é comum na política tradicional local do Brasil (Palmeira, 1996; 1999), ou seja, municípios divididos entre duas facções ou partidos afrontando-se

<sup>23</sup> O autor utiliza o termo "alianças diádicas", que para ele significa um acordo entre dois indivíduos em torno da troca de favores e da ajuda mútua em caso de necessidade.

<sup>24</sup> No nosso caso, não nos deteremos em fazer distinção entre os termos patronagem e clientelismo. Para um aprofundamento sobre esta distinção ver, entre outros, Bezerra (1999) e Souza (1997).

<sup>25</sup> Um exemplo das condições locais que propiciam o estabelecimento de relações clientelistas cotidianas que acabam se refletindo no voto ver, entre outros, Souza: 1996; 1997.

permanentemente em torno do poder local e do acesso aos que controlam o poder regional e nacional. Portanto, as relações de patronagem e clientelismo, que teriam marcado a história política brasileira até o final da primeira república, é uma realidade que persiste, sobretudo nas pequenas localidades do Nordeste.

Segundo Bezerra (1999), as relações de patronagem e clientelismo têm sido objeto de um extenso debate quando se trata de defini-las e caracterizá-las, mas predomina um certo consenso de que elas se caracterizam especialmente por serem relações do tipo assimétrica, ou seja, são estabelecidas entre pessoas (patrão e cliente) que não possuem o mesmo poder (econômico e político), prestígio e *status*. Além disso ela se diferencia por ser uma relação de tipo pessoal (onde predominam contatos face a face), pela troca de serviços e bens materiais e imateriais (gentilezas, deferência, lealdade e proteção) entre os parceiros e pelo seu conteúdo moral que remete freqüentemente à honra dos parceiros.

No nosso caso recorreremos à noção de clientelismo político para pensar a relação dos partidos com os eleitores e do Estado com a sociedade, onde as relações clientelistas são uma espécie de instrumento político mobilizado por grupos dominantes para a perpetuação no poder. (Graham, 1997 *apud* Bezerra, 1999). O fato do poder local em Araci expressar-se em dois grupos políticos fortes localizados mais à direita, e um terceiro grupo localizado mais à esquerda, com menos poder mas que expressa uma base organizada, também revela que esse município não está imune às ações clientelistas aqui mencionadas. Poderemos entender melhor essa afirmação mais adiante, ao relatarmos a forma de atuação desses grupos em relação ao próprio CMDR.

### **6.2.3. As Associações Comunitárias**

Estima-se a existência de 60 associações comunitárias registradas no município de Araci. Receber benefícios é o objetivo comum dessas associações, seja através de programas governamentais assistencialistas, seja através de financiamentos de crédito rural ou outros projetos comunitários. Dentre as associações comunitárias consideradas mais ativas e criadas com a assessoria da APAEB e STR, cita-se a Associação Comunitária de Queimada Redonda, a Associação Comunitária de Queimada Grande, a Associação Comunitária de Lagoa do Curral, a Associação Comunitária de Casinha e o Centro Comunitário Beneficente de Fubá. Segundo um assessor da APAEB/MOC, estas associações estão entre as principais responsáveis pela sustentação política da APAEB e STR. No entanto, dentre as 60 associações, a APAEB

possui um bom relacionamento com 23 delas (inclusive duas ainda informais), desenvolvendo projetos comunitários para viabilização de crédito, bancos de sementes, construção de cisternas, etc.

Enquanto contraposição à força política da APAEB e STR há duas organizações, quais sejam: A União das Associações Comunitárias de Araci (UNICA) e a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Araci (ADESA). A UNICA foi organizada em 1995, e, segundo lideranças do STR, ela objetivava congregar as associações do município constituindo-se em “uma força” capaz de obter projetos de apoio à comunidade. Foi fundada com 11 associações filiadas, tendo como principal liderança uma pessoa ligada a uma igreja evangélica e obtendo apoio inicial de um político local, então filiado ao PDT (candidato a prefeito de Araci em 1996, vitorioso).

Cabe observar aqui que a constituição desta união de associações se deu no período pré-eleitoral e pode ser considerada um exemplo de re-arranjo de facções que, com frequência, ocorre nesse período. A respeito desse fato, Palmeira (1992: 27) circunscreve o período eleitoral como o “tempo da política”, expressão usada pelas pessoas para se referirem ao período das eleições: *“O tempo da política significa o momento em que as facções (os partidos reais) são identificados, e (...) existem plenamente, em conflito aberto, as municipalidades divididas de uma maneira pouco habitual nas grandes cidades. Como as facções, fora do tempo da política se resumem aos chefes políticos e a uns poucos seguidores, a disputa eleitoral é exatamente para incorporar o maior número de pessoas e de apoio a cada facção”*. Retomaremos mais adiante que, da mesma forma como o então candidato a prefeito buscou a adesão da UNICA à sua candidatura, também conseguiu a adesão da APAEB e do STR.

No processo de constituição do CMDR, a UNICA foi reconhecida enquanto representação das 11 associações. No entanto, não conseguiu alcançar seus objetivos iniciais de forma a manter os laços entre as associações de base e acabou se extinguindo, não tendo sido nem mesmo registrada legalmente, segundo lideranças e assessores da APAEB. Este fato reforça a hipótese da UNICA ter sido usada eleitoralmente. De qualquer maneira, aquela organização parece ser pelo menos uma força latente, podendo se manifestar no momento em que for oportuno para as lideranças que a organizaram.

A ADESA é ligada à facção contrária aos partidos que deram sustentação ao referido candidato, hoje prefeito de Araci, e não é propriamente uma associação de base. De acordo com um membro de sua diretoria, a ADESA objetiva auxiliar as pessoas

carentes do município, especialmente as pessoas da zona rural, tendo como prioridade a resolução da falta d'água no município; para tanto, estabelece convênios com o governo do estado. Já, segundo um assessor da APAEB/MOC, a ADESA, sendo ligada a um conhecido político local, foi criada para atender a fins clientelistas com o objetivo de canalizar recursos do governo do estado, independentemente de seus fundadores estarem ou não no controle da prefeitura. Desta maneira, tem estabelecido convênios com diferentes órgãos do Governo, tais como: Secretaria Estadual do Trabalho e Ação Social (SETRAS), Programa de Apoio às Comunidades Rurais (**Produzir**<sup>26</sup>), antiga Legião Brasileira de Assistência (LBA) e outros. Um dos pontos de conflito bem marcante no município tem se dado com relação ao Programa Produzir. Durante vários anos esse Programa foi executado em Araci através da ADESA, que era responsável, junto com técnicos da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), pela escolha das comunidades beneficiárias e pela aplicação dos recursos. De acordo com informações de um assessor da APAEB/MOC, nos últimos 4 anos a ADESA construiu 27 barragens, através do Produzir, totalizando recursos da ordem de 800 mil reais.

O Programa Produzir, financiado com recursos do Banco Mundial, vem constantemente sofrendo modificações. Dentre as modificações mais relevantes, condicionou-se o repasse somente a associações comunitárias rurais de base e instituiu-se conselhos municipais responsáveis pela escolha dos beneficiários, seleção de prioridades e gerenciamento dos recursos. Segundo um assessor da APAEB/MOC, em função das modificações das normas do Programa, a ADESA estimulou e viabilizou a criação de 18 associações comunitárias na zona rural, em período recente, as quais mantêm sob seu controle político. Conforme será abordado mais adiante, a falta de transparência e de participação da comunidade organizada na aplicação dos recursos do Produzir é um dos principais pontos de conflito entre a ADESA e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR).

#### **6.2.4. A Cooperativa de Crédito Rural**

De acordo com o presidente da Cooperativa de Crédito Rural de Araci, o acesso ao crédito sempre foi identificado como um limite para os agricultores familiares. Com o surgimento de algumas experiências bem sucedidas no Brasil e na

---

<sup>26</sup> O Programa Produzir, é um dos instrumentos básicos da política de desenvolvimento regional executada pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), vinculada à Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia da Bahia (SEPLANTEC).

própria região a proposta de criar uma cooperativa ganhou força entre as lideranças da APAEB e do STR. Após a constituição do CMDR e a elaboração do PMDR, a cooperativa viria a se transformar num dos principais instrumentos para a viabilização das propostas expressas no PMDR.

Criada em outubro de 1997, a cooperativa possui cerca de 1000 associados atualmente, especificamente agricultores. Sua diretoria congrega lideranças da APAEB e do STR, principalmente. Seu objetivo é facilitar o acesso dos agricultores familiares ao crédito rural, podendo associar-se qualquer agricultor do município ou região que possua documento da propriedade ou de contrato de arrendamento. Em 1999 a cooperativa passou a atender também o município vizinho de Teofilândia, através da abertura de um posto de atendimento. A sede, em Araci, foi construída com recursos do PRONAF infra-estrutura.

A Cooperativa de Crédito Rural de Araci é ligada ao Sistema de Cooperativas de Crédito da Bahia (SICOOB), órgão que congrega as 31 cooperativas de crédito existentes atualmente no estado. A SICOOB, por sua vez é ligada ao Banco das Cooperativas de Crédito do Brasil (BANCOOB), responsável pela compensação.

Segundo um assessor da APAEB/MOC, uma das dificuldades de operação da cooperativa está no precário suporte estadual oferecido pela SICOOB, uma vez que seus dirigentes não têm tradição e nem interesse em apoiar a canalização de crédito para a "economia familiar". Este fato levou as cooperativas da região a criarem, em 1999, um suporte regional, qual seja, a Associação das Cooperativas de Crédito de Economia Familiar (ASCOOB). Esta organização pretende, entre outros objetivos, apoiar as filiadas na capacitação dos gerentes e na aplicação de crédito para a "economia familiar", assim como viabilizar a captação de recursos junto à cooperação internacional. (SICOOB-Araci, 2000).

A Cooperativa tem sido avaliada pelas lideranças do CMDR como uma das suas maiores conquistas e como um importante vetor de desenvolvimento. Não apenas porque trata-se de um instrumento que facilita o repasse de crédito aos agricultores associados, praticamente tendo eliminado a agiotagem existente no município, mas porque também realiza serviços bancários (recebimento de títulos e contas, abertura de pequenas poupanças, etc.) à comunidade em geral, inclusive a população da cidade, que tem visto a cooperativa como uma alternativa à única agência bancária do município (Banco do Brasil).

### **6.2.5. A Associação Comercial dos Agricultores dos Familiares**

A Associação Comercial dos Agricultores Familiares de Araci (ACOAFA) foi criada em 1999 com o objetivo de viabilizar a comercialização de produtos dos agricultores familiares. Entre as suas filiadas estão a APAEB, a Associação de Meliponicultores de Araci (AMA), a Associação dos Pescadores de Poço Grande, o Centro Cultural Beneficente de Fubá, e as Associações Comunitárias Rurais de Caldeirão, Bela Vista, Serra Branca, Tapuio, Casinha, Queimada Grande, Extrema, Duas Estradas, e outras pessoas físicas. (Informativo do CMDR No. 3, julho/99).

A ACOAFA está em fase inicial de funcionamento e suas principais atividades serão administrar o Centro de Comercialização construído com recursos do PRONAF infraestrutura, localizado às margens da BR 324; capacitar os produtores filiados nas áreas de beneficiamento, armazenamento e comercialização da produção; dar suporte de marketing comercial e regularização sanitária e fiscal às filiadas; prestar serviços de utilização coletiva tais como, aquisição e padronização de embalagens, marca, codificação de barras, participação em processos de licitação, acondicionamento de produtos, contratação de agentes comerciais, tributação e abertura de pontos de vendas. (Informativo do CMDR No. 3, julho/99).

Segundo diretores da APAEB e da ACOAFA pretende-se uma divisão de responsabilidades entre estas duas organizações, sendo que a APAEB ficará responsável para dar assessoria aos agricultores na organização da produção, enquanto que a ACOAFA se encarregará de viabilizar a colocação dos produtos no mercado. Por exemplo, esta última terá a função de estruturar o comércio de produtos mais elaborados, mas obtidos através de produtos já tradicionais no município, tais como o comércio do leite de cabra, o mel, os derivados da mandioca (beiju, bolo, etc.), frutas em conserva e o artesanato. Já a APAEB terá a função de capacitar os grupos potenciais de agricultores para o melhoramento da produção.

### **6.2.6. Os Conselhos Municipais e Comissões Gestoras**

Em Araci foram instituídos diversos conselhos municipais, resultantes da adesão do governo municipal à descentralização das políticas sociais no Brasil, processo esse que derivou, entre outros fatores, das novas disposições constitucionais da Carta de 1988. A partir daí os municípios ganharam autonomia no sistema federativo, a possibilidade de se auto-organizarem através das Leis Orgânicas Municipais, assim

como puderam se beneficiar do estabelecimento de uma nova política tributária para o país, que possibilitou o acréscimo de 30% de suas receitas. (Santana, 1999).

Neste contexto, novas responsabilidades são delegadas aos municípios brasileiros que passam a intervir em novas e variadas dimensões, conformando-se em espaços privilegiados, tanto para ativar a construção da democracia e reformar a institucionalidade local, como para promover mudanças nos relacionamentos que produzem e reproduzem as vulnerabilidades. (Jara, 1998).

A existência de Conselhos Municipais, como mecanismos de participação e controle social, é um indicador que revela mudanças no estilo tradicional de tomada de decisões, embora muitas vezes a proliferação de Conselhos em municípios de pequeno porte ajude a produzir fragmentação, desarticulação e paralelismos entre si. (Jara, 1998).

Como veremos, esses são fenômenos também verificados em Araci. Os Conselhos Municipais criados em Araci a partir de 1997 são: Conselho de Educação, Conselho de Alimentação Escolar, Conselho da Criança e do Adolescente, Conselho da Saúde, Conselho de Ação Social, Conselho do Fundo Municipal de Apoio Comunitário (FUMAC)<sup>58</sup> e Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. Este último, que será destacado no próximo item, foi criado para atender as exigências de implementação do PRONAF infra-estrutura no município, embora o processo de criação do mesmo tenha particularidades em relação ao processo pelo qual foram criados os demais, como veremos adiante. No entanto, todos eles surgiram atendendo a exigências operacionais estabelecidas por níveis de governo superiores, federal ou estadual, que geralmente vinculam o repasse de recursos à prefeitura, à existência de conselhos representativos da sociedade civil (paritários ou não).

Além desses conselhos criados por iniciativa do Poder Executivo Local, existe ainda a Comissão Gestora do Programa Cidadania no Campo. Esta foi uma iniciativa tomada pelas organizações de trabalhadores rurais e de apoio, especialmente a APAEB e o MOC, e tem como objetivo resolver o problema de acesso à água e moradia às comunidades rurais. (Boletim do CMDR, n.1, maio 1998). Diferentemente do CMDR e da Comissão Gestora do Programa Cidadania no Campo, em que os presidentes são representantes da sociedade civil organizada e esta possui maioria, nos demais Conselhos os presidentes são membros do Poder Executivo, o qual detém a maioria, conta com diversos membros pouco representativos da sociedade ou pouco cientes de seu papel nos conselhos. A APAEB e o STR possuem representação em todos eles, assim como o Movimento de Mulheres (MMTR) mas, este último, apenas com direito a

voz, conforme já nos referimos, porque não se constitui em um organismo juridicamente autônomo, mas sim ligado ao STR.

A baixa representatividade da sociedade civil nesses Conselhos reflete diretamente no seu adequado funcionamento. Segundo lideranças sindicais, a falta de agendamento prévio das reuniões acaba por sobrecarregá-las; geralmente as reuniões são convocadas sem o tempo hábil para que todos os representantes estejam presentes (especialmente os que moram na zona rural) e algumas vezes para respaldar decisões tomadas antecipada e arbitrariamente pelo poder executivo. Tais decisões arbitrárias inclusive resultaram em processos de improbidade administrativa do Prefeito junto aos órgãos julgadores competentes. Já, diferentemente desses conselhos, o CMDR não sofre ingerência do Prefeito, acreditamos que pela representatividade das organizações que possui, como veremos.

Uma das alternativas encontradas pelo CMDR, no sentido de integração entre os Conselhos, foi a realização de Conferências Municipais de Desenvolvimento, nas quais os Conselheiros são convidados a relatar e avaliar suas experiências. Esta iniciativa serviu para reativar alguns Conselhos que estavam praticamente desativados, como foi o caso do Conselho da Criança e do Adolescente e mais recentemente o Conselho de Educação. O espaço de discussão criado pelas Conferências vem aos poucos se tornando rotina e já resultou na inclusão de propostas das diversas áreas (saúde, educação, agricultura) no Plano Plurianual 1998-2001 apresentado pela prefeitura à Câmara de Vereadores, a qual tem aprovado e incluído nas leis orçamentárias anuais. (Boletim do CMDR, n.1, maio 1998).

O movimento desordenado de criação de Conselhos é estimulado a partir do próprio Estado (nos níveis federal e estadual) e expressa a desarticulação entre os diversos órgãos governamentais. Se por um lado, isso revela mudanças no estilo de tomada de decisões, onde a participação e a democracia teoricamente estão presentes, por outro, a falta de integração entre os três níveis governamentais e os diversos parceiros diminui a eficácia da ação governamental. Nota-se, por exemplo uma grande perda de esforços isolados entre programas de desenvolvimento que possuem, ao menos no discurso, objetivos comuns. Por exemplo, para citar aqueles programas presentes no município de Araci, quais sejam: o PRONAF- infra-estrutura e serviços, o Programa Cédula da Terra (PCT) o Programa Produzir e os Programas do Comunidade Solidária (PPETI e Programa de Bolsa Escola).



Em Araci não está sendo possível integrar esses programas, seja pelo simples fato de cada programa estar sob responsabilidade de um conselho específico, contribuindo para a pulverização das ações e da própria participação da sociedade civil, seja por divergências políticas entre os atores locais e atores estaduais responsáveis pela implementação dos programas. Convém adiantar que no Conselho Estadual do PRONAF há representação de todas as Secretarias de Governo Estadual que coordenam os programas citados, o que demonstra, que se esforços são desperdiçados é porque critérios de ordem política (inclusive o clientelismo) prevalecem sobre critérios técnicos na implementação dos diferentes Programas.

#### **6.2.7. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural**

Uma vez selecionado para o PRONAF infra-estrutura e serviços, o município, através do chefe do Poder Executivo, deve instituir o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), no qual deverão estar representados todos os segmentos da agricultura familiar da localidade. O CMDR é o organismo jurídico responsável pela elaboração, e fiscalização da execução do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural.

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Araci foi criado através do decreto municipal n.º 1.190/96 de 18 de setembro de 1996. A criação deste conselho foi estimulada pelo fato do município de Araci ter sido um dos primeiros 26 municípios selecionados como beneficiários do PRONAF infra-estrutura e serviços, fato este que acelerou um processo já iniciado pelas organizações de trabalhadores rurais (STR e APAEB) e ONGs de apoio (MOC e Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais - SASOP<sup>27</sup>), de construção de um plano de desenvolvimento rural para o município. Estas organizações patrocinaram a realização de um Diagnóstico Rural Participativo de Agroecossistemas (DRPA) no município em 1994/95, cujos dados serviram de base para a elaboração do PMDR 1997/2000. Esse diagnóstico já foi apresentado e discutido no capítulo I deste estudo.

O processo de constituição do CMDR envolveu uma nova conjunção de forças

---

<sup>27</sup> O SASOP é uma ONG sediada em Salvador que presta assessoria a organizações de agricultores familiares em algumas regiões do Estado da Bahia. Na ocasião o SASOP foi responsável pela execução do DRPA em parceria com o MOC.

locais que caracteriza um segundo marco na história do movimento social em Araci. A criação de um Conselho de Desenvolvimento Rural representou, para as organizações, um avanço nunca antes alcançado, uma vez que estas foram legitimadas pelo poder público local enquanto atores na elaboração e implementação de políticas públicas. Segundo informações de um assessor e de lideranças da APAEB, a criação do CMDR em Araci diferiu da forma com que foram criados os demais conselhos ali existentes, justamente porque, além de haver um processo prévio de organização, instituído pelo STR e APAEB nas comunidades, a própria realização do DRPA (que envolveu 300 pessoas diretamente, durante o ano de 1995 e início de 1996) objetivava a elaboração de um plano de desenvolvimento, que deveria ser gerido por representantes das comunidades rurais: “*Nós já estávamos fazendo o plano quando chegou o PRONAF, dizendo que deveria se criar um conselho, representativo*”. Portanto, o CMDR foi o primeiro conselho instituído no município e mobilizou uma energia social já existente na localidade. Podemos admitir neste caso, que o PRONAF (enquanto ação do Estado) funcionou como um catalisador de demandas e propostas já em curso. (Hirschman, 1986a; 1986b).

Desse modo, é possível dizer que a ação coletiva em Araci, expressa hoje na formalização do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, teve o seu início há pelo menos 25 anos, quando o objetivo ainda era a busca da representatividade de trabalhadores rurais no sindicato e junto com isto o combate à ditadura militar (luta pela democracia), assim como a luta para se manter na terra e melhorar as condições de comercialização.

Portanto, cada um desses objetivos serviram de estímulo à ação coletiva onde o Estado e latifundiários figuraram como “agentes agressores”, estimulando uma ação comum dos trabalhadores rurais. Aqui percebemos a formulação de Hirschman (1986b) sobre cadeia de ações que levam ao desenvolvimento.

O acúmulo organizativo formado em Araci, pode ser visto também como um estoque de capital social, que pode ser entendido como um conjunto de recursos, simbólicos ou não, de cuja apropriação depende em grande parte o destino de uma certa comunidade (Putnam, 1993/1996 *apud* Abramovay, 1999). Neste acúmulo de capital social, um conjunto de dotações (*endowments*) da comunidade e a habilidade de construir (*constructability*) foram determinando os limites de relações de sinergia entre o Estado e a sociedade civil. (Evans, 1996).

Do ponto de vista do capital social, as estruturas sociais providas de laços de confiança e reciprocidade, podem ser vistas como substitutivas de garantias (patrimônio) para a implementação de determinadas ações. Por exemplo, os fundos de aval e as cooperativas de crédito substituem patrimônio e contrapartida por organização no estabelecimento das relações entre agricultores e sistema bancário. (Abramovay, 1999).

Muito antes da existência da Cooperativa de Crédito Rural de Araci, a própria APAEB pode ser vista como substitutiva de patrimônio e contrapartida para a implementação de ações, seja em parceria com organismos de cooperação internacional, seja com o próprio Estado.

Quanto à determinação dos limites de sinergia, nos parece que a trajetória das organizações aqui apresentadas, especialmente a do STR e da APAEB, num primeiro momento de sua história procuravam solucionar demandas ou conflitos pontuais, ou seja, muitas vezes exercendo sua ação posteriormente ao fato ocorrido (legalização das terras, problema do ICMS). Com o acúmulo de experiências e com a mudança da realidade política do país (da ditadura ao regime democrático), estas organizações fortaleceram os elementos de planejamento da sua ação, procurando ocupar espaços junto ao poder público, saindo de uma posição apenas reivindicatória, de embate, para uma posição de atores do processo.

Poderíamos dizer, então, que no primeiro momento histórico de sua trajetória, praticamente não havia sinergia entre aquelas organizações e o Estado, salvo em questões pontuais, como por exemplo o financiamento de algumas estruturas de beneficiamento (casa-de-farinha, moinho de milho) para a APAEB. Já, num segundo momento histórico, as possibilidades de sinergia Estado-sociedade ficaram maiores. Ilustraremos essa discussão mais à frente, ao falarmos da mudança de relação entre a APAEB e a EBDA.

Já, o mesmo não podemos dizer sobre a contribuição da ADESA e UNICA para a construção de capital social. Como vimos, estas associações são recentes e na verdade possuem objetivos mais assistencialistas, ações estas que pouco ou nada contribuem para a promoção de um acúmulo de capital social, uma vez que a relação criada entre os beneficiários é de dependência e não de autonomia. Em outras palavras, estas organizações podem até produzir relações de confiança, mas não produzem o outro requisito básico para a formação de capital social que é a reciprocidade, ou seja, igualdade.

## 7. O PROCESSO DE INSTITUIÇÃO DO CMDR

Para melhor entendermos o CMDR e a sua representatividade, tentaremos descrever o processo que o instituiu, onde foi fundamental a capacidade de mobilização das organizações durante o processo de pleito eleitoral municipal no ano de 1996. O fato de, neste período, os candidatos mostrarem-se totalmente abertos a diálogos e reivindicações de seus eleitores formou um ambiente propício para a implementação de um CMDR representativo das organizações da sociedade civil. Se por um lado, como vimos anteriormente, a UNICA e a ADESA serviram de suporte para ações clientelistas por parte dos candidatos a cargos públicos na eleições de 1996, por outro, as organizações de trabalhadores rurais, que como mostramos estão representadas no PT, se não tinham força suficiente para lançar candidatura própria, souberam muito bem aproveitar a sua força política no sentido de definir as eleições naquele momento determinado.

Por parte das organizações cujos representantes faziam parte do PT, ao mesmo tempo em que ocorria o pleito eleitoral, a APAEB e o STR procuravam acompanhar a efetivação do decreto que criaria o CMDR, bem como promoviam discussões e Conferências de Desenvolvimento com seus associados, onde os candidatos ao poder executivo e legislativo municipal eram chamados a participar. Segundo um assessor da APAEB/MOC, foi este processo que possibilitou o *comprometimento* daqueles políticos com as propostas que passaram a integrar o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR) posteriormente.

O CMDR foi criado e instalado ainda antes das eleições municipais (em setembro/1996), pelo prefeito posteriormente derrotado nas eleições de outubro/1996. Portanto, além do fato da criação do CMDR representar para o então prefeito um pré-requisito exigido pelo Governo Federal através do PRONAF, para canalizar recursos ao município, havia também um componente de disputa de um eleitorado que poderia decidir as eleições. Ou seja, era um desafio a conquista de um eleitorado que, após a existência do PT, jamais havia manifestado explicitamente a vontade de *aderir* a uma ou outra facção.

Aqui aparece novamente o ambiente propício, onde a política se apresenta tanto pela presença física dos candidatos e seus símbolos (bandeiras, cartazes, panfletos, etc.) quanto pela mídia e símbolos, ao qual já nos referimos com relação a constituição

da UNICA, denominado como o "tempo da política". (Palmeira, 1992). Esse ambiente conduziu para a formação de uma aliança informal (ou melhor, uma "adesão") das lideranças ligadas ao PT, STR e APAEB e o grupo de partidos (ou facção) que sustentava o candidato que sairia vitorioso. O PT só posteriormente às eleições aderiu formalmente ao Prefeito eleito, à medida em que passou a participar da administração, indicando uma liderança para o cargo de Secretário Municipal de Agricultura.

Convém aqui lembrar que, sobre o que já foi explorado anteriormente, a respeito do significado do conteúdo programático e ideológico dos partidos políticos e do comprometimento de certos candidatos com os ideais partidários, que o Prefeito a que nos referimos, que foi eleito em função daquela aliança e, naquele momento, estando filiado ao PDT, posteriormente, durante o seu mandato, passou para o PFL e logo em seguida para o PL. Segundo lideranças locais, para buscar mais apoio junto ao PFL, que mantém a liderança política no âmbito estadual. Este fato, além de demonstrar a fragilidade da adesão a determinada sigla partidária e a seu conteúdo programático, sugere a confirmação em relação ao que dissemos anteriormente sobre o clientelismo e sobre a figura de duas facções disputando espaço junto aos chefes políticos regionais.

No entanto, a nível local, isso nada ou pouco afetou a aliança entre o PT e o Prefeito, que continua praticamente sem conflito, não obstante tenha-se cogitado o rompimento, quando da mudança de sigla do Prefeito, segundo informações de lideranças petistas e de um assessor da APAEB/MOC. Portanto, para as lideranças ligadas ao PT em Araci, nos parece que o critério que definiu sua adesão àquele candidato não foi uma orientação programática mais abrangente, mas sim uma problemática mais conjuntural. Ou seja, desde que a aliança com o Prefeito não fosse alterada, pouco importava a que partido ele pertencia. Isso parece se expressar também na forma como foi constituída a aliança, ou seja, primeiramente a adesão de lideranças ligadas ao PT, já no momento em que a campanha estava nas ruas e uma adesão a posteriori do PT. Como resultado da referida aliança, para as organizações de trabalhadores rurais, foi criada a Secretaria Municipal de Agricultura, cujo cargo de Secretário foi assumido por uma liderança petista, justamente um ex-vereador e também líder sindical de trabalhadores rurais pioneiro.

A Secretaria Municipal de Agricultura não possui exatamente um projeto próprio e suas ações pautam-se diretamente no apoio ao CMDR para a implementação do PMDR, além de algumas ações pontuais como por exemplo organizar a distribuição de água em carros-pipa às comunidades rurais. Uma das dificuldades apontadas pelo

Secretário é justamente o fato da Secretaria não possuir autonomia orçamentária, uma vez que o orçamento de todas as Secretarias de Governo Municipal é centralizado na Tesouraria ligada diretamente ao Prefeito. Uma das formas de contornar a falta de autonomia da Secretaria tem sido a negociação, junto ao Prefeito, para inclusão de parcela de recursos destinados à agricultura familiar no Orçamento Municipal.

Entre os pontos positivos de sua gestão, além do fato da Secretaria assumir totalmente as propostas do CMDR, o Secretário aponta que tem ajudado a eliminar algumas das práticas clientelistas dos vereadores, que geralmente atuam como um braço do Executivo nas comunidades: *“(...) uma coisa muito difícil foi afastar os vereadores, mas conseguimos afastar totalmente a presença de vereadores quando há que entregar algum benefício às comunidades. Até um carro de água que ia na comunidade ia também um vereador dentro do carro! A mesma coisa acontecia com as sementes! Todo ano o governo doa semente de feijão para os agricultores carentes plantarem. Anteriormente as sementes eram distribuídas entre os vereadores e estes doavam da forma que queriam”*.

Portanto, nos parece clara a intenção das lideranças de trabalhadores rurais em apoiar o referido Prefeito. Para elas, seria significativo do ponto de vista do avanço da participação popular, a derrota do candidato da situação, representado pela facção mais ligada ao grupo que mantém a liderança política estadual, cuja liderança política vinha de gestões sucessivas no Poder Executivo Municipal. Conforme já observado anteriormente, a relação da sociedade civil com aquela administração foi sempre de embate e enfrentamento.

Contrariamente a essa posição, a aliança (inicialmente sem o respaldo formal do PT) constituída, referendada pela “palavra empenhada”, do então Prefeito eleito, vislumbrava a garantia de estabilidade nas atribuições e representações do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e também dos outros Conselhos Municipais.

### **7.1. Funcionamento do CMDR, Composição e Representações**

O CMDR foi instalado em 26 de setembro de 1996, quando a maioria dos membros indicados foi de representantes de organizações da sociedade civil

#### **Quadro 2 - Composição Inicial do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Araci**

*ORGANIZAÇÕES*

*Nº REPRESENTANTES*

**A) Poder Público (municipal e estadual)**

**03**

Secretaria Municipal de Agricultura	01
Secretaria Municipal de Educação	01
Empresa Baiana de Desenv. Agropecuário (EBDA)	01
	<b>10</b>
<b>B) Sociedade Civil 10</b>	01
Sindicato de Trabalhadores Rurais de Araci (STR)	01
Associação de Pequenos Agricultores de Araci	01
(APAEB)	01
Movimento de Organização Comunitária (MOC)	01
União Comunitária das Assoc. Rurais de Araci	01
(UNICA)	01
Movimento de Mulheres Trab. Rurais de Araci	01
(MMTR)	01
Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Raso de Araci	10
	10
Associação de Desenvolvimento Social de Araci	
(ADESA)	
Associação Comunitária de Roça de Dentro	
Associação Comunitária da Bela Vista	
Associação comunitária de Queimada Grande	

**TOTAL**

**13**

Fonte: Ata da primeira reunião do CMDR, 26/09/1996, Entrevistas Diretas c/ integrantes do CMDR.

A composição inicial incluía representação da Câmara de Vereadores, que só participou alguns meses, enquanto seu representante era o vereador petista, que atualmente é o Secretário Municipal de Agricultura. Várias lideranças e técnicos locais atribuem a não participação do Poder Legislativo no CMDR simplesmente pela falta de interesse daquele em discutir políticas públicas, pois a totalidade dos vereadores que compõem a Câmara está acostumada a uma prática clientelista de atuação, inconsciente de seu papel legislador e fiscalizador do Poder Executivo. Limita-se a aprovar, quase sempre sem objeções, os atos do poder executivo e a levar benefícios assistencialistas ao seu eleitorado, conforme demonstra a fala de um assessor da APAEB/MOC: “(...) *É por causa da própria formação política das pessoas e do povo nordestino. O legislativo aqui não é um lugar onde se debatem coisas e se confrontam projetos. O vereador aqui, até ele próprio, pensa que a função dele é outra. Pensa que a função dele é levar a ambulância pra comunidade dele pra trazer doente. E isso dificulta fazer uma discussão mais política, de um plano de desenvolvimento*”.

O Poder Executivo participava, na composição inicial do CMDR com dois representantes (Secretarias de Agricultura e Educação). No entanto somente a Secretaria da Agricultura assumiu a participação de fato. Segundo o presidente do CMDR e outras lideranças, algumas secretarias possuem uma visão muito urbana e não conseguem entender o desenvolvimento rural como algo que diz respeito a todos, daí a sua dificuldade de participação. O resultado é que, embora a participação do Poder Público numericamente seja pequena, este fato nada incomoda o atual Prefeito, que se vê legitimado pelo CMDR.

Segundo o Prefeito Municipal, que não se define como um prefeito de partidos, mas do povo, “(...) *um bom governo não se faz sem aliança*”. E se dispõe “(...) *a continuar com esta aliança para as próximas eleições*”.

Sobre o seu papel no CMDR, o Prefeito entende que o primeiro passo para estar bem representado junto ao mesmo é a não intervenção política: “*É necessário deixar quem tem vocação*”.

Como já adiantamos anteriormente, o fato do Prefeito não cometer ingerências no CMDR parece estar relacionado com a efetiva representatividade da sociedade civil organizada no mesmo, o contrário do que acontece nos outros conselhos do município.

Estes, mesmo sendo regidos por normativas rígidas e possuindo papel de fiscalização, os representantes do Poder Executivo Municipal acabam por manipular as decisões. Segundo o presidente do CMDR, já houve atritos com o Prefeito com relação à transparência na prestação de contas da contrapartida da Prefeitura nas obras do PRONAF infra-estrutura; o Prefeito se limitou a apresentar ao CMDR apenas a relação do material gasto e não o valor das obras, uma vez que a contrapartida da Prefeitura foi superior à exigida pelo PRONAF e não havia obrigatoriedade em prestar contas. Esse fato demonstra um efetivo exercício do CMDR na fiscalização da função do Poder Executivo na implementação do PMDR.

Segundo um assessor da APAEB/MOC, a prática de negociação com a prefeitura local tem sido feita a partir de demandas bem concretas, onde a APAEB e o MOC, apoiados pelo CMDR, apresentam o seu orçamento para as prioridades e programas estabelecidos no PMDR ou planos de ação anuais que fazem parte do PMDR, apresentam as fontes possíveis de financiamento e solicitam a contrapartida da Prefeitura, que tem respondido sem maiores questionamentos.



Portanto, ainda que sutis, é possível perceber alguns avanços, no sentido de que o CMDR, aos poucos, vem imprimindo uma nova institucionalidade local, baseada na transparência e negociação, seja como acabamos de ver em relação ao Poder Executivo, seja com relação ao Poder Legislativo, como vimos no item anterior, a respeito da quebra de práticas clientelistas por parte de vereadores locais. Podemos confirmar, assim, que *“os Conselhos Municipais (...) permitem construir um novo sistema de busca de consensos do*

*Estado junto à sociedade civil. Sendo um espaço de reunião e debate, que permite a análise dos problemas e a definição das prioridades, os Conselhos podem contribuir para a transformação da cultura político-administrativa, para o aumento da prática de negociação, bem como para uma melhor transparência e controle da gestão pública”*. Jará (1998: 244).

Sobre a grande representatividade da Sociedade Civil no Conselho, segundo um assessor da APAEB-MOC, quando se criou o CMDR a questão da paridade de representação não era muito discutida e por isso foi criado o Conselho com representação majoritária da sociedade civil, sem que houvesse reclamações ou disputas por parte do poder público municipal. Além disso, a criação do CMDR significava uma conquista da sociedade civil organizada: *“(...) a coisa veio andando bem.. Acho que também, os primeiros conselheiros tinham esse sentimento do movimento popular organizado. Já que eles tinham suado a camisa pra fazer um diagnóstico, suado a camisa pra fazer um plano, não iam de uma hora pra outra pegar e entregar. Queriam garantir maioria. Tinha por trás uma estratégia velada de que era importante manter o controle, dos agricultores e das organizações”*. (Assessor da APAEB/MOC).

Dentre as organizações da sociedade civil que integraram o Conselho inicialmente, duas delas representam força política contrária à APAEB e ao STR, conforme já referido anteriormente. A UNICA foi, segundo avaliação de um assessor da APAEB/MOC, uma tentativa de aglutinar associações de pouca expressão política em um organismo de base tão legítima quanto a APAEB. No entanto, foi uma iniciativa que acabou frustrada, provavelmente por não ter surgido de uma demanda concreta das associações, mas sim para dar suporte eleitoral ao candidato a prefeito. A UNICA permaneceu por dois anos aproximadamente no CMDR, tendo sido substituída por falta de comparecimento às reuniões.

A outra força política contrária à APAEB, MOC e STR é a ADESA. Como já vimos anteriormente, a ação da ADESA se restringe a assistir comunidades carentes

do município. Esta funciona, conforme informações de técnicos (APAEB/MOC e EBDA), como uma espécie de poder executivo paralelo, sendo utilizada, por políticos ligados à base de partidos que mantêm a liderança política no estado, para canalizar recursos do governo do estado e assim manter o controle do seu eleitorado, uma vez que as comunidades beneficiárias são escolhidas por esses políticos. Para lembrar, já vimos que tanto a facção política a que a ADESA é ligada, quanto a facção política do atual Prefeito, disputam o apoio dos mesmos chefes políticos no âmbito estadual. No entanto, a nível local se confrontam. Sobretudo esse confronto local entre as duas facções influenciou na adesão do PT à administração do Prefeito atual.

A ADESA paulatinamente foi reduzindo sua presença nas reuniões do CMDR, provavelmente por não conseguir influenciar de maneira significativa no Conselho e mesmo por se sentir fiscalizada em suas ações, conforme podemos perceber na fala de um membro de sua diretoria: *"acabei me afastando do CMDR porque eles (o Prefeito e o Secretário da Agricultura) fecharam o cerco político e eu me afastei. (...) Fizem de tudo pra não conseguirmos barragens. Eu queria conseguir recursos para o município, não só para a ADESA"*.

Por exemplo, é possível citar dois casos concretos em que as decisões do CMDR exigiram transparência nas ações da ADESA: a definição das comunidades que seriam beneficiadas com a construção de barragens e a distribuição de sementes.

No primeiro exemplo, a ADESA foi a organização executora, no município, do Programa **Produzir**<sup>28</sup>, através da CAR/SEPLANTEC, o qual previa a construção de Barragens. O planejamento da construção de novas barragens, constantes do PMDR, exigiu que a ADESA apresentasse ao CMDR o planejamento de barragens a serem construídas através do Produzir, assim como a relação de comunidades já beneficiadas. Segundo diversos membros do CMDR, foi com muita dificuldade que a ADESA disponibilizou esta informação, demonstrando sua grande resistência a um planejamento conjunto.

---

<sup>28</sup> Até 1997 os recursos do Produzir eram repassados através da ADESA. Posteriormente, modificações nas normas do Programa exigiram o repasse diretamente a associações de base, período em que a ADESA patrocinou a criação de várias associações comunitárias para viabilizar o recebimento dos recursos, conforme já dito anteriormente. A partir de 1999 esse programa sofreu novamente modificações, instituindo um conselho municipal (FUMAC) para designar as ações, escolher as comunidades beneficiárias e fiscalizar a execução. Ocorreu que este conselho foi formado, planejou a construção de novas barragens, em concordância com o CMDR, mas o processo de construção está parado há quase um ano devido a um problema anterior de prestação de contas por parte da ADESA (informações de lideranças sindicais).

O outro fato revelador de práticas clientelistas, que exigiu transparência da ADESA, refere-se ao processo de distribuição de sementes (este programa será relatado no próximo capítulo) pelo Governo do Estado, através da SEAGRI/EBDA. Técnicos locais da EBDA freqüentemente recebem ordens superiores para destinar determinada quantidade de sementes a determinados políticos ligados à ADESA, que então seriam os responsáveis por distribuir a agricultores ou associações de base. Após a criação do CMDR a distribuição de sementes ou qualquer outro benefício aos agricultores tem passado por discussão naquele Conselho, o qual prioriza as comunidades a serem assistidas. Aquela prática anterior tem sido quebrada através da recusa da própria EBDA local em distribuir as sementes através de políticos. (Ata do CMDR, 04/09/1997; entrevistas com lideranças sindicais e políticas e com técnicos da EBDA).

Esses foram dois exemplos concretos de conflito dentro do CMDR que parecem ter contribuído para o acompanhamento descomprometido por parte da ADESA e o seu posterior desligamento do CMDR, uma vez que passou a se ausentar nas reuniões. Fica claro, porém, que aquela organização possui outros canais para conseguir recursos, especialmente oriundos do governo estadual, e prefere continuar atuando nos espaços do município onde não há necessidade de estabelecer nenhuma disputa ou onde as disputas e questionamentos são menores ou podem ser contornadas. Como já vimos, as mudanças no modo de execução do Programa Produzir, que ficou condicionado à existência de um conselho específico, parece não ter afetado diretamente a ADESA. Apesar do Conselho do FUMAC já ter sido instituído no município, segundo informações de um membro da ADESA, esta conseguiu, junto ao governo do estado (ainda pelas normas antigas do Produzir), recursos para cinco associações não inscritas no FUMAC e recursos para mais duas inscritas no FUMAC, mas pela ADESA indicadas.

Afora os fatos já relatados, em termos gerais, o CMDR tem funcionado sem muitos conflitos. Ocorrem reuniões ordinárias mensais com a maioria dos membros, poucas vezes registrando-se a impossibilidade de reunir-se por falta de quorum. Segundo o presidente do CMDR, as representações mais ativas - porque além de darem o respaldo político ao Conselho também são as principais executoras das ações do PMDR - são a APAEB, cujo representante é o presidente do Conselho, a EBDA, cuja representante é Secretária Geral do Conselho, o MOC, cujo representante é também assessor da APAEB, a Secretaria Municipal de Agricultura que representa o Poder Executivo Municipal e cujo representante é líder sindical e líder político do PT, e o STR

que contribuiu de forma bastante crítica na elaboração das propostas para o PMDR. Os demais membros, como o Movimento de Mulheres (MMTRA) e as associações de base são atores que contribuem de forma crítica dentro do CMDR, mas que reafirmam as propostas e ações da APAEB e do STR. A participação da Paróquia de Araci (Igreja Católica) também tem respaldado as ações dessas organizações.

Quanto à representação do Poder Público Estadual no município, a EBDA local, a criação do CMDR contribuiu para aproximar as ações de assistência técnica e extensão rural executada por aquele órgão às ações de capacitação e assistência técnica executadas pela APAEB. Este é um avanço identificado tanto por lideranças da APAEB e STR como por técnicos da EBDA, segundo os quais as maiores conquistas nesse processo foram a organização das demandas de projetos de financiamento, assistência técnica e capacitação.

Assim, houve uma efetiva mudança no relacionamento da EBDA local com as organizações de trabalhadores rurais. Referimo-nos anteriormente que ambos viam-se com desconfiança, o que certamente não permitia o estabelecimento de ações sinérgicas Estado-sociedade.

Segundo Evans (1996), o fato de existir um estoque de capital social na sociedade civil não é suficiente para fixar os limites de sinergia, pois o Estado é mais determinante em estabelecer esses limites que a própria sociedade.

Por exemplo, num ambiente estatal autoritário e intransigente as organizações são impedidas de canalizarem suas demandas ao Estado. Já, o ambiente proporcionado pelas normas de funcionamento do PRONAF infra-estrutura e serviços ampliou as possibilidades de relações sinérgicas entre a EBDA e as organizações da sociedade civil, onde estas últimas reforçam a ação do governo. Por outro lado, a existência de um Conselho bem representado e reconhecido pelas instituições políticas, tem facilitado a tomada de decisões politicamente complicadas, que outrora poderia parecer simples insubordinação do escritório local às ordens superiores<sup>29</sup>, conforme podemos perceber na fala de um técnico da EBDA local: "*(...) o CMDR é um escudo pra gente, eles não vão poder ir contra uma decisão tomada pelo Conselho; é muito melhor trabalhar com a existência de um Conselho no município que direciona as ações*".

---

<sup>29</sup> Relembramos aqui o episódio da distribuição das sementes aos agricultores, cujo escritório local, respaldado pelo CMDR, pôde recusar ordens superiores de distribuir as sementes através de intermediários políticos (deputado e vereadores).

Recentemente (final de 1999), houve modificação dos estatutos do CMDR, exclusão e inclusão de representantes e eleição para presidente, o qual continua sendo um representante da APAEB. Dentre os novos membros destacamos a participação de um representante do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e um representante da cooperativa de crédito de Araci (SICOOB-Araci). De certa forma, tanto o representante do BNB quanto da Cooperativa de Crédito já acompanhavam o CMDR, mas somente agora sua participação foi oficializada. No caso da cooperativa de crédito, sua presença reforça ainda mais a representação das organizações de apoio à agricultura familiar. Somada à participação de um agente do BNB no Conselho, confirma-se a opção preferencial pelo crédito que aparece nas propostas do PMDR, conforme demonstraremos no próximo capítulo. O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), conforme já nos referimos, por não ter autonomia jurídica, passou, com essas mudanças, a participar apenas com direito a voz. Segundo um representante do CMDR, fez-se uma opção pela legalização das representações no CMDR para evitar possíveis questionamentos futuros, caso a conjuntura política venha a se modificar. O **Quadro 3** apresenta a composição atual do CMDR.

### **Quadro 3 - Composição Atual do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Araci**

*ORGANIZAÇÕES N<sup>o</sup> REPRES.*

**A) Poder Público (municipal e estadual) 04**

Secretaria Municipal de Agricultura 01

Secretaria Municipal de Educação 01

Empresa Baiana de Desenv. Agropecuário (EBDA)

Banco do Nordeste do Brasil (BNB)

01

01

**B) Sociedade Civil 08**

Sindicato de Trabalhadores Rurais de Araci (STR) 01

Associação de Pequenos Agricultores de Araci (APAEB) 01

Movimento de Organização Comunitária (MOC) 01

Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Raso de Araci 01

Coop. de Crédito Rural de Araci Ltda. (SICOOB-Araci) 01

Associação Comunitária de Roça de Dentro 01

Assoc. Comunit. de Peq. Agric. da Barreira 01

Centro Cultural de Araci 01

**TOTAL 12**

Fonte: Membros do CMDR de Araci; estatutos do CMDR

Podemos perceber até aqui, que existe uma diferença na forma de atuação das organizações de trabalhadores rurais e de apoio, especificamente o STR, PAEB e MOC. Anteriormente caracterizava-se muito mais por reivindicações através do embate

com o Poder Público, mas após a constituição do CMDR passou a se conformar em processos negociados e formação de alianças com grupos locais mais conservadores, que refletiram diretamente em maiores conquistas do ponto de vista da distribuição do poder local.

Logicamente que esta modificação não se deu de uma hora para outra, mas sim foi um processo construído, através do acúmulo de experiências e do crescimento do poder de mobilização de setores marginalizados da população. Esta mudança também foi fortalecida pelo próprio processo de democratização do país a partir do final da década de 1970, onde paulatinamente essas organizações souberam se apropriar dos dispositivos de descentralização próprios da Reforma do Estado. Entretanto, neste processo não se pode desconsiderar os arranjos políticos/eleitorais que propiciaram essa maior participação. Sem negar a capacidade de mobilização e reivindicação dos movimentos sociais em Araci, esses grupos passaram a ter maior sucesso nas negociações a partir do momento em que se inseriram no jogo político local.

De qualquer forma, tais transformações também podem ser vistas como construção de capital social (Evans, 1996), produto de dotações e habilidades que foram determinando os limites de relações de sinergia entre o Estado e a sociedade civil. Podemos perceber que a experiência de Araci apresentou um grande avanço à medida em que o Estado criou um ambiente propício - estabelecendo canais e normas de participação, a exemplo do PRONAF infra-estrutura - que catalisou determinados processos sociais ali estabelecidos.

O estoque de capital social existente em Araci parece ter sido determinante tanto na apropriação de diversos projetos de apoio aos trabalhadores rurais e/ou agricultores familiares locais através de organizações não governamentais internacionais de cooperação, quanto na interferência daqueles atores na construção de uma nova institucionalidade do poder local, ou seja a sua participação nos diversos Conselhos e sobretudo a sua grande representatividade no CMDR.

Na apresentação sobre as organizações da sociedade civil de Araci, observa-se de que maneira estas contribuíram para a implementação do CMDR. Demonstramos que existe um forte peso da APAEB, MOC e STR, organizações já consolidadas, impulsionando as ações do CMDR. Mais que capacidade organizativa, essas organizações possuem capacidade administrativa, componentes que, juntos, contribuem para a mobilização não apenas de setores marginalizados da população como também para a mobilização de recursos humanos e financeiros, de modo a formar uma rede de

relações que envolve o Poder Público e outros organismos financiadores internacionais e também o poder político local.

No processo pelo qual se constituiu o CMDR destaca-se, sobretudo, a decisão de lideranças ligadas ao STR e APAEB de apoiar uma facção política local no período das eleições municipais. Ou seja, aquelas organizações tiveram que entrar no jogo político local para buscar maior eficácia em suas ações e poder interferir, a seu favor, no próprio jogo político.

Durante o período inicial do CMDR, diferentes facções políticas se fizeram representar no mesmo, sem, no entanto, todas essas facções legitimá-lo enquanto espaço decisório. São os casos da ADESA e da UNICA, esta última, menos explicitamente.

Este fato demonstra que os processos sociais em Araci não são tão consensuais quanto apresenta a conformação do CMDR. Este, em três anos de funcionamento efetivo, procurou absorver distintas representações da agricultura familiar no município mas, no entanto, o que demonstramos nos permite dizer que o CMDR não produziu um consenso, mas sim legitimou a divisão, senão do segmento agricultura familiar em si, mas das diferentes representações deste segmento. A diferença fundamental entre essas representações é dada sobretudo pela prática política: uma em que pesa o clientelismo e outra em que pesam uma base legítima de associados e processos negociados, mas que obrigaram o STR, APAEB e MOC a entrarem na disputa política. Se por um lado a exigência de transparência do CMDR tem, senão neutralizado, pelo menos coibido a generalizada ação clientelista que tem caracterizado o poder legislativo no município, por outro, esta prática permanece, sobretudo através da ADESA.

É possível admitir que o CMDR vem imprimindo, aos poucos, uma nova institucionalidade municipal, seja através da realização das conferências municipais de desenvolvimento, onde outros conselhos são estimulados a participar e a construir propostas de interesse comum, seja pela quebra de práticas clientelistas, seja pela exigência de transparência nas ações do Poder Executivo Municipal. Tudo isso está sendo possível pela representatividade e legitimidade das organizações que participam do Conselho, além de sua experiência acumulada em 25 anos. Ademais, enfatizamos a ampla participação dos agricultores familiares no DRPA, também fundamental para legitimar as propostas contidas no PMDR, conforme veremos no próximo capítulo.

Somado à "força-motriz" proporcionada pela ação, no CMDR, da APAEB, MOC e STR, tem-se o apoio fundamental e efetivo da EBDA local - empresa oficial de

assistência técnica e extensão rural do Estado -, do Banco do Nordeste do Brasil e logicamente do Poder Executivo local. O estabelecimento de relações sinérgicas entre esses atores irão influenciar no processo de implementação das políticas para a agricultura familiar adotadas pelo CMDR. À capacidade de mobilização que nos referimos, soma-se o caráter descentralizado de implantação do PRONAF infra-estrutura, conformando, assim, as duas variáveis essenciais - a organização prévia e a formação de um ambiente institucional favorável à participação - que irão imprimir a dinâmica de aporte ao Plano Municipal de Desenvolvimento Rural de Araci, conforme procuraremos discutir no próximo capítulo.

### CAPITULO III

## **A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE ARACI**

### **8. Criação do PMDR**

O Plano Municipal de Desenvolvimento Rural de Araci (PMDR - Araci) foi criado em 1997, tendo vigência de 4 anos (1997 - 2000). A contribuição do PRONAF infra-estrutura e serviços para com o Plano é dada ano a ano, e diante a elaboração dos Planos Anuais de Trabalho. Efetivamente, Araci começou a receber as verbas de infra-estrutura do PRONAF somente a partir de 1998, atraso este devido a problemas de operacionalização do programa no seu primeiro ano. Cabe registrar que mesmo em 1999, a alocação dos recursos novamente encontrava-se em atraso, sendo que em outubro de 1999 os Planos de Trabalho ainda estavam sendo analisados pela Secretaria Nacional do PRONAF, segundo informações da Secretaria Executiva Estadual do PRONAF na Bahia.

Assim, o ano 2000 ainda é o terceiro ano de exercício do PRONAF infra-estrutura em Araci.

Mostraremos neste item as principais estratégias (linhas de ação) e atividades do PMDR de Araci para o desenvolvimento da agricultura familiar local. Veremos que mesmo o CMDR fazendo um esforço de aglutinar diversos programas em andamento no município, nem sempre consegue intervir diretamente na implementação dos mesmos. Nesse processo, veremos que, assim como demonstramos no capítulo II, os processos de sinergia entre as organizações da sociedade civil e o poder executivo



locais são intensificados, enquanto que o estabelecimento de relações com organismos da esfera estadual de governo continua distante, à exceção, em parte, da EBDA.

Passaremos, a seguir, a descrever o PMDR de Araci e as ações em andamento na época, para depois comentar as estratégias adotadas.

### **8.1. Objetivos e Estratégias do PMDR**

O objetivo geral do PMDR de Araci é *“sistematizar e integrar as linhas de ação que possibilitem o aumento da capacidade produtiva, a geração de emprego e a melhorada renda no município, tornando-se instrumento auxiliar para o seu desenvolvimento sustentado”* (CMDR, 1997: 24). Assim, o CMDR formulou quatro linhas de ação, julgadas prioritárias para resolver os pontos de estrangulamento da agricultura familiar no município. São elas: i) Organização da Produção; ii) Associativismo e Cooperativismo; iii) Infra-estrutura Socioeconômica; iv) Capacitação e Profissionalização.

#### **8.1.1. Organização da Produção**

Esta linha de ação objetiva basicamente aumentar a produtividade das lavouras tradicionais com potencial de comercialização (sisal) e da pecuária de pequenos animais (especialmente caprinos e ovinos) semi-intensiva e inserir a produção agropecuária da agricultura familiar nos circuitos de comercialização local, regional e estadual. Para atingir esses objetivos o Plano prevê a ampliação e a melhoria da assistência técnica governamental (EBDA) e não governamental (APAEB-MOC), estabelecendo a meta de atingir 40 comunidades no primeiro ano e alcançar as 97 comunidades existentes ao final do ano 2.000. Prevê o financiamento para as culturas de subsistência (feijão, milho e mandioca)<sup>75</sup>, para a recuperação das lavouras de sisal e para a exploração da caprinocultura de leite. Em pequena escala (comunidades com potencial) o Plano prevê o desenvolvimento da suinocultura, pesca, apicultura, de forma a estimular novas alternativas de geração de renda.

E prevê ainda a verticalização da produção através da profissionalização de produtores e do financiamento de pequenos projetos comunitários de beneficiamento da produção. Já, com abrangência municipal, a meta é instalar um laticínio que terá como objetivo concentrar e beneficiar o leite de cabra, atualmente desperdiçado por falta de infra-estrutura de beneficiamento e comercialização.

No âmbito da comercialização a estratégia é estabelecer um mercado institucional, através de negociações com a prefeitura e o governo estadual, proporcionando a venda da produção dos agricultores familiares para a merenda escolar, hospitais e **Cesta do Povo**<sup>30</sup>, e procurar inserir os produtos agropecuários e artesanais do município em mercados que ultrapassam a Região e o Estado. Nesse sentido, algumas experiências de comercialização direta entre a prefeitura (merenda escolar) e agricultores locais já encontra-se em andamento, mas a ampliação ainda esbarra em exigências locais que se pretende resolver a partir do pleno funcionamento da ACOAFA, recentemente criada. Conforme já vimos anteriormente, esta associação, além de estar apta para cumprir as exigências legais de comercialização, como participar de licitações, etc., também dará suporte em capacitação, marketing e outros serviços necessários à colocação dos produtos no mercado. A ACOAFA também administrará um equipamento de venda às margens da BR 324, construído com recursos do PRONAF infra-estrutura e serviços.

### 8.1.2. Associativismo e Cooperativismo

Esta linha está intimamente ligada ao apoio às organizações de agricultores.

Objetiva “*apoiar o associativismo, enquanto prática social e política, para aumentar e assegurar o poder de barganha dos agricultores familiares, em função das suas necessidades e interesses*”.(CMDR, 1997: 24).

Uma das estratégias utilizadas para fomentar a organização comunitária é o atendimento a comunidades que estejam minimamente pré-organizadas (em grupos informais). Tem sido comum representantes de comunidades ainda não beneficiadas pelo PMDR, comparecerem às reuniões do CMDR mostrando sua capacidade de articulação da comunidade e demandando benefícios através de projetos comunitários<sup>31</sup>. Tanto os projetos de infra-estrutura de captação de água (cisternas, barreiros) ou de banco de sementes comunitários, como os projetos de crédito rural via SICOOB Araci, dão prioridade a grupos ou comunidades organizadas.

<sup>30</sup> Equipamento da Empresa Baiana de Alimentação (EBAL) que vende produtos básicos a famílias de baixa renda cadastradas, a preços relativamente mais baixos que no mercado convencional.

<sup>31</sup> O financiamento das estruturas de captação de água, por exemplo, envolve comunidades organizadas que, em mutirão, dão a contrapartida da mão-de-obra e aprendem técnicas de construção que são repassadas a outros beneficiários. Esta é uma das atividades que inclui o público mais marginalizado, identificado no DRPA (*diaristas, dependentes, safristas*).

### 8.1.3. Infra-Estrutura Sócio-Econômica

Esta linha de ação objetiva “ *viabilizar a infra-estrutura sócio-econômica necessária à melhoria do desempenho produtivo e da qualidade de vida da população rural*”. (CMDR, 1997: 24). O Plano prevê a instalação de estruturas de captação e armazenamento de água, melhoria das estradas, eletrificação rural, melhoria e ampliação da rede escolar, postos de saúde, telefonia rural, etc.

A negociação com os diversos segmentos públicos e privados será necessária para implementar esta linha de ação, visto que os recursos do PRONAF infra-estrutura e serviços são insuficientes, além do que, exigirá uma coordenação de diversos programas em andamento no município que necessitam ser justados para atender aos interesses dos agricultores familiares. São eles, o Programa Produzir, o Programa de Erradicação do trabalho Infantil (“Criança Cidadã”), o Programa Estadual de Eletrificação Rural, o Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos e o Programa Comunidade Solidária que engloba programas de educação, transporte escolar, merenda escolar, saneamento básico, capacitação para atividades produtivas, além do Programa de Renda Mínima. (CMDR, 1997; Carvalho, 1998).

### 8.1.4. Capacitação e Profissionalização

O objetivo desta linha de ação é “*eleva o nível de conhecimento (capacitação) e de profissionalização de agricultores, propiciando-lhes novos padrões tecnológicos e de gestão*”. (CMDR, 1997: 24). Para alcançar este objetivo o Plano prevê a integração de diversos organismos (ONGs, assistência técnica oficial - EBDA - , SETRAS e Prefeitura Municipal) para potencializar o processo de capacitação dos agricultores familiares a fim de que estes possam melhor exercer suas atividades. O Plano também prevê (no segundo ano de implantação), a construção da sede de uma Escola Família Agrícola (iniciativa dirigida especificamente para os filhos de agricultores) e um Centro de Treinamento com recursos do PRONAF e da Prefeitura Municipal.

#### 8.1.4.1. PRONAF infra-estrutura e serviços<sup>32</sup>

O **Quadro 7** apresenta os itens financiados, em Araci, com recursos do PRONAF infra-estrutura e serviços. Em três anos foram investidos R\$ 548.000,00 na

<sup>32</sup> Envolve a contrapartida da prefeitura municipal com a doação de terrenos e complementação orçamentária das construções no primeiro ano.

construção de instalações necessárias à implementação, especialmente, das linhas de ação "organização da produção" e "capacitação".

**Quadro 7 - Recursos do PRONAF infra-estrutura e serviços Aplicados em Araci, 1998/2000**

<b>Itens exercício valor (R\$)</b>
Cooperativa de Crédito Rural de Araci – SICOOB Araci
Laticínio Municipal
Centro de Comercialização
03 barragens
12 armazéns comunitários
61 cisternas comunitárias
Aquisição de 50 silos metálicos (bancos de sementes)
1998 200.000,00
Escola Família Agrícola (EFA)
Centro de Treinamento
Aquisição de equipamentos p/ C. Comercialização
Aquisição de equipamentos p/ Laticínio Municipal (capac. P/ 8.000 litros/dia)
Construção e instalação de um defumador
Aquisição de veículo utilitário p/ a ACOAFA/ C. Comercialização
1999 170.000,00
Construção de alojamentos (EFA)
Aquisição kits de informática, cozinha, móveis, televisor e utensílios (EFA)
Aquisição de móveis p/ Centro de treinamento
Aquisição de máquina p/ perfuração de poços tubulares
Recuperação de estradas c/ "passagens molhadas"
2000 178.000,00
<b>TOTAL 548.000,00</b>

Fonte: PMDR e Planos Anuais de Trabalho (Araci)

#### **8.1.4.2. PRONAF e Crédito Rural**

O crédito rural aparece no PMDR como suporte a todas as atividades relacionadas com a organização da produção. Os agentes financeiros que atuam no fornecimento de crédito para a agricultura familiar no município são o BNB, a Cooperativa de Crédito Rural de Araci e o Banco do Brasil.

O PRONAF tem criado possibilidade para o fortalecimento das cooperativas de crédito, repassando os recursos diretamente às mesmas e diminuindo o percurso dos recursos desde a fonte até os beneficiários finais. A aplicação de crédito na agricultura familiar de Araci tornou-se significativa nos últimos anos, promovida tanto pela existência do PRONAF, quanto pela existência do CMDR, que, por sua vez, procurou estimular a organização interna das unidades familiares agrícolas acopladas ao crédito, bem como articular as demandas junto aos agentes financeiros.

#### **8.2. Estratégia de Financiamento**

Em consonância com as linhas de ação que já descrevemos, o CMDR tem dado prioridade ao financiamento e capacitação de um grupo de agricultores que serão os pioneiros no fornecimento de leite de caprinos ao Laticínio Municipal. Do mesmo tem priorizado o financiamento de grupos já organizados, que irão fornecer produtos (artesanato de palha e sisal, derivados da mandioca, mel, filé de peixe, defumados de carne caprina/ovina, etc.) para o abastecimento do Centro de Comercialização, que está localizado às margens da BR-324. Portanto, observa-se que há uma conexão entre as estruturas financiadas pelo PRONAF infra-estrutura e serviços e a estratégia de financiamento da produção.

Para Putnam (1996:23-24), ter êxito, para as instituições, significa capacitar os atores a resolver as divergências da maneira mais eficiente possível. “As instituições são mecanismos para alcançar propósitos, não apenas para alcançar a cordo. Queremos que o governo faça coisas, não apenas decida coisas... O conceito de desempenho institucional baseia-se num modelo bem simples de governança: demandas sociais □ interação política □ governo □ opção política □ implementação. As instituições governamentais recebem subsídios do meio social e geram reações a esse meio.”

A integração participativa do cidadão na vida política e social é um fator importante também para a sustentação política, assegurando a efetividade e continuidade das decisões. Por outro lado, a qualidade de vida é melhorada pela participação, representando objetivo adicional a ser perseguido pelo desenvolvimento sustentável, pelo que representa em realização humana e social.

## PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL SUSTENTÁVEL

### 9. Desenvolvimento Local

O desenvolvimento sustentável pode ser mais bem gerenciado no âmbito de desenvolvimento local. Segundo Buarque (1999:09-11), o desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população, principalmente quando existe um ambiente

político e social favorável, expresso por uma mobilização e, principalmente, de convergência importante dos atores sociais do município ou comunidade em torno de determinadas prioridades e orientações básicas de desenvolvimento.

Para Buarque (1999:09-11), **desenvolvimento local** representa:

*uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas. Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais, a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais. ... O conceito genérico de desenvolvimento local pode ser aplicado para diferentes cortes territoriais e aglomerados humanos de pequena escala, desde a comunidade e os assentamentos de reforma agrária, até o município ou mesmo microrregiões homogêneas de porte reduzido. O **desenvolvimento municipal** é, portanto, um caso particular de desenvolvimento local, com uma amplitude espacial delimitada pelo corte político-administrativo do município.*

Com base nestas definições, passa-se a utilizar o conceito de desenvolvimento municipal sustentável como um caso particular de desenvolvimento local sustentável. Buarque (1999:19) define **desenvolvimento municipal sustentável** como “*processo de mudança social e elevação das oportunidades da sociedade, compatibilizando, no tempo e no espaço, o crescimento e a eficiência econômica, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, partindo de um claro compromisso com o futuro e a solidariedade entre gerações.*”

O desenvolvimento municipal sustentável é um processo de mudança social, cuja finalidade é o desenvolvimento permanente do município e de seus habitantes, potencializado pela capacidade de mobilização da sociedade local.

Boisier (1992:49) caracteriza o desenvolvimento local como um processo endógeno, associado ao aumento da autonomia de decisão do município, ao aumento da capacidade de gerar, captar e reinvestir o excedente econômico, a uma permanente e crescente inclusão social e à preservação do meio ambiente. Desta forma, o desenvolvimento municipal sustentável consiste numa transição para um novo estilo de organização da economia, da sociedade e de suas relações com a natureza, prenunciando uma sociedade com equidade social e conservação ambiental.

Segundo Boisier (1992:112), existe um interesse muito sério, tanto do ponto de vista intelectual quanto político no desenvolvimento territorial, reconhecendo-se cada vez mais que a realização do projeto de vida de cada indivíduo depende significativamente do comportamento do entorno em que ele vive.

### **9.1. Mecanismos de participação social**

Jara (1998:130) define participação social como "capacidade especificamente política de escolher entre alternativas ou como processo de conquista e construção organizada de equidade social, da cidadania, do bem-estar econômico e do equilíbrio ambiental."

Enquanto Boisier (2000:41) explica que o crescimento e o desenvolvimento de um território ocorrem através da interação entre conhecimento científico, consenso social e poder político coletivo. Por meio de mobilizações os atores sociais e institucionais de diversos setores da sociedade local, informados e educados, são capazes de se expressar, participar e de influenciar nas decisões de interesse coletivo, bem como realizar o controle permanente e consistente, garantindo a transparência da gestão pública.

Os produtores rurais devem constituir-se em beneficiários diretos do desenvolvimento municipal sustentável, estando presenes individualmente ou através de suas representações, em todas as fases do processo, unidos por objetivos comuns, porém sempre respeitando as suas individualidades.

A participação da sociedade deve ocorrer através da formação de um Conselho de Desenvolvimento Municipals, originário de grupos formais e informais

existentes no município, composto por lideranças do meio urbano e rural, principalmente de representantes de agricultores.

A consolidação dos trabalhos destes grupos informais pode resultar em organizações formais, facilitando o acesso dos pequenos produtores rurais a bens e constitui forma mínima de auto-organização e participação social que permite decidir e orientar, de maneira coletiva e democrática, o rumo dos processos relativos a determinadas questões municipais. Serviços, tais como: aquisição conjunta de insumos, transporte e comercialização da produção, assegurando preços mais justos na busca da equidade social.

Segundo Silva (1999:41-42), o município é um lugar privilegiado onde os fatos se originam (nascem) e acontecem (se materializam). É uma unidade ecológica heterogênea, capaz de se auto-organizar, ou seja, de definir e decidir seu próprio destino social, político, econômico, etc. Relaciona-se com o resto do mundo, não apenas com o mercado, mas com a sociedade, com os demais níveis de poder e, enfim, com o mundo em sua totalidade.

"O município tem uma escala territorial adequada à mobilização das energias sociais e integração de investimentos potencializadores do desenvolvimento, seja, pelas reduzidas dimensões, seja pela aderência político-administrativa que oferece, através da municipalidade e instância governamental." Buarque (1999:6)

Com objetivo de detalhar e facilitar as análises, o município foi subdividido.

## **9.2. A participação democrática**

Nas últimas décadas, especialmente, a partir da década de 1980, presenciase, no cenário político brasileiro, a ampliação do processo de democratização da sociedade. Com a ruptura do regime militar, a partir de 1979, começaram surgir manifestações da sociedade civil que, de forma organizada, se engajou num amplo movimento de participação política.

Durante a década de 1980, a sociedade brasileira foi palco de um processo de revitalização da sociedade civil que emergiu com a luta pela democratização do Estado e da sociedade. Esse período foi marcado por um movimento de conquistas democráticas que ganharam a cena pública como a organização de movimentos sociais em diferentes setores, o fortalecimento dos sindicatos, a visibilidade das demandas populares e a luta por direitos sociais (Raichelis, 2000a).



A mobilização e as lutas da sociedade civil, que ressurgiram no início dos anos de 80, foram fundamentais para a ampliação dos espaços de participação democrática. Os avanços no campo dos direitos sociais, consagrados na Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988 (Brasil, 1988), foram resultados da mobilização e pressão desses novos sujeitos que surgiram no cenário brasileiro, conquistando espaços de participação popular.

Essa Constituição, denominada de “Constituição Cidadã” pelo reconhecimento e ampliação dos direitos sociais, trouxe inovações significativa ao instituir espaços de participação popular na formulação, gestão e controle das políticas sociais. Uma das principais inovações relacionadas à participação da sociedade civil nas decisões políticas é o controle social exercido pela população que se viabiliza por meio da participação de organizações representativas nos conselhos deliberativos (BRAVO, 2001).

Durante a década de 1990, pôde-se observar o surgimento, na sociedade brasileira, de diversos conselhos, em âmbito nacional, estadual e municipal, visando à implementação de políticas sociais nas diversas áreas: saúde, educação, assistência social, meio ambiente, habitação, previdência, e de defesa de direitos da criança e do adolescente, da mulher, dos idosos, dentre outros. Embora o termo “conselho” não seja uma expressão nova na história de participação política, os conselhos gestores de políticas públicas surgem a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 que prevê, no capítulo da Seguridade Social, como um dos objetivos, “o caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados” (Brasil, 1988).

Os conselhos surgem como um novo espaço de participação da sociedade civil na formulação e no controle das políticas públicas. Os conselhos gestores são “canais de participação que articulam representantes da população e membros do poder público estatal em práticas que dizem respeito à gestão de bens públicos” (Gohn, 2001, p. 7).

A constituição desses conselhos possibilita o estabelecimento de novas formas de participação democrática, fazendo com que governo e sociedade civil participem de forma igualitária na definição das políticas públicas. Hoje, com a ampliação do processo de democratização da sociedade brasileira, há a extensão do poder da sociedade política para a sociedade civil. “Agora, a cidadania política transcende os limites da delegação de poderes da democracia representativa e expressa-

se por meio da democracia participativa, da constituição de conselhos paritários, que se apresentam como novo locus de exercício político” (Campos; Maciel, 1997, p. 145).

Na sociedade brasileira, o processo de democratização vem-se fortalecendo com a participação da sociedade civil em instâncias de deliberações políticas. Os conselhos deliberativos de políticas públicas apresentam-se, hoje, como importantes mecanismos de democracia participativa.

Conforme Raichelis (2000b), esses novos espaços de participação da sociedade civil se consubstanciam como instrumentos propulsores da publicização das políticas sociais, sendo os conselhos deliberativos e paritários a estratégia privilegiada. A publicização pode ser entendida como o processo de deslocamento das discussões e decisões da esfera privada para a esfera pública.

Essa nova forma de gestão da política pública, por meio da interlocução da sociedade com o poder público, faz com que se alterem as relações entre o Estado e a sociedade civil, uma vez que possibilita a construção de uma esfera pública na definição e implementação das políticas sociais (Carvalho; Teixeira, 2000). A constituição da esfera pública faz parte do processo de democratização da sociedade e se expressa pela inserção dos interesses das majorias nos processos de decisão política (Raichelis, 1998).

A construção desses novos espaços de participação da sociedade civil, em que são discutidas, de forma pública e democrática, as questões relacionadas às políticas sociais, representa um considerável avanço no que diz respeito às políticas públicas no Brasil. Como afirma Demo (1999), a participação não é algo dado nem concedido como dádiva, mas é, sim, um processo de conquista. A conquista de participação nesses espaços significa uma mudança em termos de igualdade democrática, pois a participação da sociedade civil não se refere somente à reivindicação de direitos sociais, mas também de definição dos rumos das políticas públicas.

Considerando-se o importante papel que a sociedade civil desempenhou como protagonista na luta pela democratização das relações entre o Estado e a sociedade, entende-se que a sua participação em espaços democráticos, como os conselhos, deve pautar-se, também, por uma participação democrática. Os representantes dos segmentos que compõem a sociedade civil devem ter como principal desafio a construção de uma prática conselhistas, reveladora de uma representação democrática, transparente e que corresponda realmente aos anseios dos segmentos representados.

Para que realmente esses espaços se fortaleçam como mecanismos de aperfeiçoamento da democracia e fortalecimento da cidadania, faz-se necessário que os representantes construam uma representação, pautando sua intervenção na defesa de interesses coletivos e não de interesses particulares. E, para isso, é imprescindível que se contemple também a participação dos cidadãos nas decisões do conselho.

A representação, entendida como a defesa de interesses gerais de determinados grupos por pessoas escolhidas para esse fim, pressupõe que, para representar determinado grupo ou segmento, o representante deve conhecer as demandas e necessidades desse segmento. Para que uma representação seja considerada democrática, ela deve ser desenvolvida de forma visível e transparente e com a participação dos grupos ou segmentos representados.

A representatividade dos conselheiros está relacionada com a capacidade de representação dos interesses coletivos nas assembleias do conselho, como também com a capacidade de articulação desse representante com o segmento que representa. Essa articulação com a base propicia a participação desses grupos no processo de tomada de decisões.

Entende-se também que os segmentos que compõem a representação da sociedade civil, pelo protagonismo que desempenharam no processo de democratização da sociedade, têm um importante papel a desempenhar nesses espaços. Parte-se do pressuposto que, independentemente das posições assumidas pelos representantes governamentais e do comprometimento do governo com as políticas sociais, cabe à sociedade civil o papel de desenvolver uma atuação crítica nos conselhos, de modo a garantir a defesa de interesses da parcela da população brasileira que se encontra excluída. Há que se ter presente, porém, que os conselhos são espaços de negociações permeados por tensões e disputas de interesses entre os diversos atores sociais. É nesse local que se manifestam a diversidade de opiniões, a pluralidade de idéias, as diferentes visões políticas existentes, as relações de poder que se estabelecem no exercício da negociação entre representantes do governo e da sociedade civil. Dada a diversidade de interesses, os representantes podem, muitas vezes, estar contribuindo para reforçar ou reproduzindo, na sua prática, atitudes autoritárias. Podem também estar defendendo interesses individuais ou corporativos e não interesses coletivos.

A política organizativa em volta do CMDR aos poucos foi enfraquecendo por conta das questões políticas partidárias e da própria situação do município. Segundo

conselheiros, tinha dia que o município tinha dois prefeitos e tinha semana que não tinha nenhum e por conta de toda essa instabilidade e clima de insegurança administrativa que se instalou na gestão pública municipal, as coisas foram se desgastando e aos poucos as instituições se afastando e cada uma cuidando das suas próprias atividades. Em decorrência disso hoje, o município não tem os frutos completos de todo aquele investimento político, ético, social e econômico que se estruturou junto ao conselho e da gestão dos recursos públicos para atender o desenvolvimento local, principalmente para a zona rural.

Muitas obras que continha no Plano municipal não foram executadas, por conta de vários problemas, além da situação da gestão pública municipal, teve a falta de prestação de conta dos recursos, burocracia da caixa econômica e burocracia do próprio projeto do Pronaf na época. Assim, ficou a Escola Família Agrícola sem concluir e que se encontra até hoje pela metade, a sede da cooperativa de crédito ficou inacabada e os próprios cooperados conseguiram através de mutirões e iniciativa próprias e muitos pagando até do próprio bolso, conseguiram colocá-la em funcionamento e hoje é uma das grandes cooperativas de crédito da região.

Quanto a situação do CMDR acabou ficando estacionada por conta da intervenção política dos prefeitos que fez cooptação de lideranças para assumir cargo de confiança e daí, esses prefeitos abandonaram a organização do conselho, visto que estavam dando um impacto muito grande na transformação social do município e passaram a assumir uma política mais íntima com o governo do estado. Dessa forma, vários projetos de benefício para as comunidades rurais foram abandonados e juntando a insatisfação das lideranças e das entidades da sociedade civil, o conselho passou a não ter mais credibilidade diante da população, ficando desacreditado e incapaz de convencer a sociedade sobre seu poder de transformação social.

## CAPITULO V

### PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DO TERRITÓRIO DO SISAL

#### 10. O Sisal

O sisal origina a principal fibra dura produzida no mundo, contribuindo com mais da metade da produção comercial de todas as fibras desse tipo. Sua exploração no Brasil concentra-se no Nordeste, geralmente em áreas onde as condições de clima e solo são pouco favoráveis para a exploração de outras culturas que ofereçam resultados econômicos satisfatórios.

Segundo a FAO, os países em desenvolvimento, principalmente o Brasil, China, México, Tanzânia e Quênia, representam 99% da produção mundial de sisal. O Brasil é o maior produtor e exportador de fibras e manufaturados, com uma participação de 61% da produção mundial. Cerca de 70% do sisal beneficiado brasileiro destina-se aos mercados europeu e asiático. Já os produtos derivados têm como principais importadores os Estados Unidos (86%), Canadá (5%) e União Européia.

Os Estados da Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte são os maiores produtores brasileiros. A Bahia é o principal produtor de sisal do país, contribuindo com cerca de 94% da oferta nacional.

As exportações do setor sisaleiro baiano no ano 2003 aumentaram cerca de 27,0% em relação ao ano anterior, com a marca de 117.576 toneladas, gerando um receita de US\$ 54 milhões. O resultado reflete, dentre outros aspectos, no aumento da demanda pela fibra de origem natural no mercado externo, em substituição às fibras sintéticas.

Na Bahia, a área sisaleira possui uma extensão geográfica de 400.000 km<sup>2</sup>, envolvendo mais de 74 municípios com uma população estimada em 2,9 milhões de habitantes. Calcula-se que existam 194.107 hectares de sisal empregando cerca de 600 mil pessoas direta e indiretamente, sendo o sustentáculo da economia desta região.

O sisal destaca-se pela capacidade de geração de empregos, através de uma cadeia produtiva de serviços que abrange desde os trabalhos de manutenção das lavouras (baseados na mão-de-obra familiar), a extração e o processamento da fibra para

o beneficiamento, até as atividades de industrialização de diversos produtos, bem como seu uso para fins artesanais. A resistência do sisal ao clima adverso tem sido uma das razões pela qual, em algumas áreas do Nordeste os agricultores optaram pelas explorações sisaleiras. O segmento do sisal é intensivo em mão-de-obra em todas as fases de implantação, manutenção, colheita e desfibramento.

Apesar de o mercado ser satisfatório, com grande parte da produção destinada à exportação, a cultura sisaleira encontra-se em franco declínio. A demanda mundial pela fibra de sisal, que já foi de 800.000 ton./ano é hoje de 350.000 ton./ano. A preferência pelas fibras sintéticas, de custo inferior e de qualidade superior, explica em parte a decadência do sisal. De fato, a partir dos anos 60, quando surgiram as primeiras fibras sintéticas, o mercado decresceu para as fibras de sisal. Mas, ultimamente, tem aumentado a demanda por produtos naturais que provocam menor impacto ambiental e são ecologicamente aceitáveis, fato que, aliado à redução das áreas produtivas, elevou novamente os preços (SINDIFIBRAS, 2006).

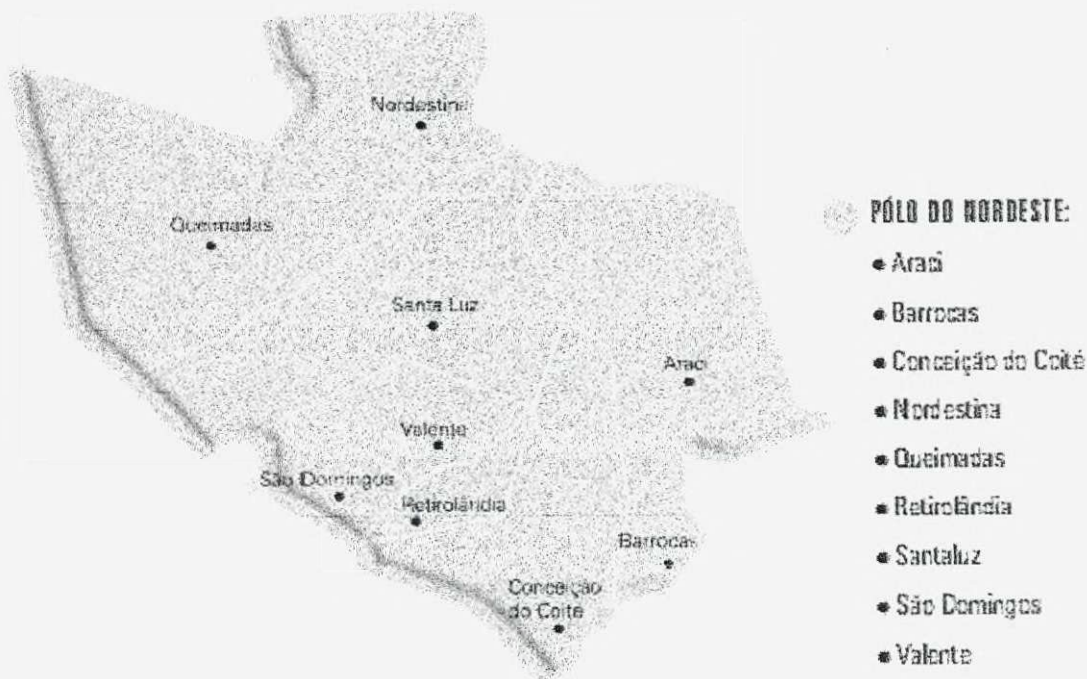
O sisal é utilizado na confecção de fios agrícolas (Baler Twine), fios de embalagem, estofados, celulose, tapetes e cordas; além disso, várias aplicações alternativas estão sendo estudadas e isto, a médio prazo, poderá se refletir no volume da demanda deste produto que, devido às fortes pressões ambientais, começa a recuperar espaço na competição com fibras sintéticas, especialmente após exigências para a importação de produtos e embalagens ecológicas e biodegradáveis impostas pela União Européia e outros mercados.

O problema que os sisaleiros encontram é um considerável atraso tecnológico, gerando baixa produtividade e encarecimento da produção. De todo o volume de folhas colhidas apenas cerca de 4% se transformam em fibras. O restante é descartado. Há muitas possibilidades de utilização dos subprodutos da extração das fibras, como forragem animal, bio-inseticida, celulose, acetona e álcool (SINDIFIBRAS, 2006).

As fibras vegetais apresentam enorme potencial para substituição de plásticos, espumas e fibras sintéticas nas indústrias químicas em geral. O sisal apresenta uma série de vantagens que já estão viabilizando a sua aplicação em várias indústrias, inclusive na automobilística: altas propriedades mecânicas específicas; biodegradabilidade; baixa densidade; não-abrasividade; ~~baixo consumo de energia~~; baixo custo; oferta de empregos rurais(SINDIFIBRAS, 2006).

Uma grande variedade de fibras naturais, como o sisal, têm sido usadas como reforço de matrizes à base de cimento para produzir componentes de construção de pouca espessura (mais finos que 20mm) e de baixo custo (SINDIFIBRAS, 2006).

Segundo o CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente, os resíduos de amianto utilizados principalmente pela indústria de construção civil, na fabricação de telhas, caixas d’água, elementos isolantes; na indústria têxtil, na produção de roupas e equipamentos de proteção anti-incêndio e na indústria automobilística, na fabricação, montagem e manutenção de sistema de freio e embreagem, são perigosos à saúde, exigindo sua colocação em aterros especiais. Nesse sentido, o sisal surge como uma excelente alternativa para substituí-lo (SINDIFIBRAS, 2006).



### 10.1.O papel da APAEB de Valente no Território

Fundada em 1980, a APAEB - Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente é uma instituição sem fins lucrativos que possui como missão promover o desenvolvimento social e econômico sustentável, visando a melhoria da qualidade de vida do pequeno produtor rural da região sisaleira.

Atualmente, a APAEB gera 800 empregos diretos e movimentada cerca de 18 milhões de reais por ano. Para alcançar seus objetivos, a Associação busca intervir diretamente na economia da região, procurando agregar mais valor aos produtos dos pequenos agricultores.

Inicialmente os produtores se articularam para vender em grupo, o gerou a construção de uma bateadeira de sisal e logo após, a indústria de tapetes e carpetes.

Atualmente, esta Associação vem diversificando seu ramo de atuação, investindo também na criação de caprinos e ovinos, no comércio de leite, peles e derivados.

Atividades exercidas pela APAEB:

- Fábrica de tapetes e carpetes de sisal - emprega cerca de 500 funcionários e exporta parte da sua produção;
- Bateadeira comunitária de sisal - compra a produção de cerca de 1.000 agricultores e emprega 42 funcionários;
- Escola Família Agrícola - funciona na Fazenda Madeira, com a Pedagogia da Alternância, onde 90 alunos de 6 municípios passam uma semana na escola e outra em casa, repassando para a família os conhecimentos para convivência com a seca;
- Fundo Rotativo – concessão de empréstimos aos pequenos agricultores, para investirem na propriedade, de acordo com projeto econômico elaborado pelos técnicos da Associação;
- Convivência com a seca - assistência técnica permanente aos agricultores beneficiados com crédito, ensino de técnicas de convivência com a seca e o aumento da produtividade; atendimento veterinário, laboratorial e melhoramento genético do rebanho caprino e ovino, programas de construção de cisternas para o armazenamento de água, perfuratriz de poços artesianos e sistemas de irrigação (APAEB/Valente,2005).

## **10.2.Contexto Histórico**

As primeiras discussões para criação do Território do Sisal, foram iniciadas na região em 2002, com objetivo de criar um mecanismo que pudesse está substituindo as ações do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, por que o governo não aderiu a política de territórios, as ações ficavam submissas a uma



Secretaria Executiva do Pronaf e a cargo dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável, após várias reuniões com lideranças de diversos segmentos da sociedade civil e do poder público, portou-se por criar o Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável no dia 10 de dezembro de 2002. O CODES nascia com objetivo de agregar todas as iniciativas e discussões sobre as políticas de investimentos ligadas aos recursos do Pronaf entre outros que fosse aos poucos se incorporando aos debates ligadas ao Território do Sisal. Constituído juridicamente o conselho materializa as ações da base física a qual chama-se de território como enfatiza Ricardo Abramovay quando afirma que “...o território é a base para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais e dos custos de transportes e de comunicações”. Segundo as informações contidas nos subsídios da SDT, *um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico* (SDT, 2005). A economia tem prestado bastante atenção aos aspectos temporais (ciclos econômicos) e setoriais (complexos agroindustriais, por exemplo) do desenvolvimento, mas é recente o interesse por sua dimensão territorial ou espacial (von Meyer, 1998). O Território do Sisal fica localizado numa das regiões mais seca da Bahia, situado entre a microrregião de Serrinha e Senhor do Bom Fim é formado por 20 municípios<sup>33</sup>, é habitado por uma população equivalente a 554,7 mil pessoas, enfrenta diversas adversidades como uma emigração bastante intensa, bastante freqüente entre os jovens que se deslocam para a periferia das grandes cidades a procura de emprego, conforme dados do IBGE, apresenta um processo de mobilização social bastante forte, contando com a atuação de diversas instituições que atuam na organização, capacitação e mobilização dos atores sociais na busca de melhoria da qualidade de vida, geração de emprego e renda e acesso a políticas públicas, marcado por um histórico de lutas. A exemplo da busca da organização sindical dos agricultores familiares, a proposição de iniciativas de geração de renda, a diversificação da cultura do sisal, foram objeto de intervenções dessas entidades. Todas essas ações foram sempre implementadas de forma participativa e articuladas. (Estudo da Base econômica territorial – território do sisal, 2005). A tabela

---

<sup>33</sup> Araci, Biritinga, Serrinha, Teofilândia, Tucano, Barrocas, Candeal, Ichu, Conceição do Coité, Retiroândia, Valente, São Domingos, Santa Luz, Queimadas, Cansanção, Nordestina, Quijingue, Monte Santo, Lamarão e Itiúba.

abaixo apresenta a população total de cada município do Território do Sisal dividido entre rural e urbana, além de outros dados importantes.

Municípios	População Total	Urbana		Rural		Área (km <sup>2</sup> )	Densidade demográfica (hab/km <sup>2</sup> )	População Urbana	População Rural	Índice de Desenvolvimento Humano	Classificação Bahia	Classificação Brasil
		Homem	Mulher	Homem	Mulher							
Araci	47.584	7.887	8.302	16.214	15.181	1.576,3	30,19	18.189	31.395	0,557	397	4.470
Barrocas <sup>(1)(2)</sup>	12.167	...	...	...	...	207,0	58,78	...	...	...	...	...
Cansanção	31.947	4.450	4.771	11.599	11.127	1.324,9	24,11	9.221	22.726	0,538	409	5.381
Conceição do Coité	56.317	13.484	14.542	14.725	13.566	1.090,5	51,64	28.026	28.291	0,611	249	4.470
Itiúba	35.543	4.262	4.602	13.761	12.918	1.737,8	20,45	8.864	26.679	...	...	...
Monte Santo	54.552	3.476	3.750	24.540	22.786	3.298,4	16,54	7.226	47.326	0,534	411	5.403
Nordestina	11.800	1.444	1.431	4.680	4.245	472,8	24,96	2.875	8.925	0,55	403	5.302
Queimadas	24.613	4.705	5.078	7.642	7.188	2.105,9	11,69	9.783	14.830	0,613	244	4.425
Quijingue	26.376	2.358	2.534	11.394	10.090	1.276,2	20,67	4.892	21.484	0,528	414	5.431
Retiroândia	10.891	2.661	2.813	2.768	2.649	204,5	53,26	5.474	5.417	0,625	196	4.225
São Domingos	8.526	1.794	1.917	2.475	2.340	252,1	33,82	3.711	4.815	0,624	201	4.233
Santa Luz	30.955	8.693	9.273	6.802	6.187	1.603,6	19,30	17.966	12.989	0,646	119	3.834
Serrinha (2)	71.039	...	...	...	...	601,7	118,06	...	...	0,658	83	3.641
Teofilândia	20.432	2.857	3.001	7.547	7.027	266,9	76,55	5.858	14.574	0,607	260	4.530
Tucano	50.948	8.918	9.679	16.793	15.558	3.214,8	15,85	18.597	32.351	0,582	361	4.941
Valente	19.145	4.543	4.968	4.955	4.679	372,5	51,40	9.511	9.634	0,657	85	3.658

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 - SEI/SEPALNTEC

(1) Município emancipado em 30.03.2000

(2) As informações para os municípios criados e os de origem ainda estão indefinidas.

**RENDA PER CAPTA:** R\$ 78,30, sendo que 46,8 % da população tem renda per capita de até R\$ 35,75. Os 60 % mais pobres ficam apenas com 19,5 % da renda global geral.

**MEIO AMBIENTE:** Castigado a décadas, resultando no desaparecimento de grande parte da Caatinga e da Fauna, com a presença de muitas áreas degradadas. Os rios e aguadas que antes eram perenes e temporárias, hoje só restam os leitos.

**ÍNDICE DE ANALFABETISMO:** Atinge 29,5 % da população com mais de 10 anos, sendo que 60,6 % da população com mais de 15 anos de idade tem menos de 04 anos de estudo.

**QUALIDADE DE ENSINO:** Muito baixo, estudo fora da realidade da região, em função de não levar em consideração as técnicas de convivência com o semi-árido, visto que se trata de uma região tipicamente rural.

**SAÚDE:** Sem hospital em condição de resolutividade dos casos especiais ou de média complexidade, precisando de transportar os pacientes para Feira de Santana, Salvador, entre outros.

**CONTROLE SOCIAL:** Através do território do Sisal, busca-se a articulação entre a Sociedade Civil e Poder Público, para a consolidação de experiências exitosas nas cadeias produtivas da agricultura familiar gerando ocupação e renda com qualidade de vida.

Acima disso as organizações da sociedade civil constituem um capital social que vem se revelando capaz de interferir positivamente nas políticas públicas municipais, estaduais e federais, dando sustentabilidade ao processo de desenvolvimento territorial.

### 10.3. Municípios que integrantes o Território do Sisal

- Araci;
- Barrocas;
- Biritinga;
- Candéial;
- Cansanção;
- Conceição do Coité;
- Ichu;
- Itiúba;
- Lamarão;
- Monte Santo;
- Nordestina;
- Queimadas;
- Quijingue;
- Retirofândia;
- Santa Luz;
- São Domingos;
- Serrinha;
- Teofilândia;
- Tucano;
- Valente.



Dessa forma, busca-se apresentar o território como sua forma mais conceitual, ou seja, apresentar aquilo que o descreve enquanto espaço de construção social. A organização social, a atuação conjunta de diversas entidades, a gestão de políticas públicas, a cultura comum, caracterizam o Território do Sisal. No Território existem diversos empreendimentos produtivos integrados por agricultores familiares, que se dedicam à produção e beneficiamento de diversos produtos, além do artesanato de sisal. Dentre estes, destaca-se a APAEB Valente - com atividades produtivas de beneficiamento de leite caprino, couro e beneficiamento do sisal, COOPERAFIS - produção de artesanato de sisal, COOPMEL - com o beneficiamento de produtos da colméia, COOBENCOL - que faz o beneficiamento de carne caprina. Outros empreendimentos estão espalhados nos diversos municípios do Território, também com a produção de derivados de leite e carne caprina, beneficiamento de mel, produção de tempero natural, entre outros. Muitos desses empreendimentos estão organizados na Arco Sertão. No apoio a estes empreendimentos, diversas entidades oferecem apoio, com destaque para o MOC e a ADS, que desenvolvem ações de capacitação e assessoria técnica.

A Região apresenta uma vegetação diversificada, caracterizada por plantas resistentes a longos períodos de seca. Ao lado da carência de água e da peculiaridade da flora, existe uma fauna associada, igualmente atrativa, e, muitas vezes, vivendo em uma

relação estreita, de maneira que a ausência de determinada espécie de planta leva inevitavelmente à extinção de uma espécie animal e vice-versa. A interferência humana é muito forte nesse ambiente, através da formação de pastagens, projetos de irrigação, utilização da vegetação nativa para produção de energia ou para extrair alimento ou artefatos, além do grave problema das queimadas, que têm levado a uma permanente devastação, eliminando espécies que podem se tornar produtos valiosos para a população local e para manutenção e sobrevivência do meio ambiente.

Com o objetivo de garantir as condições necessárias para a produção e beneficiamento e a comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar, diversas ações são necessárias para que possa melhorar e dinamizar a renda, dinamizando e aproveitando as práticas produtivas existentes, além de garantir a melhoria das condições de vida das populações que vivem nos municípios integrantes do Território. Estes municípios apresentam indicadores sociais preocupantes, assim como o seu potencial econômico não aproveitado plenamente. A adoção de ações que visem dinamizar as atividades produtivas e aumentar as possibilidades de geração de renda no Território, além de contribuição à melhoria da qualidade de vida da população, garantirá a permanência dessas em seus municípios de origem.

O sisal, planta facilmente adaptável às condições edafo-climáticas da região, constitui-se num grande suporte econômico para todos os Municípios. A fibra é extraída de forma permanente, em todos os períodos do ano e tem a capacidade de absorver grande quantidade de mão-de-obra. O sisal é o responsável pela permanência de milhares de pessoas no meio rural, mesmo em períodos cujas adversidades são maiores.

É preciso distinguir a noção de espaço e território. Espaço independe de uma ação social; território é o espaço que se estrutura em virtude de uma ação social e que compreende os aspectos econômico, social e político. Nesta pesquisa, os territórios são compreendidos pela ação sócio-política regionalizada; portanto, os territórios não são sinônimos de espaço, nem os projetos são territoriais porque se fazem em territórios. Trata-se da territorialidade dos projetos.

Há que distinguir a complexidade de variáveis próprias da análise rural e a circunstância de se apresentar uma análise restringida por escassez de dados. É preciso ter presente que a variável demográfica é aceita como condutora da classificação em virtude de uma estratégia de trabalho, proveniente da restrição de dados. Ao se

colocarem conceituações, não se pode limitar a classificação temática aos dados demográficos, dentre outras razões, porque desse modo implicitamente se exclui a variável política.

A característica do território dá-se por sua formação histórica baseada em políticas de sobrevivência com o semi-árido (o ambiente adverso formador do capital social). Os agricultores familiares (categoria legitimadora do território), com o capital social formado a partir de ações de Ongs (MOC, CEIAC e CPT) e articulações entre as prefeituras e outras instâncias visando ao desenvolvimento da região, buscando a reestruturação e consolidação da cadeia produtiva do sisal, caprinocultura e manejo dos recursos hídricos.

Dessa forma, a presente discussão faz um relato das experiências de capital social formado pelo território, bem como de sua conceituação teórica; as contribuições institucionais para a formação e legitimação desse espaço.

## **11. SOBRE A INSTITUCIONALIDADE DOS CMDRS DA REGIÃO DO SISAL**

A institucionalidade dos CMDRS permitida pela Constituição 1988 que define a existência desses, sua origem e os parâmetros político-institucionais que norteiam e sustentam sua praticas, precisam acompanhar a evolução dos processos entendidos como marcos das políticas públicas brasileira. É o caso de onde já existam, sofram reformulações visando atender ou se adequar às tais exigências muitas vezes colocadas pela política deliberativa de recursos do Pronaf que muitas vezes confere a esses apelidados “canais de participação” como se refere o Sergio Schneider (2004) a impotência e conseqüentemente sofra pelo não prestígio e reconhecimento social. A marca dessa impotência é tão visível que a desarticulação e descontinuidade política das ações do CMDRS é muito grande nos diversos municípios espalhados por esse imenso país, pois a própria lei que normatiza os conselhos não dá condições e autonomia punitiva para os gestões públicos. Por conta disso a sociedade passa não acreditar mais nas ações de conselhos, pois em muitos casos serve apenas para referendar os atos do executivo,

*No caso de grande parte dos CMDRS, o que se observa é a constituição de um espaço de participação cuja efetividade depende do reconhecimento e legitimação por parte de atores sociais e políticos que, de fato,*

*ainda encontram-se poucos sensibilizados e mobilizados para intervirem nesses espaços, dotando-lhes de real poder e vitalidade. (Sérgio Schneider, 2004,14)*

Considerando esse novo quadro legal permitido pela lei e as orientações dos governos que também por força da lei condicionou a maioria dos recursos a existência de conselhos, tem estimulado a criação de vários conselhos gestores de cima pra baixo que acabaram fragilizado pela não participação política e muitas vezes é impulsionado pelo movimento contrário a não efetivação proposital da não constituição efetiva desse espaço deliberativo das políticas públicas, mas se observa que quando a pressão vem de setores populares que desejam a ampliação desses espaços de participação social, e embasado pelo reconhecimento por parte de várias agências de financiamento quanto ao papel benéfico da participação das populações no debate, decisão, gestão, fiscalização e avaliação da utilização dos recursos públicos. Dessa forma,

*A maior parte dos estudos sobre essa nova modalidade de gestão tem destacado aspectos contraditórios de tais experiências: de um lado, tem-se enfatizado a precariedade da participação nesses espaços e as tentativas, tantas vezes bem sucedidas, de submetê-los aos esquemas de poder tradicionais típicos dos pequenos municípios; por outro lado, por mais precários que sejam, os conselhos têm criado a possibilidade da efetiva participação de segmentos que até então não encontravam canais para expressar suas opiniões e demandas, algo de extrema importância se considerada a tradição brasileira de forte apartação entre a gestão da coisa pública e as populações delas beneficiárias<sup>34</sup>. (Arlison Favareto e Diogo Demarco, 2002).*

Muitos estudos tem apontado a relação do Pronaf Infra-estrutura com relação ao grau de benéfico adquirido pelos envolvidos como é o caso do trabalho de Abramovay quando ressalta os limites dos conselhos em reunir os agentes locais para o estabelecimento de ações inovadoras, capazes de efetivamente impulsionar o desenvolvimento dos espaços rurais. (aput Arlison Favareto e Diogo Demarco, 2002).

Em muitos casos esse distanciamento entre o acesso e operacionalização das linhas de crédito e a linha destinada às ações de promoção do desenvolvimento rural leva a importantes fraturas no programa, pondo em risco sua eficácia justamente naquilo que ele tem de mais inovador, e isso tem sido bastante notório na região do sisal. Na articulação entre as diferentes linhas, o papel dos conselhos deveria ocupar um lugar central. É através desse espaço que deveriam estar sendo organizadas e equacionadas as

<sup>34</sup> Ver Gohn (2001). Sobre os impactos e significados dos conselhos de educação e saúde ver os diagnósticos setoriais sobre a realidade paulista elaborados pela Fundação Seade (2001).

demandas desde os municípios, e é através desse espaço que deveriam estar sendo mobilizadas as forças locais. Porém tem-se notado em muitas regiões do país a dificuldade de montar, reunir dados para construir o Plano Safra e outros projetos que demande investimentos diretos do governo federal (consultoria SDT 2005) pois, a cultura de registro e sistematização de dados não é comum na maioria das instituições.

Observando a análise de Abramovay (2001), sobre o papel dos CMDRs, responsáveis pela gestão do Pronaf Infra-estrutura nos municípios, quando aborda que a missão principal dos CMDRs deveria ser justamente o incentivo a descoberta e o alavancar dos potenciais de desenvolvimento que os mecanismos convencionais de mercado são incapazes de mobilizar, sobretudo nas regiões menos favorecidas, como forma de estimular a participação e o papel dos diversos atores envolvidos como as políticas de desenvolvimento. De modo que não se sente na maioria dos conselhos essa empolgação. Mas muito tem se feito na região do sisal em relação principalmente às políticas de desenvolvimento sustentável e convivência com semi-árido.

Nota-se ainda que, de acordo com o próprio Abramovay, essa missão não está sendo cumprida pelos conselhos na região do sisal, apesar de louváveis exceções como é o caso do município de Araci, Teofilândia e outros de modo pontual, que demonstram inicialmente que as falhas existentes na gestão das funções do próprio conselho e das políticas a eles atribuídas, não são inatas a existência desse tipo de espaço institucional de gestão social das políticas públicas. Seu pensamento a respeito dos limites dos conselhos gestores não permite conseguir colocar em prática sua missão por conta muitas vezes pela sua forma de criação, seus modos de funcionamento e muitas vezes o alcance de suas ações são fatores que levam propositalmente de maneira a não estimular o cumprimento de suas funções básicas para as quais foram criados.

Tudo isso, se deve a algumas causas: 1) os critérios burocráticos pelos quais os conselhos dos municípios são escolhidos e beneficiados com recursos do Pronaf Infra-estrutura e que tendem ser mais um instrumento de manipulação do poder local e pelo qual, pode receber recursos federais, com acompanhamento de representantes da sociedade civil local; 2) que muitas vezes tanto as representações sociais como o corpo técnico, bem como os atores sociais envolvidos na construção dos conselhos estão mal preparados para enfrentar os desafios dos processos de desenvolvimento no meio rural e de modo geral cumprindo o exercício que é unir todos os processos e os diversos arranjos produtivos e os agentes políticos.

No Território do Sisal a profusão dos conselhos nasce da contribuição das estruturas sociais representativas do segmento da agricultura familiar já existentes (Cabanilha, 2000) que se articulam para implementação do Pronaf infra-estrutura e serviços, apontando saídas e formulando propostas para o desenvolvimento rural local, a exemplo do município de Araci, como já citado, que desenvolve estratégias de desenvolvimento criando o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural de Araci construído para a gestão de 1997 a 2000 e de outros municípios da região do sisal que conseguiram executar muitas atividades programadas. Notou-se ainda os diversos limites que tem dificultado a efetivação prática das políticas de implementação do Pronaf, a exclusão dos principais interessados – os agricultores familiares por conta de diversas questões como a concentração fundiária, credibilidade dos agentes financiadores, confiança, comunicação, articulação e mobilização, falta de corpo técnico qualificado, forte cultura clientelista na região. Entre os muitos desafios colocados na efetivação dessas políticas do Pronaf na região, nota-se que na época essa linha, tinha também como principal responsabilidade fazer surgir uma nova rede de relações entre Estado e sociedade civil, que para essa região, o alicerce ou tecido social em muitos municípios já estavam bastante consolidado, e dessa forma permitiu a ampliação da base social para a política nacional de crédito e de desenvolvimento rural que permitisse maior transparência na gestão pública. (Cabanilha, 2000 apud Rose, 1996; Abramovay e Veiga, 1998; Carvalho, 1998). De acordo o critério de escolha dos municípios para receber os investimentos se dava pelo nível de pobreza e que as vezes esse critério não coincidia com agricultores e demais atores preparados para participar do CMDR, montar e aprova um PMDR, por conta muitas vezes pelo nível insuficiente de instrução educacional ou muitas vezes pela insuficiência organizativa ficando submissos a pessoas já viciadas nos antigos modelos vigentes.

Dessa forma, aqui no semi-árido pelo que observou, as escolhas se deu levando em conta o grau de organização dos atores do segmento da agricultura familiar, como forma de influenciar diretamente na qualidade dos PMDRs e possivelmente na apropriação das políticas públicas por esses segmentos.



## CAPITULO VI

### TERRITÓRIO DO SISAL - DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

#### 12. Desenvolvimento Territorial

A política de abordagem do termo territorial de desenvolvimento baseia-se em uma estratégia de redução das desigualdades regionais, levando em conta um conjunto de aspectos sociais, econômicos e culturais comuns a localidades presentes em um espaço geográfico – os territórios. No Brasil, a abordagem territorial como política pública é recente. O marco desse processo é o Programa de Desenvolvimento de Territórios Rurais, incluído no Plano Plurianual 2004-2007 do Governo Federal.

O programa, executado pelo MDA, preocupa-se prioritariamente com as localidades rurais onde há grande concentração de agricultores familiares convivendo com estagnação econômica, problemas sociais e riscos ambientais. Atualmente, os 109 territórios rurais compreendem 1.713 municípios, abrangendo 32% da área nacional. Desde 2003, o MDA investiu R\$ 240 milhões no desenvolvimento de territórios rurais (Secretaria de Desenvolvimento Territorial, 2006).

#### 12.1. O território como ator de transformações sociais

No contexto atual são muitas as abordagens que tentam a superação do modelo de desenvolvimento sustentado apenas no econômico. Essas concepções ganharam visibilidade a partir da década de 80 e propõem um desenvolvimento com recorte territorial que abarque outras dimensões como a ambiental, sócio-cultural, político-institucional, além da dinamização dos aspectos produtivos e econômicos. A região é colocada como objeto de investigação das ciências sociais e procura-se, então, um desenvolvimento mais sustentável.

Esse recorte territorial suscita uma outra preocupação como definir “território”. Souza (1995a), enfatiza que esse conceito ao longo do tempo se restringiu ao território nacional, em grandes espaços, em sentimentos patrióticos, em governo, dominação e etc, quando na verdade possui uma abrangência maior, definido e delimitado por e a partir de relações de poder. Apresentando o conceito da geografia política define como um espaço em si (com seus atributos naturais e socialmente

construídos) que é apropriado, ocupado por um grupo social, que gera raízes e identidade: um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sócio-cultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, paisagem).

Souza (1995b) aponta, também, que no território há a interação entre homem e espaço expressando uma territorialidade, que gera um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais, que a par de suas complexidades internas, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade e que o poder é onipresente nas relações sociais, presente em toda a especialidade social, ao menos enquanto o homem também estiver presente.

A partir dessa concepção territorial, muitas abordagens teóricas contemporâneas buscaram investigar o impulso de algumas áreas e atribuem a diversas causas tais como: concessões (flexibilização legal, isenção, investimentos diretos), atratividade do capital internacional, fluxo de informações (redes), territorialização do desenvolvimento, meios inovadores, organização industrial, modelos de acumulação flexível, economias de aglomeração, distritos industriais, áreas sistemas (conjunto de produção especializada) e com elas muitas críticas foram cogitadas, dentre elas, segundo Dallarida et. al. (2004), destacam-se: argumentos exageradamente otimistas, fortes mecanismos de regulação local e sistema lento na reação, individualismo exacerbado, fraca capacidade dos distritos para influenciar as orientações da política econômica, impossível a transferência para locais menos desenvolvidos e relativização dos espaços nacionais.

Contudo, Tenório (2006), a partir da análise de realidades de desenvolvimento baseado no enfoque local conclui que há “ (...) a necessidade de se recolocar a questão do desenvolvimento como parâmetro de ampliação do potencial local através de métodos, ou arranjos institucionais, que enfrentem realidades por meio de processos decisórios interativos que privilegiem a ação concertada entre os agentes públicos, os agentes da sociedade civil com aqueles do mercado” e, também, apresenta um cenário de desafios tais como: a concepção de que cidadania é de responsabilidade do poder público, política paternalista, participação que só acontece em virtude do interesse próprio, projetos que vêm de cima para baixo, falta de redes sociais e inexistência de capital social e de uma cidadania cívica que, por meio de procedimentos participativos historicamente definidos, estivesse envolvida nos destinos de seu território.

Tenório (2006) aponta que no contexto atual há a necessidade de buscar um modelo de gestão pública fundado em um processo democrático, cooperativo e educativo, na medida em que a população conscientizada de seu papel político-deliberativo, possa influenciar em todos os níveis decisórios, desde o planejamento, passado pela execução até a avaliação, sendo solidários no empenho para a realização dos objetivos propostos.

Para Brito e Vieira (2006), o desenvolvimento local surge da necessidade de mudança na relação Estado e sociedade, instâncias locais reivindicam autonomia e contestam modelos centrados no econômico. Este é resultante direto da capacidade dos atores e das sociedades locais se estruturarem e se mobilizarem, com base nas suas potencialidades e sua matriz cultural, para definir e explorar potencialidades e especificidades, buscando competitividade, ampliando-se a massa crítica dos recursos humanos, o domínio do conhecimento e da informação. Os elementos básicos das iniciativas locais seriam: coordenação dos diversos agentes públicos e privados que atuam no território, o acesso aos serviços estratégicos para incorporação de inovações tecnológicas e empresariais no tecido produtivo territorial, a criação de incubadoras de empresas para multiplicação das iniciativas empresariais, a concentração dos serviços elementares, capacitação do novo empreendimento?

O Estado teria papel fundamental, não com princípios liberais de responsabilidade mínima, mas estimulando às iniciativas locais de desenvolvimento e papel fundamental na promoção de saúde e capacitação, na sensibilização sobre os conceitos e ações relacionadas ao desenvolvimento sustentável, na disponibilização dos sistemas de ciência e tecnologia, promoção dos serviços de informação e bases de dados de interesse empresarial dentre outras.

Portanto, o caminho para se enfrentar as assimetrias do desenvolvimento é apostar na participação cidadã, onde os indivíduos superem o individualismo e partam para a ação, buscando o interesse coletivo, a partir de uma postura de reivindicação de direitos e acompanhamento das ações públicas, engajando-se em movimentos sociais, com ideais de uma sociedade mais justa, organizando-se e sendo protagonistas do desenvolvimento sustentável.

Diante dessas novas concepções de pensar o desenvolvimento, analisando a realidade da Região Sisaleira da Bahia, mais precisamente os 20 (vinte) municípios identificados como o *Território do Sisal*, apesar do convívio com as mazelas ainda presentes no meio rural brasileiro, ampliado pelo descaso político e pelas práticas

assistencialistas, que, efetivamente, não apontam para perspectivas de desenvolvimento, está em curso a busca de funcionamento de uma Instância de Gestão, formada por representantes de entidades da sociedade civil organizada e instituições públicas.

## **12.2. O processo de criação do CODES**

O Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia - CODES Sisal, criado em 10 de dezembro de 2002, vem buscando desenvolver ações de planejamento e qualificando a demanda por políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável, tudo isso, com ampla participação social. Compõe-se dos seguintes sócios fundadores: as Prefeituras Municipais de Araci, Barrocas, Serrinha, Retirolândia, Valente, Santa Luz, Queimadas, Cansanção, Nordestina, Quinjingue e Tucano, representados pelos seus Prefeitos Municipais ou mandatários legitimamente constituídos; pelas entidades representativas dos Agricultores Familiares da Região a seguir denominadas - Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais - MMTR, Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais da Região do Sisal - FATRES, Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Serrinha - APAEB SERRINHA, Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente - APAEB VALENTE, Cooperativa de Beneficiamento e Comercialização Ltda.- COBENCOL, Cooperativa de Produtores dos Jovens da Região do Sisal - COOPERJOVEM, Centro de Apoio aos Interesses Comunitários de Santa Luz - CEAIC, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quinjingue, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serrinha, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Monte Santo, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tucano, e pelas seguintes Instituições de apoio a Agricultura Familiar e ao Desenvolvimento Rural Sustentável - Movimento de Organização Comunitária e Vicariato São Mateus, esta última na condição de representante da Diocese de Feira de Santana da Igreja Católica.

## **13. CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO TERRITÓRIO DO SISAL**

O Território do sisal está localizado na região do semi-árido, que ocupada 1.227.000 km<sup>2</sup>, correspondente a 75% do Nordeste brasileiro, dos quais 638 mil km<sup>2</sup> ou 52% estão no Estado da Bahia, composto por vinte municípios: Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte

Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santa Luz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano, Valente.

A região apresenta uma vegetação diversificada, formada por plantas resistente ao clima seco e árido, com médias anuais de chuvas que variam de 600mm e 800mm. As condições geográficas resultam em baixa remuneração do trabalho agrícola, difíceis condições de vida e de trabalho, emprego de mão-de-obra infantil, mutilação de homens, mulheres e crianças.

O potencial dos recursos naturais renováveis e não renováveis do Território do Sisal, em geral, impõe restrições a uma mais ampla diversificação das atividades produtivas, predominando a Cultura do sisal, a pecuária bovina, a extração de minerais metálicos e não metálicos.

A estrutura agrária da maioria dos municípios é desigual, manifestada na coexistência dentro de uma mesma área de pequenas e grandes propriedades, acarretando a distribuição desigual dos benefícios dela extraídos. O predomínio da pequena propriedade faz com que a mão-de-obra familiar componha o perfil da força de trabalho na Região, tendo sob o seu encargo a realização de todas as tarefas produtivas.

A agricultura assume relevante importância social por ocupar a grande maioria da força de trabalho regional, caracterizando-se pela predominância de culturas de subsistência, com destaque para a mandioca, o feijão e o milho, cultivados sob o sistema de "sequeiro", onde o suprimento de água se dá, naturalmente, na época das chuvas.

Também importantes para as atividades econômicas são o sisal, a mamona, a palma, o sorgo, a algaroba e a leucena. Em épocas mais chuvosas há uma variedade maior de culturas, sendo uma estratégia de sobrevivência da pequena produção familiar. A fruticultura de sequeiro apresenta como destaque o caju, a pinha e o umbu. Enquanto pólo de melhoria econômica constitui-se a fruticultura bastante propícia para as atividades irrigadas.

O sisal é o responsável pela permanência de milhares de pessoas no meio rural, mesmo em períodos de grande adversidade. Apesar dessa importância econômica e social o sisal recebeu pouco apoio e incentivos governamentais nos últimos vinte anos. Tudo isso gerou crise e ainda maiores dificuldades de sobrevivência. O quadro começou a mudar em meados da década passada, quando a Associação dos Pequenos Produtores do Município de Valente, a APAEB, implantou uma fábrica de tapetes e carpetes, que absorve a fibra de todo o Território.

A fábrica provocou, de imediato, um aumento significativo no preço da fibra in natura: 400% de 1996 a 2002. No mesmo período o preço da carne bovina cresceu 120% no Território. Milhares de produtores foram beneficiados, mas muitos problemas persistem: a venda da fibra in natura a intermediários causa prejuízos aos produtores, com redução de preços de até 30%.

### 13.1. Dois mil mutilados

Apesar da criação da APAEB, uma minoria dos trabalhadores tem registro trabalhista. Nove mil crianças ainda trabalham no corte e processamento do sisal, em jornadas de até 12 horas, com remuneração extremamente baixa, segundo dados da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB. A desigualdade na distribuição da receita do sisal é uma agressão que salta aos olhos: 87% da receita bruta é das empresas exportadoras, 5,5% para os donos das máquinas de desfibramento, 5,2% para os donos de campos de sisal. Para os trabalhadores sobram 2,3%.

Freqüentemente os trabalhadores se submetem a riscos de acidente de trabalho, ocasionados pela "Paraibana", máquina rudimentar e altamente perigosa. Eles perdem as mãos, mas podem "ganhar" a liberdade: o salário mínimo da aposentadoria é duas vezes maior do que o rendimento do trabalho.

Estatísticas oficiais, do Ministério do Trabalho e do Emprego, divulgadas em 1994, indicam que **dois mil trabalhadores**, com idades entre 20 e 30 anos, tinham sido mutilados no trabalho com o sisal, somente no município de Valente. De lá para cá não há novos dados formais. Apenas a certeza de novas mutilações<sup>35</sup>.

#### 13.1.1. Segurança e saúde

A inadequação tecnológica do equipamento utilizado no desfibramento do sisal é a causa principal. Mas tem mais: as precaríssimas condições de trabalho dos agricultores se traduzem por trabalho realizado a céu aberto, ruído excessivo das máquinas desfibradoras, alta concentração de poeira e absoluta insuficiência de equipamentos de proteção individual. Tudo isso agravado pela ausência de vínculo empregatício e pela excessiva jornada de trabalho.

Os trabalhadores sisaleiros da Bahia estão sujeitos aos seguintes riscos à segurança e à saúde: biológicos (problemas respiratórios e auditivos); ergonômicos

<sup>35</sup> Diagnóstico Socioeconômico da Região Nordestina Produtora de Sisal, elaborado pelo Banco do Nordeste do Brasil)

(doenças do aparelho locomotor e tenossinovite); físicos (exposição às intempéries, picadas de animais peçonhentos e ferimentos decorrentes da ponta da folha do sisal e de instrumentos cortantes – foices e facões); mecânicos (acidentes de trabalho causados pelas máquinas).

### 13.1.2. Processo produtivo

Entre 1965 e 1974 a produção de sisal no país chegou a 200 mil toneladas/ano. Nas décadas de 80 e 90 houve declínio da produção, alcançando patamares inferiores a 150 mil toneladas. A substituição da fibra por produtos sintéticos foi a principal causa. A produção começou a apresentar sinais de recuperação no final da década e atualmente consegue alcançar os níveis do passado recente. A consciência ambiental levou muitos países a deixar as fibras sintéticas e privilegiar novamente as naturais. Além disso, a entrada da China no mercado comprador é também fator relevante.

### 13.2. Caracterização Sócio-econômica

Os 20 municípios que compõem o Território do Sisal, situam-se entre os mais pobres do país. Veja nos quadros os números sobre a realidade social, econômica e educacional desses municípios.

**Quadro 1 Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE), Índice de Nível de Educação (INE), Índice de Desenvolvimento Social (IDS) e Produto Interno Bruto (PIB) per capita dos municípios que integram o Território do Sisal(\*)**

MUNICÍPIOS	IDE	INE	IDS	PIB per capita(†)
Araci	4997,20	4995,98	4961,68	2.981,94
Barrocas(**)	-	-	-	-
Biritinga				
Cansanção	4992,44	4972,04	4956,85	778,02
Candeal				
Conceição do Coité	5000,34	5089,32	5015,73	1.489,81
Ichu				
Itiúba	4.991,53	4.969,37	4.968,54	
Monte Santo	4992,69	4902,77	4921,32	1.086,56
Nordestina	4987,75	4929,25	4919,09	780,87
Queimadas	4991,74	4997,01	4979,98	1.095,36
Quijingue	4990,78	4948,88	4920,60	1.411,40
Retirolândia	4989,48	5083,21	5005,80	1.436,01
Santa Luz	4992,63	5014,46	5015,74	931,68
Serrinha	5006,29	5008,90	5075,05	1.138,55
São Domingos	4988,30	5028,72	5012,76	1.568,22
Teofilândia	4990,86	5002,00	4995,52	2.028,55
Tucano	4994,72	4958,31	4984,76	783,60
Valente	4992,90	5047,64	5043,04	1.957,14

Fonte: Índices de Desenvolvimento Econômico e Social dos Municípios Baianos, SEPLANTEC, 2002.

(\*) Recorte nosso

(\*\*) Município recém-instituído, sem dados disponíveis.

(<sup>1</sup>) R\$ 1,00

**Quadro II Classificação dos municípios segundo os Índices de Desenvolvimento Econômico – IDE, Desenvolvimento Social - IDS e "proxy" do PIB municipal, por ordem alfabética dos municípios**

Municípios	Proxy Produção Municipal	Classificação	IDE (Classificação)	IDS (Classificação)
Araci	21.363.211	102º	136º	316º
Barrocas	-	-	-	-
Biritinga				
Candeal				
Cansanção	3.745.000	138º	121º	335º
Conceição do Coité	58.662.388	40º	51º	82º
Ichu				
Itiúba	4.747.000	103º	116º	279º
Monte Santo	19.969.118	111º	264º	373º
Nordestina	3.456.412	341º	347º	399º
Queimadas	13.629.884	161º	158º	234º
Quijingue	14.091.692	157º	270º	413º
Retirolândia	9.163.254	205º	308º	248º
Santa Luz	26.348.241	84º	87º	80º
Serrinha	58.184.658	42º	48º	75º
São Domingos	4.635.201	312º	351º	121º
Teofilândia	62.665.149	37º	68º	222º
Tucano	17.738.696	122º	142º	200º
Valente	13.251.960	163º	95º	77º

Fonte: SEPLANTEC / SEI

**Quadro III Expectativa de Vida, Taxa de Analfabetismo, Taxa de Freqüência Escolar, Renda *Per Capita*, Índice de Longevidade, Índice de Renda, Índice de Desenvolvimento Humano e Classificação dos Municípios no Estado da Bahia e no Brasil**

MUNICÍPIOS	Expectativa de Vida ao Nascer	Taxa de Alfabet de Adultos	Taxa Bruta de Freqüência Escolar	Renda per capita <sup>(1)</sup>	Índice de Longevidade <sup>(2)</sup>	Índice de Educação <sup>(3)</sup>	Índice de Renda <sup>(4)</sup>	Índice de Desenvolvimento Humano <sup>(5)</sup>	Classificação Bahia	Classificação Brasil
Araci	61,21	55,69	72,69	59,24	0,603	0,614	0,454	0,557	397	4.470
Barrocas										
Biritinga										
Candeal										
Cansanção	56,36	60,29	73,25	56,30	0,523	0,646	0,446	0,538	409	5.381
C. do Coité	58,16	72,13	79,91	94,90	0,553	0,747	0,533	0,611	249	4.470
Ichu										
Itiúba										
Monte Santo	60,19	55,76	67,80	47,34	0,587	0,598	0,417	0,534	411	5.403
Nordestina	56,36	61,73	79,04	58,92	0,523	0,675	0,453	0,550	403	5.302
Queimadas	60,22	69,80	84,34	80,70	0,587	0,746	0,506	0,613	244	4.425
Quijingue	56,36	55,45	73,44	55,08	0,523	0,617	0,442	0,526	414	5.431
Retirolândia	58,29	71,85	87,29	104,81	0,555	0,770	0,549	0,625	196	4.225
São Domingos	60,88	74,75	76,04	89,52	0,598	0,752	0,523	0,624	201	4.233
Santa Luz	63,43	67,82	83,92	116,12	0,641	0,732	0,566	0,646	119	3.834



Serrinha	64,79	75,62	77,65	103,10	0,663	0,763	0,547	0,658	83	3.641
Teofilândia	62,77	66,07	70,72	85,99	0,630	0,676	0,516	0,607	260	4.530
Tucano	60,34	61,03	77,65	74,35	0,589	0,666	0,492	0,582	361	4.941
Valente	64,39	74,45	78,83	108,47	0,656	0,759	0,555	0,657	85	3.658

Fonte: SEPLANTEC / SEI

(<sup>1</sup>) 2.000; (<sup>2</sup>) IDHM-L; (<sup>3</sup>) IDHM-E; (4) IDHM-R. (5) IDH.

Os dados do quadro 3 proporcionam uma visão mais completa da situação socioeconômica dos municípios e confirmam elementos já levantados anteriormente. Os cinco municípios em pior situação são: Quijingue, Monte Santo, Cansanção, Araci e Tucano. Os dois em situação mais privilegiada são Serrinha e Valente, que ocupam, respectivamente, a 83<sup>a</sup> e 85<sup>a</sup> posições na classificação geral do Estado.

Os municípios que formam o Território do Sisal exibem indicadores sociais preocupantes. Ao mesmo tempo, têm um grande potencial econômico ainda não aproveitado plenamente. As ações devem ser realizadas para poder dinamizar as atividades produtivas e aumentar as chances de maior renda e de melhores condições para a população.

O sisal é o grande suporte econômico do Território e principal eixo aglutinador. A fibra é extraída durante o ano inteiro. Tem capacidade de absorver grande quantidade de mão-de-obra: cada campo de sisal, além dos familiares do produtor ou produtora, emprega sete outras pessoas no processo de extração da fibra, como também, a agricultura familiar que através da pluriatividade é capaz de gerar renda fixando o homem no campo (Shineider, 2003).

### 13.3. Capital Social

Os novos conceitos de capital social, que vem crescentemente sendo empregado por pesquisadores e teóricos, tem sua origem nos trabalhos de Pierre Bourdieu (1980; 1985) e James Coleman (1988; 1990). Surgiu como um importante elemento para o entendimento do funcionamento das relações humanas e os arranjos sociais que são estabelecidos em favor da disputa pelo equilíbrio entre igualdade e liberdade (SANTOS, 2003, p. 20) e tenta enfrentar o problema da ação coletiva nas relações sociais.

As explicações da teoria da ação coletiva partem do pressuposto de que os indivíduos são atores intencionais que perseguem objetivos específicos. Para Olson (1999), os indivíduos não farão parte de grupos que lutam por um bem público, a menos que haja coação ou sejam estimulados mediante algum bem privado. Assim, estabelecia-se o problema da ação coletiva ou o problema do *free rider* (carona).

Quando alguém conta com a possibilidade de beneficiar-se da ação coletiva dos demais sem sofrer os custos da participação, tem um grande incentivo para se comportar isoladamente. Pode-se dizer, portanto, que o problema da ação coletiva aparece quando o interesse privado sobrepõe-se à obtenção do bem público.

A hipótese levantada por Coleman (1990) é de que existe uma relação de complementação direta entre capital econômico (infra-estrutura, financiamento), capital humano (educação) e capital social (relações de confiança). A junção entre o capital econômico e o capital humano será potencializada na medida em que as relações de confiança e cooperação aumentem na comunidade. Desta forma, em comunidades onde o nível educacional e os recursos financeiros disponíveis são constantes, o possível diferencial de desempenho ou desenvolvimento de seus integrantes pode ser explicado pelos laços de confiança estabelecidos entre os membros da comunidade que permite mobilização social coletiva e otimização dos recursos individuais existentes.

#### **13.4. Experiências no Território do Sisal**

Na região do sisal as organizações partem de uma problemática única: o desenvolvimento rural e as dificuldades enfrentadas pelos pequenos agricultores familiares. O MOC e a APAEB surgem em contextos semelhantes, mas suas trajetórias são bastante específicas, embora sejam encontrados elementos comuns que permitem uma visão de conjunto dessas entidades.

Nesse caso as propostas das entidades buscam, em última instância, a melhoria da qualidade de vida do pequeno agricultor familiar. Com esse objetivo, as intervenções são múltiplas, incorporando aspectos econômicos (no sentido de viabilização técnico-econômica das propriedades rurais), ecológicos (associando a importância da preservação ambiental para a garantia de maior produção e produtividade) e sócio-políticas (incorporando um processo organizativo e de formação de uma consciência política). No limite, a conjunção desses aspectos “constrói” um outro modelo de desenvolvimento social, econômico e ecologicamente sustentável. (Abramavay, 2005)

##### **13.4.1. APAEB – Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente**

Tendo como objetivo a melhoria de qualidade de vida dos produtores rurais a APAEB vem atuando na Região do Sisal, semi-árido baiano, com um conjunto de

ações voltadas para o desenvolvimento regional sustentável. Todas as ações visam à melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares. Entre essas ações, um Programa de Convivência com o Semi-Árido, junto a agricultores familiares que inclui, entre outras medidas, para assegurar a sustentabilidade, a conservação do meio ambiente e o reflorestamento.

Dentre as ações da Apaeb poderemos mencionar o trabalho com cadeias produtivas importantes para a região, tais como: beneficiamento e comercialização da fibra do sisal e seus derivados, de produtos da caprinovinocultura e da apicultura.

A APAEB, atuando em parceria com outras organizações da sociedade civil (Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Associações, Cooperativas, Igrejas) busca viabilizar um conjunto de ações no campo da educação ambiental, com foco na questão da capacitação de agricultores, com cursos e treinamentos na conservação do solo, água, vegetação, e também no aspecto de repovoamento da flora regional com a introdução de mudas forrageiras e frutíferas e também com um processo educativo.

#### **13.4.2. MOC – Movimento de Organização Comunitária**

Nesse processo de discussão sobre a melhoria das condições sociais da região está o MOC que é uma entidade civil, sem fins lucrativos, classificada como uma organização não-governamental, de natureza filantrópica, que busca contribuir para o desenvolvimento integral, participativo e ecologicamente sustentável da sociedade humana. A instituição concentra sua atuação nos municípios da Região Sisaleira, mas sua metodologia de apoio à mobilização da sociedade civil na luta pelo exercício dos seus direitos se estende até mesmo para outros estados, como é o caso de Sergipe.

Atualmente, desenvolve ações estratégicas na área de educação rural, fortalecimento da agricultura familiar no semi-árido, gênero, comunicação e políticas públicas. Todas buscam sempre ressaltar a questão da participação popular nas esferas de decisão, tendo em vista o desenvolvimento integrado e sustentável da Região. São cinco programas básicos de atuação: Programa de Educação Rural, Programa de Fortalecimento da Agricultura Família no Semi-árido, Programa de Políticas Públicas, Programa de Comunicação e o Programa de Gênero, além de Projetos Especiais. A atuação através dessas iniciativas tem contribuído para a busca do desenvolvimento integrado e sustentável da Região Sisaleira.

O Movimento de Organização Comunitária surgiu a partir do trabalho social da Igreja Católica. Gradativamente, foi se tornando autônomo, mantendo, contudo, boas relações de parceria não apenas com a Igreja Católica, como com Igrejas Evangélicas. Desde o começo, o objetivo do MOC sempre foi despertar as pessoas para os seus direitos, incentivá-las a se organizar para que, deste modo, pudessem exercer sua cidadania (MOC, 2005).

#### **13.4.3. STR's – Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares**

Os sindicatos de trabalhadores rurais surgem na década de 70 da necessidade de se receber alguns benefícios do governo federal e estadual e ficam nas mãos dos fazendeiros e políticos durante muito tempo. Os agricultores sentindo a necessidade de melhorar a sua atuação política em prol da organização social luta e conseguem com muito custo assumir a direção da entidade na região. Primeiro iniciada por alguns em seguida por todos, apoiado pelas federações e pela igreja na época. E assim, o Histórico dos STRs se pauta com o da FATRES que é a Entidade que os assessora e os representa politicamente na Região. Tem como objetivo maior a representação dos Trabalhadores Rurais dos Municípios. Público: Pequenos agricultores e agricultores familiares, meeiros, posseiros, arrendatários, comodatários.

#### **13.4.4. ARCO Sertão – Agência Regional de Comercialização do Sertão da Bahia**

A Agência Regional de Comercialização do Sertão da Bahia é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, formada por 19 entidades - associações e cooperativas - situadas em diversos municípios da Região Nordeste da Bahia, em sua maioria na Região Sisaleira. Objetivos: A Agência tem como objetivo orientar os produtores e suas entidades filiadas nas decisões estratégicas de produção e comercialização (o que e como produzir, quando e a que preço vender). Garantir acesso aos mercados, além de acompanhamento técnico e gerencial de capacitação, possibilitando, assim, as condições para que os agricultores, na gestão de seus empreendimentos, consigam gerar renda e o desenvolvimento sustentável da Região.

#### **13.4.5. ASCOOB – Associação das Cooperativas de Crédito da Agricultura Familiar**

As Cooperativas de Crédito Rural que originaram a Ascoob emergiram das organizações sociais ativas que já desenvolviam trabalhos com a agricultura familiar na região semi-árida da Bahia. Nos municípios próximos a Feira de Santana, a mobilização

partiu do MOC, das APAEBs e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Na Região de Alagoinhas e Pintadas, a mobilização partiu das organizações ligadas a Igreja Católica.

A primeira Cooperativa a aparecer foi em Valente, dado ao crescimento local do fundo rotativo e das reservas para pagamento de parcelas a vencer deste mesmo fundo efetivadas pelos agricultores dentro da APAEB local que era a gestora do fundo no nível municipal. As reservas eram feitas em um programa criado chamado de “Poupança- APAEB” e, dado as proporções dos recursos em reserva, a diretoria local da APAEB começou a fazer pequenos financiamentos a outros associados e até financiamentos de capital de giro para a própria indústria de beneficiamento de sisal mantida pela associação. Faltava então, aos dirigentes da APAEB, a criação de instrumentos mais adequados de concessão de empréstimos e recebimento de poupança. Assim, em 1994 foi criada a Cooperativa Valentense de Crédito Rural – COOPERE, hoje denominada SICOOB COOPERE.

#### **13.4.6. COOPERJOVENS – Cooperativa de Jovens da Região do Sisal**

Em outubro de 1999, a FATRES - Pólo Sindical da Região do Sisal em parceria com a FETAG, CUT, MOC e todos os Sindicatos integrantes da Fundação: ( Arací, Cansanção, Conceição do Coité, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Santa Luz, Serrinha, Valente, Retirolândia, São Domingos e Quijingue ), realizou o IIº Seminário Regional de Jovens no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Monte Santo – Bahia, cujo tema foi “ O Jovem e a Geração de Trabalho e Renda rumo ao Novo Milênio”. Como resultado final do Seminário, surgiu a idéia da constituição de uma Cooperativa de Jovens da Região do Sisal do Nordeste da Bahia, (FATRES, 2004).

Incubada pela ITCP/UNEB (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares) os jovens passaram por um processo de formação e auto reconhecimento no qual, ao final foram elaborados o Estatuto e o Regimento Interno da Cooperativa.

E em 02 de setembro 2000 foi fundada a COOPERJOVENS – Cooperativa de Produção dos Jovens da Região do Sisal, composta por 48 jovens trabalhadores e trabalhadoras rurais de 13 municípios da região do Sisal da Bahia (Quijingue, Monte Santo, Cansanção, Queimadas, Araci, Tucano, Serrinha, Conceição do Coité, Retirolândia, São Domingos, Santa Luz, Valente e Nordestina), e empossada a 1ª Diretoria, Conselho Fiscal e Comissão de Ética e Disciplina (FATRES,2004).

Criada com o objetivo de buscar alternativas produtivas de geração de trabalho e renda, valorizando a cultura e as potencialidades da região, para a inserção dos jovens no mercado de trabalho, a cooperativa tem lutado para assegurar os princípios metodológicos cooperativistas em todos os momentos desde a Autogestão, Participação, Respeito e cultura, Reconhecimento do saber e anseio do outro, e a preocupação com Meio – Ambiente (FATRES,2004).

Nesse contexto a parceria que mantem com a ADS (Agência de Desenvolvimento Solidário), tem sido essencial ao disponibilizar acompanhamento e assessoria técnica bem como processos de formação em economia solidária colaborando ativamente com a Estruturação da Cooperativa para sua inserção no mercado de trabalho evitando o êxodo dos jovens rurais para os grandes centros.

Segundo a diretoria ao definir a matéria prima, foi priorizado o SISAL enquanto produto típico da região, e o aproveitamento das potencialidades regional, respeitando as particularidades da cada município, onde foi proposto se trabalhar:

- **A curto prazo:** artesanato de: ( sisal, couro, papel, barro, pedra, plástico );
- **Médio prazo:** (caprinovinocultura, avicultura);
- **Longo prazo:** (reciclagem, produção e industrialização de laticínios, polpa de frutas, e derivados de mandioca, carne e couro, produção de artefatos de cimento reforçados com fibra de sisal).

Atualmente a cooperativa trabalha apenas com reciclagem de papel e confecção de artefatos, mas desenvolvemos projetos em parceria com outras instituições, como o Pró-sisal (Pesquisa Tecnológica, aplicada em desenvolvimento de novos produtos com fibra de sisal e argamassa), em parceria com a ITCP/UNEB, junto à FINEP (Financiadora de Estudos e Pesquisas) e ao CODES/MDA Conselho de Desenvolvimento Territorial que tem por objetivo a preservação e revitalização da cadeia produtiva do sisal( FATRES, 2004).

Na Bahia a COOPERJOVENS foi o empreendimento gerenciado por jovens, pioneiro na discussão e implementação de uma política de geração de renda, com participação constante em Fóruns, Feiras de exposição, Palestras, WHORSHOPING Regionais, Estaduais e Nacionais, caracterizando a região e as dificuldades enfrentadas. Como bem expressa a fala de uma das diretoras *não temos nos preocupado apenas com renda, mas também defendemos com um projeto de sociedade onde a juventude tenha espaço garantido para construir propostas de políticas públicas voltadas para a juventude do campo e implementá-las de acordo a necessidade da juventude,* ( FATRES, 2004). Dessa forma a cooperjovens tem como missão *“Proporcionar*

*alternativa de geração de trabalho e renda, contribuindo para a transformação da vida sócio-econômica e cultural dos cooperantes, jovens da região da Sisal, e da comunidade local, de maneira solidária e sustentável*”.(Cooperjovens, 2003).

### **13.5. Aspectos Econômicos Regional e Municipal**

Tem sua economia baseada na exploração agropecuária. Em termos de pecuária as condições de solo e clima favorecem a exploração de caprinos, ovinos e bovinos em regime extensivo. No tocante a exploração agrícola, observa-se quase que unicamente a cultura do sisal e da palma forrageira, e culturas de subsistência, feijão, milho e mandioca, nas épocas das chuvas.

O sisal, apesar de já ter tido maior expressão econômica na região, ainda continua sendo uma atividade de grande importância econômica. Atualmente a pecuária de pequenos ruminantes é uma atividade em crescimento, incrementada pelos órgãos oficiais de fomento.

Os produtos rurais são comercializados semanalmente na feira livre, na sede do município, exceção do sisal que é vendido para armazéns, onde é semi-beneficiado e exportado para industrialização. Fala-se na organização cooperativista da atividade exploratória de granito que representa emprego para grande parcela da população, conseqüentemente uma ocupação de caráter social.

### **13.6. Planejamento e Gestão das Políticas Territoriais – O PTDRS**

A partir da implantação do CODES intensificou-se os trabalhos e assim, desencadeou um verdadeiro processo de planejamento e gestão das políticas objetivando à promoção do desenvolvimento sustentável do Território do Sisal, dialogada, estimulada e coordenada pelo CODES Sisal, que de fato, resultou na elaboração participativa (Teixeira, 2003) do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS. Este material tenta sistematizar a experiência, o acúmulo de conhecimento, as expectativas, sonhos, desejos e projetos coletivos das diversas organizações que tem um papel ativo na promoção do desenvolvimento sustentável do Território do Sisal (CODES, 2007).

Segundo a produção lógica de construção de conhecimento coordenada pelo CODES no território com os diversos atores políticos, destacou importantes aspectos, aspectos estes que vem contribuindo para responder demandas postas ao Território e pelo Território:

1. O Território começa a quebrar a cultura da ausência de planejamento – e o mais importante: planejar com diversos segmentos, municípios, instituições, entidades, etc, tem o grau de dificuldade elevado;
2. O Território começa a quebrar a ausência de informações de interesse e consolida um processo de construção de um diagnóstico participativo, histórico e atual de sua realidade;
3. O Território quebra a ausência da prática de sistematização de dados e processos de interesse do Território e inicia um exercício da sistematização das oficinas, debates, troca de experiências, seminários;
4. O Território quebra a prática de se pensar ou planejar a curto prazo e passa a assumir a lógica de se construir e integrar políticas públicas, ao invés de projetos e programas, apenas;
5. O Território, marcado pela exclusão social, mas também pela história de lutas dos movimentos sindical, associativistas, cooperativistas, organização das mulheres, entre outros, quebra o pré-conceito do coronelismo estabelecido em toda a Região Nordeste, e fortalece a construção e o fortalecimento de uma cidadania viva.

O Plano é exercício prático que o Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia - CODES Sisal junto com as entidades e instituições, que atuam no Território fizeram de forma participativa, com as suas intervenções de modo que o Território esteja na pauta e na agenda estratégica de todas elas.

Para elaboração do PTDRS foi necessário ampliar as reflexões sobre a importância da promoção de ações que pudessem resultar num desenvolvimento endógeno, dinâmico e de caráter multidimensional. Através dos grupos temáticos de trabalho foram debatidos e sistematizados os resultados das oficinas referentes às temáticas de agricultura familiar<sup>1</sup>, educação, saúde, meio ambiente, comunicação, infraestrutura, cultura e questões sociais. Dividido em duas partes: *o Diagnóstico do Território do Sisal*, contendo a localização, aspectos históricos, geográficos, ambientais e geo-



espaciais, informações sobre a população, a economia, indicadores sociais, a situação fundiária, as organizações sociais presentes, a assistência técnica, informações sobre saúde, economia solidária e cultura. A segunda os *Eixos Prioritários de Desenvolvimento*, traz um conjunto de programas e projetos, com detalhamento sobre a abrangência das ações, impactos gerados, custos e arranjos institucionais necessários para a consolidação das propostas (CODES, 2007).

Com estas propostas, espera-se ampliar o diálogo com as diversas instituições públicas, visando à concretização destas e de outras demandas que integram o PTDRS da região sisaleira (CODES, 2007).

Figura 1 – Síntese do PTDRS



### 13.6.1. Participantes das oficinas de construção do plano PTDRS

Nome	Entidade/Instituição	Telefone	Correio Eletrônico
Antonio Matos	STR - Teofilândia	3268-2308	
Adalci Paixão de Menezes	ADS/COOPERAFIS	71)99194464	

Adermes Pascoal de Araújo Oliveira	Prefeitura Municipal de Teofilândia	3268-2241/ 91436996	<a href="mailto:adermespao@hotmail.com">adermespao@hotmail.com</a>
Adriana Oliveira da Silva	COOPERJOVENS/ Retirolândia	3202-1224	
Adriano Raimundo Cerqueira Costa	MOC	91395189	
Alessandro Branco	UEFS	71)99755882	<a href="mailto:branco@uefs.br">branco@uefs.br</a>
Alvaro Pedreira Lopes	Prefeitura Municipal de Biritinga	3267-2136	<a href="mailto:sec_biritinga@bol.com.br">sec_biritinga@bol.com.br</a>
Amandio Cordeiro Cedraz	STR Teofilândia	3268-2092	
Amélia Tereza Santa Rosa Maraux	UNEB Coité	3262-1077/ 71 99444981	<a href="mailto:maraux@hotmail.com">maraux@hotmail.com</a>
Ana Maria Campos de Oliveira	Prefeitura Municipal de Monte Santo	3275-1124/ 1057	<a href="mailto:anasertao@ig.com.br">anasertao@ig.com.br</a>
Analdino Laranjeira damasceno	Prefeitura Municipal de Itiuba	3546-1144	<a href="mailto:prefeituraitiuba@bol.com.br">prefeituraitiuba@bol.com.br</a>
Antonio Aginaldo Ferreira de Araújo	EBDA/ CMDR Retirolândia	3262-1125	<a href="mailto:aafa@sisalnet.com.br">aafa@sisalnet.com.br</a>
Antonio José Gonçalves Souza	SICOOB Serrinha	99758227	
Antonio José Rios Nery	Prefeitura Municipal de São Domingos	369529-05/ 99895409	<a href="mailto:saodomingos.seagrma@bol.com.br">saodomingos.seagrma@bol.com.br</a>
Asclepiades da S. H. Filho	Vicariato São Mateus	3202-1192	
Berta Veloso de Passos	SDT	71) 245-5485	<a href="mailto:berta_veloso@mda.gov.br">berta_veloso@mda.gov.br</a>
Cácia Maria Queiroz Ferreira	Prefeitura Municipal de Barrocas	608-2150	
Célia Santos Firmo	MOC	*221-1393/ 91996405	<a href="mailto:celia@moc.org.br">celia@moc.org.br</a> / <a href="mailto:celia@hotmail.com">celia@hotmail.com</a>
Cleber de Jesus Silva	Abraço Sisal	2632181/ 81126446	<a href="mailto:valentefm@sertao.net">valentefm@sertao.net</a>
Clodoaldo Almeida da Paixão	MOC	3221-1393	<a href="mailto:Paixao13@moc.org.br">Paixao13@moc.org.br</a> / <a href="mailto:paixao13@ibest.com.br">paixao13@ibest.com.br</a>
Clodomir B. Gôes	PM Barrocas	3608-2150	<a href="mailto:Pm.barrocas@bol.com.br">Pm.barrocas@bol.com.br</a>
Cosme Arisvaldo Leal do Nascimento	COOBENCOL	265-3099/ 99698934	<a href="mailto:Ari@coopitapicuru.com.br">Ari@coopitapicuru.com.br</a>
Danilo Uzeda da Cruz	MOC	3221-1393	<a href="mailto:Danilo@moc.org.br">Danilo@moc.org.br</a>
Deise de Oliveira Moraes	AMAC	81068154	<a href="mailto:deiseraiodesol@yahoo.com.br">deiseraiodesol@yahoo.com.br</a>
Djair Maracaja	EBDA Serrinha	3261-2307	<a href="mailto:Maracajadjair@ig.com.br">Maracajadjair@ig.com.br</a>
Domingos Magalhães Neto	APAEB Valente	3263-2181	<a href="mailto:domingosneto@apaeb.com.br">domingosneto@apaeb.com.br</a>
Domingos Nafitel Ramos Oliveira	Prefeitura Municipal de São Domingos	695-2900	
Dulce Leite Fontes	Prefeitura Municipal de Lamarão	32611962/ 3688-2113	<a href="mailto:dulcefuentes@bol.com.br">dulcefuentes@bol.com.br</a>
Edisvânio Nascimento Pereira	ABRAÇO/AMAC	91997140	<a href="mailto:edisvanionascimento@yahoo.com.br">edisvanionascimento@yahoo.com.br</a>
Edmilson Alves de Oliveira	Prefeitura Municipal de São Domingos	3695-2078	<a href="mailto:sesaudesd@bol.com.br">sesaudesd@bol.com.br</a>
Eduardo Oliveira dos Santos	Prefeitura Municipal de Valente	263-2221/ 81064688	
Edvaldo Araújo Evangelista	STAF Conceição do Coité	262-1543	
Edvan Ramos Nascimento	Prefeitura Municipal de	3267-2136	

	Biritinga		
Edvan Tavares Da Silva	STR São Domingos	3695-2296	
Elias Oliveira do Nascimento Júnior	Prefeitura de Lamarão	99996115	<a href="mailto:elvasjr@hotmail.com">elvasjr@hotmail.com</a>
Elione Alves de Souza	COOPERAFIS	3263-2606	<a href="mailto:fibrasdosertao@sertao.net">fibrasdosertao@sertao.net</a>
Emanoel Messias Lima	Prefeitura Municipal de Lamarão	36882255	<a href="mailto:Pml.samar@ig.com.br">Pml.samar@ig.com.br</a>
Erico Azevedo Estrela	Prefeitura Municipal de Biritinga	3267-2170	
Erismar Novaes Rocha	REFAISA	3619-8923	<a href="mailto:refaisa@gd.com.br">refaisa@gd.com.br</a>
Ezequiel dos Santos Santiago	STRAF Santaluz	91997124	<a href="mailto:zicks13@yahoo.com.br">zicks13@yahoo.com.br</a>
Fábio Weligton de Oliveira Souza	Prefeitura Municipal de Monte Santo	275-1057	
Fernando Ferreira Oiticica	CMDR		<a href="mailto:Oiticica13@yahoo.com.br">Oiticica13@yahoo.com.br</a>
Florijane Santana Miranda	Prefeitura Municipal de Tucano	3272-1385	
Florilda Teixeira dos Santos	Arco Sertão	695-2263	<a href="mailto:florilateixeira@bol.com.br">florilateixeira@bol.com.br</a>
Fredson Mileno B. de Carvalho	CARUA Araci	32662301/ 91213354	<a href="mailto:fredmileno@yahoo.com.br">fredmileno@yahoo.com.br</a>
Gabriel Carneiro Neto	Prefeitura Municipal de Retirolândia	202-1159/ 1299	
Gideon Jackson Machado Alves	Prefeitura Municipal de Nordestina	650-2125	<a href="mailto:gija004@hotmail.com">gija004@hotmail.com</a>
Gilca da Silva C. Morais	STRAF Conceição do Coité	3262-1543	<a href="mailto:Gilca.morais@bol.com.br">Gilca.morais@bol.com.br</a>
Giovane Bell Góes Oliveira	Prefeitura Municipal de Nordestina	3650-2133	<a href="mailto:ogbg@bol.com.br">ogbg@bol.com.br</a>
Givaldo Carneiro de Oliveira	Prefeitura Municipal de Retirolândia	3202-1400	
Graciliano Pereira Silva	STRAF Serrinha	3261-3344	
Helena Barreto de Souza	APAEB Serrinha	261-1465	<a href="mailto:apaeb serrinha@redeserra.com">apaeb serrinha@redeserra.com</a>
Helena da Silva Oliveira	CAT	3262-3594	
Hilda Mercês da Silva	STRAF Conceição do Coité	262-7005	
Humberto Oliveira de Souza	STR Monte Santo	3275-1123	
Iara de Andrade Oliveira	Arco Sertão	3202- 1230/3263- 2810	<a href="mailto:arcosertaobahia@yahoo.com.br">arcosertaobahia@yahoo.com.br</a> <a href="mailto:coopergama@yahoo.com.br">coopergama@yahoo.com.br</a>
Ideli Domingues	FGU – EAESP	(11) 30441925	<a href="mailto:idomingues@jgusp.br">idomingues@jgusp.br</a>
Irmã Terezinha de Sá Barreto	Pastoral Rural/Igreja Católica	3387-2023	
Israel R. Souza	BNB	91341438	<a href="mailto:iseuzo@bnb.gov.br">iseuzo@bnb.gov.br</a>
Ivan Leite Fontes	MOC	75 9199-6435	<a href="mailto:ivan@redeserra.com">ivan@redeserra.com</a>
Ivanildo Silva de Oliveira		3272-2181	<a href="mailto:ivanildoliveira@yahoo.com.br">ivanildoliveira@yahoo.com.br</a>
Jacks Leandro R. de Souza	Prefeitura Municipal de Serrinha	99698956	<a href="mailto:agrolendo@ig.com.br">agrolendo@ig.com.br</a>
JAIME Matos do Nascimento	CACTU Tucano	3272-2504/ 3221-6416	<a href="mailto:cactu@ig.com.br">cactu@ig.com.br</a>
Jerônimo Rodrigues Souza	UEFS	3224-8113	<a href="mailto:jubiabah@yahoo.com.br">jubiabah@yahoo.com.br</a>

Jildiney Conceição Carneiro	Prefeitura Municipal de Ichu	684-2040/ 3684-2401	
João Francisco da Silva Neto	AMAC	202-1228	<a href="mailto:nettodreiro@yahoo.com.br">nettodreiro@yahoo.com.br</a>
Joelma dos Santos Oliveira	Prefeitura Municipal de Valente	32632221	
José Alves de Souza	STR Monte Santo	275-1123	
José Antonio Lopes	STR Barrocas	3608-2378	
José Arnaldo de Andrade Oliveira	Prefeitura Municipal de Santaluz	265-3159/ 91216692	
José Carlos da Silva Almeida	STR de Quijingue	3387-2061	
José Carlos Luz de Oliveira	BNB Feira de Santana	3623-5411	<a href="mailto:josecarloslo@bnb.gov.br">josecarloslo@bnb.gov.br</a>
José Claret Chaves	APAEB Valente	3263-2181	<a href="mailto:rp@apaeb.com.br">rp@apaeb.com.br</a>
José Eugênio de Santana	APAEB Araci	3266-2301	<a href="mailto:apaebaraci@bolanet.com.br">apaebaraci@bolanet.com.br</a>
José Evandro Oliveira	COOMAP	3684-2024	
José Gonçalves	Prefeitura de Nordestina	3650-2133/ 2125	<a href="mailto:nordestina@sisalnet.com.br">nordestina@sisalnet.com.br</a>
José Hamilton da Silva	STR Santa luz/ FATRES	265-2532	<a href="mailto:tesouraria@megalinks.com.br">tesouraria@megalinks.com.br</a>
José Osmilton Ribeiro da Silva	STR Cansação	3274-1097	
José Paulo Crisóstomo Ferreira	ASCOOB	91996416	<a href="mailto:zepaulo@ascoob.org.com">zepaulo@ascoob.org.com</a>
José Pereira de Santana	CMDRS	268-2076	
José Plínio de Oliveira	UNEB Coité	261-5646/ 3262-077	<a href="mailto:pliniooliveira@ig.com.br">pliniooliveira@ig.com.br</a>
José Raimundo Almeida de Araújo	EBDA Cansação	274-1119	
José Robson Silva Oliveira	COOPER Coité	3218-5042	<a href="mailto:fortaleza@moc@ligbr.com.br">fortaleza@moc@ligbr.com.br</a>
José Rui do Nascimento	3387-2040/ 2061	3387-2040 2061	
José Zito Souza	STR Cansação	3274-1097	
Jucineide S. de Miranda	Prefeitura Municipal de Araci	3266-2262	
Judvan José Rocha Sobrinho	Prefeitura Municipal de Quijingue	3387-2124	
Juscelino Nunes Rocha	STR Monte Santo	275-1123	
Lázaro José dos Santos Silva	STR Queimadas	3644-1177	
Lindemberg T. Barreto	Prefeitura Municipal	91154809	<a href="mailto:linbarreto@hotmail.com">linbarreto@hotmail.com</a>
Luiz Paulo Silva	AMAC	AMAC	<a href="mailto:lulasilva@yahoo.com.br">lulasilva@yahoo.com.br</a>
Luzivaldo Souza dos Santos	APAEB Ichu	3684-2132	
Manoel Rosa dos Santos	STR Nordestina	3650-2155	
Maria do Carmo de Jesus Santos	MMTR	268-2788	
Maria Eliana Lima Santos	FETRAF	3262-1543	<a href="mailto:Elv13@bol.com.br">Elv13@bol.com.br</a>
Maria Madalena Oliveira firmo	STR Valente/ FATRES	3263-2389/ 3263-2376	<a href="mailto:strvalente@sertao.net">strvalente@sertao.net</a>
Maria Margarida	STR Ichu	36842102/	<a href="mailto:strichu@sisalnet.com.br">strichu@sisalnet.com.br</a>

		88039114	
Maria Nilma Medrado Silva	APAEB Valente	81066150	<a href="mailto:nilmamedrado@hotmail.com.br">nilmamedrado@hotmail.com.br</a>
Maria Reinilda Dalto Moura	SDT	(71) 3932151	<a href="mailto:maria_sa2004@yahoo.com.br">maria_sa2004@yahoo.com.br</a>
Maria Suza Pimentel de Miranda	STR Tucano	272-2047	
Maria Zélia de Oliveira	EBDA Serrinha	3261-2307	<a href="mailto:ebdaserr@redeserra.com">ebdaserr@redeserra.com</a>
Marilene L. da Silva	STR Itiuba	74/3546-1148	<a href="mailto:strittiuba@ifrnet.com.br">strittiuba@ifrnet.com.br</a>
Marilza Lima Barreto	MMTR	3261-1465	
Marineide Dias Morais	MMTR – Retiro	99719974	
Marleide Antunes Barreto	UNEB Serrinha	3261-2168/ 88012417	<a href="mailto:campus_xi@uahoo.com.br">campus_xi@uahoo.com.br</a>
Milton Ribeiro de Almeida	SEAGRI/Cansanção	99986484	
Mônica Morup de Oliveira Torres	UMNEB Serrinha	3261-2168/ 3268-2086	<a href="mailto:moncamor@bol.com.br">moncamor@bol.com.br</a>
Nayara Cunha da Silva	MOC	3221-1393	<a href="mailto:nayara@moc.org.br">nayara@moc.org.br</a>
Nelson J. Lopes	EFASE	(3275-5040)	
Nilton dos Santos Araújo	STR São Domingos	695-2296	
Pastoral Rural/Igreja Católica	FATRES/ Mova-Brasil	3263-2376/ 81075464	<a href="mailto:claudienegon@yahoo.com.br">claudienegon@yahoo.com.br</a>
Raimundo Costa	Prefeitura Municipal de Itiuba	74)3546-1314	<a href="mailto:costatec@hotmail.com">costatec@hotmail.com</a>
Raimundo Nonato de Souza Vaccarezza	Prefeitura Municipal de Candeal	335-2101	
Reginaldo Farias do Carmo	Prefeitura Municipal de Tucano	3272-1291/ 2181	
Reinaldo Lopes de Oliveira	SICOOB Valente	363-2337	
Robson Silva Sena	ASCOOB	3265-037/ 3614-7001	<a href="mailto:Robson@coopitapicuru.com.br">Robson@coopitapicuru.com.br</a>
Romário da Silva	STR Candeal	3235-2007	<a href="mailto:strcande@sisalnet.com.br">strcande@sisalnet.com.br</a>
Romildo Simões da Silva Gomes	COOPERJOVENS	3644-1510	<a href="mailto:cooperjovens@bol.com.br">cooperjovens@bol.com.br</a>
Rosilda Alves da Silva Reis	STR Nordestina	650-2155	
Rosilda de Oliveira Rios	Central Ciberela/ Arcos FM	32021226	<a href="mailto:centralcyberela@bol.com.br">centralcyberela@bol.com.br</a>
Rosival Santos Gonçalves	CEAIC	91131671	<a href="mailto:ceaicceaic@yahoo.com.br">ceaicceaic@yahoo.com.br</a>
Salvador José de Oliveira	Prefeitura Municipal de Valente	363-2029/ 2221	
Samuel Silva dos Santos	STR Itiuba	74)3546-1148	<a href="mailto:strittiuba@ifrnet.com.br">strittiuba@ifrnet.com.br</a>
Sandra Souza Queiroz	PETI Serrinha	3261-3344	<a href="mailto:apaebsserrinha@redeserra.com">apaebsserrinha@redeserra.com</a>
Sergio de Oliveira Santiago	PETI Serrinha	3261-3344	
Silvio Soares da Silva	CAMUQ	3644-1177/ 1552	
Tatiana Ribeiro Velloso	ADS	91298048	<a href="mailto:tatianavelloso@uou.com.br">tatianavelloso@uou.com.br</a>
Telma Regina B. N. Ressurreição	UNEB – CAMPUS XI/ PRONERA	3261-5035	<a href="mailto:telmareginaserrinha@yahoo.com.br">telmareginaserrinha@yahoo.com.br</a>
Tereza Alves Góes Dias Bonfim	EBDA Santaluz	265-2251	
Terezinha Aparecida F. de Oliveira	SEDU	3266-2333	<a href="mailto:Seduc_Araci@bol.com.br">Seduc_Araci@bol.com.br</a>

Valdir Fiamoncini	FATRES	644-3037/ 81070602	<a href="mailto:Valdir@coopitapicuru.com.br">Valdir@coopitapicuru.com.br</a>
Valdiro de Jesus Pimentel	Central da Associações/ CACTU	91150713	<a href="mailto:cactur@ig.com.br">cactur@ig.com.br</a>
Valter Santos da Silva	CARUA Araci	3266-1290	<a href="mailto:valtersilva@bolanet.com.br">valtersilva@bolanet.com.br</a>
Vera Maria Oliveira Carvalho	MOC	3221-1393	<a href="mailto:verinha01@hotmail.com">verinha01@hotmail.com</a>
Waldir Vogel	COOPMEL	3261-1334	<a href="mailto:vogelwaldir@ig.com.br">vogelwaldir@ig.com.br</a>
Zenóbio Silva	ADS	71)3328-2464	

### 13.6.2. Localização do Território do Sisal



### 13.6.3. Missão do CODES

Contribuir para o desenvolvimento integral, participativo e ecologicamente sustentável do Território Sisal, priorizando o fortalecimento da cidadania, a erradicação da exclusão social e a melhoria da qualidade de vida, através da articulação dos sujeitos e das políticas públicas e apoiando e incentivando ações e projetos referenciais.

### 13.6.4. Princípios do CODES

- Combate a qualquer forma de discriminação, com a promoção de relações sociais baseadas no respeito às igualdades e diferenças de gênero, etnia e geração;
- Comprometimento com a justiça;
- Comprometimento com a gestão pública, respeitando e garantindo a participação de todos e todas e implementando o fortalecimento das práticas democráticas;
- Respeito ao meio-ambiente, priorizando as práticas agroecológicas;

- Divulgação e apoio às práticas de metodologias e tecnologias voltadas para o desenvolvimento sustentável, com base em uma política de planejamento, monitoramento e avaliação;
- Promoção e valorização da Agricultura Familiar, da economia solidária e da cultura do Território.

### 13.6.5. Entidades Integrantes do CODES SISAL

<b>Poder Público</b>	<b>Sociedade Civil</b>
Prefeitura Municipal de Araci	Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Araci - APAEB Araci
Prefeitura Municipal de Barrocas	Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Serrinha - APAEB Serrinha
Prefeitura Municipal de Biritinga	Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira - APAEB Valente
Prefeitura Municipal de Candéal	Agência Regional de Comercialização do Sertão da Bahia - ARCO Sertão
Prefeitura Municipal de Cansanção	Centro de Apoio às Iniciativas Comunitárias do Semi-Árido da Bahia - CEAIC
Prefeitura Municipal de Conceição do Coité	Cooperativa de Beneficiamento e Comercialização - COOBENCOL
Prefeitura Municipal de Ichu	Cooperativa Regional de Artesãs Fibras do Sertão - COOPERAFIS
Prefeitura Municipal de Itiúba	Cooperativa de Produção de Jovens da Região do Sisal - COOPERJOVENS
Prefeitura Municipal de Lamarão	Cooperativa dos Apicultores do Semi-árido Baiano - COOPMEL
Prefeitura Municipal de Monte Santo	Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares da Região do Sisal e Semi-árido da Bahia - FATRES
Prefeitura Municipal de Nordestina	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais - MMTR
Prefeitura Municipal de Queimadas	Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Ichu - STRAF Ichu
Prefeitura Municipal de Quijingue	Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Itiúba - STRAF Itiúba
Prefeitura Municipal de Retirolândia	Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Monte Santo - STRAF Monte Santo
Prefeitura Municipal de Santa Luz	Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Queimadas - STRAF Queimadas
Prefeitura Municipal de São Domingos	Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Quijingue - STRAF Quijingue
Prefeitura Municipal de Serrinha	Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Santa Luz - STRAF Santa Luz
Prefeitura Municipal de Teofilândia	Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Serrinha - STRAF Serrinha
Prefeitura Municipal de Tucano	Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Tucano - STRAF Tucano
Prefeitura Municipal de Valente	Associação de Rádios Comunitárias do Sisal - ABRAÇO Sisal
<b>Entidades de Apoio (governamentais e não-governamentais)</b>	
Agência de Desenvolvimento Solidário - ADS Bahia	
Banco do Nordeste do Brasil - BNB - Agência Feira de Santana	
Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola - EBDA - Gerência Regional de Serrinha	
Federação das Cooperativas de Crédito de Apoio a Agricultura Familiar - FENASCOOB	
Movimento de Organização Comunitária - MOC	
Rede de Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semi-Árido - REFAISA	

#### **14. Mobilização coletiva e o incentivo à participação na gestão das políticas territoriais**

Diante das diversas dificuldades e da falta de acompanhamento das políticas de desenvolvimento e visando assumir a nova política de desenvolvimento rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário, um passo estratégico foi dado em 2003, a criação do Território do Sisal e constituição jurídica do CODES Sisal que permitiu aportar recursos e investimentos do Governo Federal para a região permitindo que as diversas entidades já constituídas a um certo tempo, pudessem propor projetos e acessar recursos para capacitação e para outros fins.

Com propósito de colaborar no processo de capacitação dos conselheiros ligados aos CMDRs a Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares da Região do Sisal e Semi-árido da Bahia – FATRES, executou um projeto denominado Diagnóstico dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira da Bahia para subsidiar a formulação de Plano Regional de apoio à reestruturação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS do Território do Sisal. Este Projeto foi financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA dentro da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT e convênio assinado em parceria do Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CODES Sisal, dentro do recurso do PRONAF infra-estrutura e serviços, linha de capacitação (FATRES,2003).

O Processo formativo foi realizado entre agosto e dezembro de 2005 nos 20 municípios<sup>36</sup> que compõe o Território do Sisal, tendo como foco principal, desenvolver ações para sensibilização e capacitação dos conselheiros e fazer diagnóstico dos Conselhos Gestores Municipais de co-operacionalização e co-gestão das políticas setoriais de desenvolvimento territorial no âmbito do CODES Sisal, que abrange os

<sup>36</sup> Araci,Barrocas, Biringinga, Conceição do Coité, Candeal, Cansanção, Ichú, Itiuba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, São Domingos, Santa Luz, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente.



municípios citados e para subsidiar a elaboração de um Plano Regional de Apoio à Re-estruturação dos CMDRS.(FATRES, 2004).

O Projeto tinha como objetivo contribuir com os CMDRS, pertencentes ao Território do Sisal, nos seus processos municipais de re-estruturação para a construção e implementação da política regional de desenvolvimento territorial sustentável desenvolvida pelo CODES Sisal a partir da orientação política do MDA/SDT, bem como, conhecer e refletir sobre as condições dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável dentro da nova dinâmica de territorialidade como política de gestão. Entre as várias atividades tinha ainda como propostas: 1) sensibilizar e capacitar os conselheiros municipais para funcionamento e exercício do papel dos CMDRS frente à política de desenvolvimento territorial do CODES Sisal; 2) diagnosticar as reais demandas dos CMDRS para implementação, no âmbito municipal, da política de Desenvolvimento Territorial Sustentável desenvolvida pelo CODES Sisal; 3) subsidiar a discussão e elaboração de um Plano Regional de Apoio à Re-estruturação dos CMDRS realizando diversas atividades e ações integradas a nível local e regional; 4) resgatar o contexto em que foram implantados os CMDRS na gestão dos PRONAF na região do sisal; 5) mapear as mudanças a partir das ações dos CMDRS na região em relação ao desenvolvimento sustentável e melhoria de qualidade de vida.( FATRES, 2005).

Na região há uma real necessidade de conhecer mais detalhada o processo de (re)definição da política nacional do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), sobre a orientação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), para incentivo e apoio à criação e organização dos territórios, a partir dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Territorial, enquanto espaço político efetivo de definição e implementação das políticas e dos recursos, produziu uma crise de identidade político-administrativa nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS).

Dessa forma, esses conselhos tiveram o seu papel estratégico esvaziado ou pelos menos redefinidos, desconhecendo, assim, qual seria a sua importância dentro do novo contexto de funcionamento do PRONAF (CMDR, 2006). Na região sisaleira da Bahia, com a criação e pleno funcionamento do CODES Sisal, enquanto ator político regional de articulação, mobilização e gestão das políticas de fortalecimento da agricultura familiar, todas as forças políticas e sociais de interesse público (tanto governamentais e

não-governamentais) se deslocaram para disputarem os seus diversos projetos políticos institucionais de intervenção na região, dentro desse Colegiado Territorial (FATRES, 2004). O resultado desse processo, para os municípios, no entanto, foi à intensificação da falta de atuação dos CMDRS, sem qualquer compreensão da sua real importância política frente à nova estratégia do governo nos âmbitos nacional e regional.

De modo geral, os representantes dos conselheiros municipais e mesmos das entidades da sociedade civil (Sindicato de Trabalhadores Rurais, Associações Comunitárias, Cooperativas dentre outros) desconhecem a nova proposta de desenvolvimento local a partir da perspectiva de territorialidade, a dimensão nova (colocada para os CMDRS) de co-construção, de co-concertação e de co-gestão das políticas setoriais voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar e convivência com o semi-árido, dentre outras questões (FATRES, 2004).

Para tanto, carece de um conhecimento concreto das reais condições de existência dos CMDRS para poderem desempenhar tal papel, a partir dessa nova conjuntura assumida pelo PRONAF no país. E nesse sentido, algumas questões se apresentaram como politicamente estratégicas: a capacitação dos conselheiros e representantes das entidades da sociedade civil sobre os novos rumos políticos em curso no Brasil e na região e a realização de um diagnóstico regional das reais demandas dos CMDRS enquanto condição de desenvolvimento de ações específicas voltadas para a sua re-estruturação na perspectiva de viabilização da política de desenvolvimento territorial local/regional levada a cabo pelo CODES Sisal. (FATRES, 2005).

Além do proposto o Projeto consistia ainda em contemplar as ações integradas que se subdividiam em: 1) ações voltadas para a sensibilização e capacitação dos conselheiros municipais e sobre a política de desenvolvimento territorial proposta e implementada pelo CODES Sisal e 2) ações que visavam diagnosticar as reais demandas dos CMDRS para o seu pleno funcionamento e exercício efetivo do papel de co-gestão das políticas públicas setoriais voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar no contexto do semi-árido da Bahia. (Projeto FATRES/CODES, 2005).

O CODES Sisal, entidade representativa para a mobilização, articulação e gestão das políticas públicas regional voltadas para o desenvolvimento do Território do Sisal, a partir da estratégia de fortalecimento da agricultura familiar num contexto de semi-árido, necessita, no entanto, que haja um pleno funcionamento dos CMDRS. Isso implica, no entanto, que os conselheiros gestores municipais e representantes das

entidades da sociedade civil disponham de conhecimento aprofundado acerca da nova orientação política dada pelo MDA/SDT para o PRONAF. Mas requer, sobretudo, que os CMDRS reúnam condições infra-estruturais para serem potencializados numa nova dimensão (integrada) de co-construtor, de co-concertador e de co-gestor, no âmbito do município, das políticas públicas setoriais na perspectiva de desenvolvimento rural sustentável.

Nesse sentido, duas demandas estratégicas, de modo especial, se nos apresenta para que os CMDRS possam assumir um papel viabilizador do desenvolvimento territorial a partir de ações locais: 1) sensibilização e capacitação dos conselheiros municipais e de representantes das entidades da sociedade civil sobre o processo em curso e a sua concepção e estratégia de ação; 2) mapeamento das reais demandas dos CMDRS para subsidiar a elaboração de um Plano de Apoio. O projeto apresentado pela FATRES assume, frente ao CODES Sisal e MDA/SDT, o compromisso institucional de aportar recursos para implementar ações que buscam potencializar os CMDRS para o desempenho e exercício de nova missão político-administrativa frente ao PRONAF (FATRES,2004).

## **15. Considerações finais**

O reconhecimento da importância do compromisso social das lideranças idealistas de movimentos sociais bem-sucedidos aliado a uma prática política coerente, como um tipo eficaz de capital social. As iniciativas já implementadas comprovam que é possível desenvolver ações que permitam a geração de emprego e renda e a convivência com o semi-árido, contribuindo assim para fixação no campo, em melhores condições de vida. As ações de infra-estrutura, capacitação e serviços, além da diversificação de atividades econômicas, agregação de valor aos produtos da agricultura familiar, garantem o desenvolvimento de novas oportunidades de geração de renda, constituindo-se em atividades de fundamental importância para os pequenos agricultores familiares.

A mobilização coletiva e o incentivo à participação não só de elaboradores dos programas/projetos, mas também da participação dos destinatários/beneficiários nos mesmos, a fim de reforçar a relação entre a eficácia de políticas de desenvolvimento e a participação democrática ativa.

Qualquer ação que tem por objetivo a promoção da Agricultura Familiar tem que levar em consideração não somente as diversas vertentes que compõem este desenvolvimento, quanto à diversidade presente na própria agricultura familiar. E esta diversidade pode ser observada na existência de inúmeros empreendimentos produtivos existentes no Território.

Observa-se que desde a institucionalização do PRONAF, houve esforços repetidos para estabelecer critérios de políticas de desenvolvimento rural que não estejam vinculados estritamente à produção agrícola. Em particular com o PRONAF infra-estrutura, atribuiu-se aos atores locais, através dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs), a capacidade de escolher sobre a destinação dos recursos públicos.

Além de explícita referência à dimensão territorial do desenvolvimento rural, o PRONAF infra-estrutura encoraja a participação de atores diversos, tanto privados como públicos, que não são estritamente vinculados a interesses agrícolas. Essa mudança institucional visava, além da promoção do desenvolvimento local, garantir que as decisões coletivas não estejam pautadas exclusivamente por critérios produtivos. Com esse propósito, o CMDR representa um dispositivo que, em princípio, poderia estabelecer as bases de políticas de desenvolvimento rural capazes de responder ao desafio das transformações em curso nos espaços rurais

Entre outras coisas, cabe aqui destacar dois processos com forte impacto nas dinâmicas desses espaços. Por um lado, o acesso às principais cadeias agro-alimentares está cada vez mais restrito a um segmento de produtores que dispõe de ativos fundiários, de recursos tecnológicos e de competências organizacionais e comerciais. Por outro lado, pesquisas realizadas ao longo da década de 1990 revelaram que a existência de um novo (ou outro) rural, marcado, em particular, pelo crescimento das atividades rurais não agrícolas (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

Nesse contexto e num ambiente institucional de reformulação do desenho das políticas públicas com vistas à valorização das capacidades dos agentes locais de participar e dar maior transparência às escolhas públicas, o CMDR emergiu como um dispositivo fundamental para dar sustentação a novas políticas de desenvolvimento rural, isso é um fato inegável. Se esses conselhos tem conseguido e como tem conseguido fazer isso é o que precisa ser melhor debatido.

De fato a dinâmica política e social dos CMDRs do Território do Sisal (FATRES, 2005), em diferentes situações, remete para uma postura de se fazer urgentemente uma reflexão a sobre a situação desses conselhos sob pena de se correr o

risco de inviabilizar futuros projetos com foco para o meio rural na região. É preciso tratar sinteticamente o pano de fundo histórico e intelectual no qual surgiram esses dispositivos institucionais.

Mas no entanto, o nível local de poder, na medida de sua proximidade com os cidadãos, tornava-se essencial na perspectiva democrática. Esta percepção rompia com uma visão que enxergava no município um lugar de considerável dominação, arcaísmo e conservadorismo, a figura do coronel, estacada na obra pioneira sobre o poder local de Victor Nunes Leal (1997), fornecendo uma dimensão do poder dos chefes políticos locais. Todavia, esta metamorfose na representação do local não deve implicar numa negligência do peso da tradição piramidal de distribuição de poder no Brasil – cuja formação social é marcada por arranjos autoritários fundados na tríade monocultura, grande propriedade e escravidão – que impregna a sociedade em todas as suas instituições.

Por outro lado, a crítica contra os limites da democracia representativa na América Latina – no que se refere à apatia político-partidária, associada à ausência de controle dos cidadãos e dos partidos sobre os eleitos, os quais desobrigam-se das plataformas políticas e vontades manifestas por atores sociais, num quadro de acentuada desigualdade social – favorece a implantação de experiências visando ampliar o cânone democrático, nos termos de Boaventura de Sousa Santos e Leonardo Avritzer (2002). Neste experimentalismo na esfera estatal, a engenharia em torno dos conselhos municipais procura edificar novas formas de relação do Estado com a sociedade.

Na reflexão sobre essa relação, os conceitos de esfera pública como revela o filósofo alemão Jürgen Habermas em seus trabalhos tal como a sociedade civil merecem ser destacados. O primeiro se refere ao campo de relações sociais no qual se confrontam e se conformam interesses e reivindicações. Do ponto de vista da análise sobre a democracia, trata-se de averiguar em que medida os atores conseguem evitar o controle e manipulação pelo Estado e pelo mercado. Nesta linha investigativa, torna-se indispensável identificar e explicar as diferentes configurações da esfera pública, o que implica considerar tanto a mediação no campo político-administrativo quanto as diferentes dimensões da sociedade civil (SILVA, 2004).

Nessa linha de análise, Sérgio Costa (2002) sugere que este campo é marcado antes por relações sociais de solidariedade que de competição, o que conduz a pensar nas dinâmicas em torno das definições de ações e regras visando reger a vida comum.

Mesmo considerando os diferentes perfis da sociedade civil, cuja trajetória histórica pode conduzir a fortes bloqueios às propostas de democratização da esfera pública, cabe aqui levantar as possibilidades de processamento e transmissão operados pelos atores da sociedade civil das aspirações vindas das famílias rurais. Trata-se então de refletir sobre as circunstâncias nas quais temas do âmbito da multifuncionalidade da agricultura (Schneider, 2003) transformam-se em questões do debate nas esferas públicas locais e, particularmente, em que medida os conselhos municipais de desenvolvimento rural contribuem com este fenômeno.

Na reflexão sobre participação social e conselhos de desenvolvimento rural, convém igualmente salientar que o movimento ambientalista e a emergência de idéias em torno do desenvolvimento sustentável concorrem, por outras vias, para o fortalecimento de prescrições participativas, ao considerar o conhecimento local como essencial para a concepção de projetos fundados na valorização dos recursos disponíveis. Esta perspectiva pressupõe a multiplicação dos canais abertos à manifestação dos atores locais.

Em meio a estas diferentes visões, vale lembrar que as lógicas do programa Comunidade Solidária estimularam, ao longo dos anos 90, a instalação de conselhos municipais em diversas esferas da vida social, inclusive em relação às políticas de desenvolvimento rural. Nesse terreno, o debate esteve associado à invenção das políticas de fortalecimento da agricultura familiar, cujas características, numa perspectiva de sustentabilidade, permitiriam um desenvolvimento socioeconômico qualitativamente superior.

A coletânea publicada pela série Estados Rurais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul sobre experiências participativas em torno do desenvolvimento rural nos permite apontar os principais eixos da reflexão atual sobre estes conselhos municipais (SCHNEIDER, SILVA, e MORUZZI MARQUES, 2004).

Em primeiro lugar, a dependência dos conselhos municipais de desenvolvimento rural em relação aos fundos de instâncias estaduais e federais constitui um aspecto dos mais relevantes apontados nestes estudos. Assim, os programas concebidos nestas esferas determinam objetivos, problemas e formatos dos conselhos, o que tem implicado limites consideráveis para o desabrochar de iniciativas e mobilizações locais. O conselho funciona de maneira cíclica, flutuando em função das demandas dos programas estaduais e federais. De toda forma, cabe investigar aqui em que medida a constituição destes conselhos locais encoraja ou não a organização e transmissão dos

fluxos comunicativos entre o mundo da vida e a esfera estatal, tornando esta última mais permeável aos anseios de um número mais amplo de atores.

Em alguns aspectos, esta perspectiva de análise se aproxima da idéia segundo a qual os conselhos deveriam constituir mecanismos de geração e de reforço das sinergias entre as forças esparsas na sociedade. Nesta linha de reflexão, pode-se destacar os trabalhos em torno do capital social<sup>3</sup> elaborados por Ricardo Abramovay (2003), cujas críticas, aliás, são contundentes contra a delimitação municipal dos conselhos de desenvolvimento rural. Para o autor, embora o município seja em princípio uma esfera propícia para os cidadãos poderem controlar a vida pública, ele não constitui uma unidade pertinente para a mobilização de recursos e criação de laços sociais em vista da inovação e do desenvolvimento.

As exigências econômicas contemporâneas dos projetos de desenvolvimento implicam em considerar potencialidades e complementaridades presentes em territórios mais vastos que aquele do município. Esta posição certamente contribuiu para a recente reformulação do PRONAF Infra-estrutura, agora um instrumento da política de desenvolvimento territorial do Ministério de Desenvolvimento Agrário. Nesta perspectiva, o programa anunciava um esvaziamento dos conselhos municipais de desenvolvimento rural que, de toda evidência, passam a desempenhar um papel menor nas políticas de desenvolvimento territorial. A crítica que pode ser apresentada diante desta nova arquitetura consiste em observar uma descontinuidade abrupta de uma política que imprimia, apesar de todas as debilidades, renovação no funcionamento do poder municipal.

Quanto os limites da concepção de capital social proposta por Putnan (1996), autor muito mencionado no Brasil. Em instigante trabalho sobre o tema, o cientista social finlandês Martti Siisiäinen (2000) destaca que o excessivo enfoque de Putnan sobre a confiança e o consenso \_ vinculada à idéia de que associações voluntárias constituem a mais importante forma social de interação e reciprocidade, concepção presente na longa linha de estudo desde Tocqueville (1973) \_ negligencia a dimensão conflitual, presente num primeiro plano na obra de Bourdieu (2000), autor de outra conceituação de capital social. O autor finlandês menciona diferentes estudos mostrando que as sociedades nórdicas apresentam um dos maiores índices de confiança em todo o planeta e também os maiores graus de engajamento associativo voluntário. Provavelmente, estes países estariam no topo de uma escala medindo pontos positivos relativos ao capital social. Efetivamente, a confiança dos nórdicos reside, antes de tudo,

na capacidade de antecipar o futuro, possibilitada pelas instituições do Estado de Bem Estar Social. Todavia, o nascimento deste último esteve envolto em conflitos não por detalhes, mas relativos ao sistema político e econômico como um todo. A profunda contestação dos movimentos sociais constitui, portanto, o alicerce no qual se edifica o Estado de Bem Estar Social e as redes associativas solidárias nos países nórdicos.

Com suas brilhantes linhas sobre as “idéias fora do lugar”, Roberto Schwarz (2000) revela profundas raízes da conciliação canhestra entre o tradicionalismo paternalista, fundado no favor, obediência e cooptação, e a modernização liberal, propalada pelos ideólogos do progresso e da razão. Esta reflexão nos parece bastante oportuna para nossa análise, na medida em que os conselhos induzem a uma recombinação esaprumada entre os objetivos concebidos na órbita do planejamento central e as lógicas apegadas ao poder das autoridades locais, cuja arbitrariedade é camuflada por trocas desiguais de favores.

Quanto o programa do PRONAF, tem uma propagação de funcionamento voltada para conselhos municipais de desenvolvimento rural. Nas diretrizes do programa, estes últimos constituem um meio de superação das formas centralizadas e autoritárias de gestão das políticas públicas. Nesta perspectiva, os poderes públicos devem estabelecer condições para o exercício da “gestão social”, termo que ganha uma dimensão considerável nos documentos do PRONAF. Trata-se de um “modelo praticado com a participação majoritária e protagônica dos diferentes grupos sociais interessados na formulação, implantação, benefícios e impactos das ações de desenvolvimento”. Nesta linha, vislumbra-se a emergência de instrumentos gerenciais visando o aumento da sintonia entre ações governamentais e beneficiários, considerando notadamente as diferentes realidades agro-ecológicas e sócio-econômicas do Brasil. O planejamento participativo é fortemente recomendado a fim de que os diversos atores implicados possam democraticamente influir nos planos e projetos gerados, de uma maneira ascendente, refletindo, assim, os interesses das comunidades rurais (GOVERNO FEDERAL, 1995).

De acordo a esta concepção, o propósito é que, dessa forma, acredita-se combater o favor, o clientelismo e a dependência que são substituídos pelas idéias de contrato de gestão, direito aos serviços públicos, descentralização do planejamento, fortalecimento das organizações comunitárias, participação dos beneficiários e mobilização dos agricultores e suas comunidades. As responsabilidades de cada uma



das partes devem ser claramente identificadas e transparentes aos olhos dos interessados. Além de aprovar, acompanhar e avaliar os planos municipais de desenvolvimento rural, os conselhos deveriam controlar os gastos e a destinação dos recursos, numa abordagem de “gestão pública do orçamento público”.

No processo de estudo feito desta-se foi possível perceber os elementos que permitem uma interpretação das adaptações e acomodações locais das idéias concebidas com vistas a formatar programas participativos, como aquelas em torno da gestão social do PRONAF. Efetivamente, as dinâmicas dos conselhos municipais se ajustam às lógicas e representações fortemente incorporadas nas práticas dos atores locais implicados no debate sobre o desenvolvimento rural.

Com efeito, observa-se uma pouca permeabilidade dos conselhos à absorção e transmissão das aspirações das famílias rurais, o que implica numa repercussão bastante limitada da participação social na tomada de decisão em termos dos investimentos públicos. Por consequência, o debate local em torno dos conselhos municipais de desenvolvimento rural pouco areja o ambiente político local, o que não favorece a incorporação, na pauta de discussão e escolhas municipais, de demandas que possam ser identificadas com aspectos multifuncionais da agricultura, supostamente associados às referidas aspirações.

Em todo caso, mesmo que as idéias visando tornar mais democrático o poder local sejam abafadas no seio dos conselhos municipais de desenvolvimento rural, estes aqui contribuem para a germinação de perspectivas mais democráticas com vistas a uma reconfiguração da esfera pública local, notadamente quando favorece a emergência de dúvidas, divergências e impasses acerca da tomada de decisão. O reforço dos contornos destas perspectivas depende do grau de implicação e mobilização dos grupos mais atuantes nos CMDRs, em particular os sindicatos dos trabalhadores rurais, na construção destes novos canais de expressão de demandas e interesses dos atores sociais locais.

Com o trabalho desenvolvido no Território do Sisal é possível se ter um prévio diagnóstico sobre a situação dos CMDRs do Território do Sisal referente as particularidades no que se refere ao papel do conselho, comportamento dos conselheiros, participação da sociedade, as pautas reivindicação, o processo de participação das entidades (FATRES, 2005). Ficou claro que os CMDRs precisam fazer um trabalho voltado para as comunidades, para ouvir o povo (CMDR, 2006). Que é necessário fazer a reestruturação das entidades que representam a sociedade civil

organizada no que se refere à qualidade da participação e acompanhamento do seu conselheiro. Muitos conselhos precisam redefinir melhor os critérios de engessamento de novos conselheiros. Acaba sendo as mesmas pessoas o tempo todo.

A falta de planejamento das atividades do conselho, impede a participação quando o convite chega em cima da hora ou quando a data do evento já passou. E em muitos casos o acúmulo de atividades que fica a cargo de uma única pessoa, geralmente a mais informada, a que tem mais condição financeira, a que mora na rua, segundo o depoimento de membros do CMDR.

Em muitos conselhos notou-se que as ações não acontecem por que as ações não são socializadas e acabam por interesse próprio, selecionando os participantes estrategicamente, enviando o convite só para quem é de interesse do poder público. Agindo dessa forma acabam repetindo a velha prática que muitos gestores tinham de fazer política, tinha total autonomia para decidir tudo sozinho. Só que isso mudou e eles, na prática não querem aceitar e dificultam tanto as ações do conselho. Querem continuar naquela velha política de favores e não permitir nenhuma participação da sociedade. Hoje os conselhos estão incomodando muita gente.

Mesmo com falta de informação que ainda existe nesse imenso semi-árido, a população tem mais consciência do seu papel, de seus direitos, estão participando mais. Como afirmaram os conselheiros *“a sociedade conquistou a obrigatoriedade da inclusão de representantes da sociedade civil organizada nas pautas e discussões dos projetos de interesse do povo”*. Mas como bem afirmam isso só não basta, *“...é preciso continuar lutando para ter voz e vez, ter representantes da sociedade civil comprometido e apoiando e se comportando eticamente para ajudar a construir o espaço cidadão de efetivo diálogo de interesses comuns”*. (Messias vive-prefeito de Lamarão, 2006). A maioria dos conselheiros concordam que é preciso entender o seu papel e as várias formas de espaços que estão além do município e procurar obter o máximo de informações sobre eles. Que não precisa ficar com medo, pois existem leis que auxiliam e indicam como fazer o acompanhamento das ações do gestor público. Mas o que se vê na prática é o comodismo frente aos problemas e desafios.

Os conselheiros norteados por uma visão de futuro bem próximo, desejam que possa acontecer uma parceria segura entre sociedade civil e poder público visando discutir e planejar as ações com propósito de melhorar a realidade do município e conseqüentemente a qualidade de vida da população carente. Com bem disse Gecinival, presidente do CMDRS do município de Lamarão, *“...o futuro é o presente em*

*movimento. Que possamos transformar com união as dificuldades em resultados de melhoria de qualidade de vida para todos”.*

Ao revisar as etapas dos módulos de formação, percebeu-se que as opiniões dos conselheiros e participantes sobre o entendimento a respeito do seu papel enquanto conselheiro era bastante claro como bem expressa o relato de conselheiro quando diz que para ele *o conselheiro é alguém que fiscaliza e dá opiniões, ... é alguém que se representa e representa os outros*, diz ainda que nesse caso *“morre a idéia pessoal e nasce a idéia grupal”*. É um representante da entidade é alguém que faz um auto-análise das propostas. É uma pessoa de confiança da entidade, do grupo, da comunidade. Por isso, segundo ele, é muito importante se conscientizar sobre a responsabilidade do seu papel. *É alguém que educa e chama a comunidade a caminhar analisando e avaliando suas ações e redirecionar os esforços coletivos para a transformação social. “Hoje mesmo que quisesse, não poderia desistir. Lutar sempre!”* como afirma Gecinival membro do CMDR do município de Lamarão, 2006).

Para muitos conselheiros está bem claro que o desafio é saber como se vai avançar para que as coisas funcionem e a sociedade e poder público acredite nisso como uma política municipal. Citam que a estrutura regional do CODES (colegiado territorial) esvaziou os conselhos municipais; o poder de decisão foi transferido para a região, para o território. Que o governo do estado trabalhava sua política com o projeto Produzir III através do conselho do SUMAC<sup>37</sup> e faz como bem quer e diz, segundo eles, que está fazendo desenvolvimento. O Plano de Investimento Municipal –PIM<sup>38</sup>, propõe que os recursos da agricultura venha para o próprio FUMAC como subdesenvolvimento, que acaba sendo uma ação do poder público local através da CAR que trabalha condições mínimas para a geração de renda através das associações comunitárias.

Tem como desafio ainda apontado pelos conselheiros a reestruturação dos CMDRS para que possa funcionar de forma eficiente. Nesse sentido cabe questionar como o CMDRS poderá atender as necessidades e interesses da população e como pode ser construído com a parceria da sociedade organizada? O que está em jogo é a quantidade de recursos a fundo perdidos que os municípios estão perdendo para as

---

<sup>37</sup> Fundo municipal de desenvolvimento comunitário implantado a parti de 2001 na região.

<sup>38</sup> Plano ligado ao conselho do Fumac, coordenado pela Companhia de Ações Regionais, órgão do governo do estado e pela EBDA – Empresa Bahiana de Desenvolvimento Agrário.

outras regiões por conta de decisões políticas que acaba não decidindo a favor do povo ( relatório do CODES Sisal, 2006).

Na opinião dos conselheiros o CMDRS deve ser entendido como instrumento político para promover o debate sobre o processo de desenvolvimento e construção das políticas públicas, visando a melhoria da qualidade de vida da população excluída das decisões políticas dos poderes. Como um espaço de pensar a cidadania, um verdadeiro fórum de debate, de encontro de idéias dos diversos segmentos da sociedade. Como uma organização estruturada com condições de buscar melhorias para população.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei n. 8742, de 7 de dezembro de 1983. Lei Orgânica da Assistência Social.

\_\_\_\_\_. Legislação Suplementar. 2. ed. Brasília, DF: MPAS, SEAS, ago. 2001.

CARVALHO, Maria do Carmo; TEIXEIRA, Ana Cláudia (org.). Conselhos gestores de políticas públicas. São Paulo: Pólis, 2000.

DEMO, Pedro. Participação é conquista. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

GOHN, Maria da Glória. Conselhos gestores e participação sociopolítica. São Paulo: Cortez, 2001. (questões da nossa época. v. 84).

SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo K.; MARQUES, Paulo E. (Org.) Políticas públicas e participação social no Brasil Rural. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2004.

FAVARETO, Arilson; DEMARCO, Diogo (Coord.). Políticas públicas, participação social e as instituições para o desenvolvimento rural sustentável – uma avaliação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural. Brasília: IPEA, 2002.

ABRAMOVAY, R (2003) – *O futuro das regiões rurais* – UFRGS Editora – Porto Alegre

ABRAMOVAY, R. *Capital social: cinco proposições sobre desenvolvimento rural* (versão preliminar). II Fórum CONTAG de Cooperação Técnica. São Luís/MA, dezembro de 1998. (mimeo.)

ABRAMOVAY, R. *O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural*. Economia Aplicada – volume 4, nº 2, abril/junho 2000.

ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à idéia do desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, Jalcione & NAVARRO, Zander. *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997.

ALMEIDA, M. A. *Estudos de Gestão: Icapuí x Janduí*. Revista Pólis no 11, São Paulo, 1993.

ALTIERI, Miguel & MASERA, Omar. Desenvolvimento rural sustentável na América Latina: construindo de baixo para cima. In: ALMEIDA, Jalcione & NAVARRO, Zander. *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997.

APAEB-Valente. *Experiência Alternativa de Convivência com o Semi-árido*. Valente/BA, 1996. (mimeo.)

BOURDIEU, P. *Le Capital Social*. Actes de La Recherche 3, 1980.

CAMPANHOLA, Clayton. SILVA, José Graziano da. *Ações de políticas públicas para o novo rural brasileiro sob o enfoque no desenvolvimento local*. Disponível em: [www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/download/polpub.html](http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/download/polpub.html). Acesso em: 15 jul. 2003.

CAUME, David. A construção social de um outro ofício de agricultor. Tecnologia, meio ambiente e produção familiar no Brasil. *Cadernos do CEAS*. Salvador, CEAS, n.156, p.49-56. mar./abr.1995.

CERQUEIRA, Hugo E. da Gama. *A economia evolucionista: um capítulo sistêmico da teoria econômica?* Belo Horizonte:

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL - CAR/BA. *Alternativas Sócio-econômicas para o desenvolvimento da Região Sisaleira*. Série Cadernos CAR, nº 4. Salvador, julho de 1994.

COUTO FILHO, V. de A *Tendências para a agropecuária baiana*. Salvador/BA, 2000.

COUTO FILHO, Vitor A, MACHADO, Gustavo B. Novos Mundos Rurais. In *Série Estudos e Pesquisas*. Salvador, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 1999.

COUTO, Vitor de Athayde. A privatização do welfare state e o terceiro setor. Notas de leitura para o planejamento de uma nova economia social. *Revista do Desenvolvimento Econômico*. Salvador, UNIFACS, n.3, p.73-80. jan.2000.

DUFUMIER, Marc. La importancia de la tipologia de las unidades de producción agrícolas en el análisis-diagnóstico de realidades agrarias. In *Seminário Sistemas Agrários*. Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, s.d., s.n.

DUFUMIER, Marc; COUTO, Vitor de Athayde. Neoprodutivismo. *Caderno CRH*, n. 28, jan./jun. 1998.

ESTEVA, Gustavo. El debate sobre el desarrollo. *Economía Informa*. México, Facultad de Economía/UNAM, n.247, p.17-30. mai.1996.

GRAZIANO DA SILVA, José. O novo rural brasileiro. Campinas: UNICAMP, 1999.

GROPPO, Paolo. Diagnóses do sistema agrário. In *Seminário Sistemas Agrários*. Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, s.d., s.n.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito? *Revista Proposta*. Rio de Janeiro, FASE, n.71, fev.1997. p.5-10.

MACHADO, Gustavo Bittencourt. *Tendências e contradições na formação social e econômica do extremo sul da Bahia entre 1950e 2000*. 2000. 213 f. Dissertação

(Mestrado em economia) Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

MACHADO, Gustavo. Estruturação agrária na Bahia. *In Conjuntura e Planejamento*. Salvador. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, n. 52, set, 1998, p.31-40.

MILANI, Carlos. *Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições apartir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil)*. Salvador, BA: UFBA 2002. Disponível em <<http://www.adm.ufba.br/capitalsocial>>.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE/PNUD. *Agenda 21 brasileira*. Área temática: agricultura sustentável. 1999. (resumo).

MOC. *Cartilha Prevenção do Trabalho Infantil*. Abordagens Metodológicas. Feira de Santana: MOC, s.d.

OCDE (2001 a) – *Cities and regions in the new learning economy* - Paris

OLIVEIRA, Francisco. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflitos de classe*. Rio de Janeiro: 6a ed., Paz e Terra, 1993.

OLIVEIRA, Ildes F. de. *A Luta pela Autonomia e a Participação dos Camponeses*. Tese de Mestrado. Campina Grande/PB. UFPB, 1987.

OLIVEIRA, Nelson de. *Reforma agrária na transição democrática: a abertura dos caminhos à submissão institucional*. Salvador: CEAS; São Paulo: Loyola, 2001.

OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. São Paulo: EDUSP, 1999.

PUTNAM, R. *Comunidade e Democracia. A experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

REDE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS/SUL. Interconectando idéias e ideais na construção da agricultura do futuro. In: ALMEIDA, Jalcione & NAVARRO, Zander.

*Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável.* Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997.

RIBEIRO, Sílvia. Elementos para uma elaboração sobre o papel das ONGs na agricultura sustentável. In: ALMEIDA, Jalcione & NAVARRO, Zander. *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável.* Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997.

ROCHA, Ana Georgina Peixoto. Agroecologia e agricultura familiar. *Revista Ops.* Salvador, v.1, n.1, verão, 1996. p.22-26.

ROMEIRO, A. R. *Desenvolvimento sustentável e mudança institucional: notas preliminares.* Texto para discussão, nº 68, IE/UNICAMP, Campinas, SP, 1999.

ROMEIRO, Ademar. Entrevista. *Revista Ops.* Salvador: v.1, n.3, p. 8-22, Inverno, 1996.

SCHERER-WARREN, I. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização.* São Paulo, SP: HUCITEC, 1999.

SCHERER-WARREN, Ilse. Abrindo os marcos teóricos para o entendimento das ações coletivas rurais. In *Cadernos CRH*, Salvador, n. 28, jan-jun 1998, p.59-79.

SILVA, A. A. Do privado para o público. ONGs e os desafios da consolidação democrática. *Cadernos do CEAS.* Salvador, CEAS, n.146. p.36-46. jul./ago. 1993.

SILVA, Domingos Nascimento. A estrutura fundiária do Estado da Bahia: considerações a partir do Índice de Gini. Salvador: In *Conjuntura e Planejamento*, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, n.58, nov, 1998.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Mão-de-obra agrícola na Bahia.* (Série Estudos e Pesquisas) Salvador/BA: SEI, 2000.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Os 'novos mundos rurais' baianos.* Salvador: SEI, 1999. 88 p. (Série estudos e pesquisas, 42).

UNICEF. *Distintos olhares da cidadania.* Salvador: UNICEF, 1998.



VEIGA, J. E. da. *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo/SP: HUCITEC, 1991.

VEIGA, José Eli da, *Diretrizes para uma nova política agrária*. Disponível em: <www.nead.org.br>. Acesso em: 7 fev. 2003.

VILLA, M. A. *Camudos: o povo da terra*. São Paulo/SP: Editora Ática, 1997.

ABRAMOVAY, Ricardo (2003), *O futuro das regiões rurais*, Série Estudos Rurais, Porto Alegre: Editora da UFRGS.

BOLTANSKI, Luc e THEVENOT, Laurent (1991), *De la justification*, Paris: Gallimard.

BOURDIEU, Pierre (2000), *Les structures sociales de l'économie*, Paris: Seuil, 2000.

BURRELL, Alison (2003), "Multifonctionnalité, considérations non commerciales au cycle de Doha", in *Economie Rurale*, 273 (274), Paris: SFER, pp. 13-29.

CARNEIRO, Maria José e Braga, Carolina H. (2005), "A idéia de sustentabilidade na política participativa local: o CMDRS de Nova Friburgo/RJ", in *XII Congresso Brasileiro de Sociologia*, Belo Horizonte: Sociedade Brasileira de Sociologia.

CARNEIRO, Maria José e MALUF, Renato [org.] (2003), *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*, Rio de Janeiro: Mauad.

COSTA, Sérgio (2002), *As cores de Ercília: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais*, Belo Horizonte: Editora da UFMG.

GOVERNO FEDERAL (1995), *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar*, Brasília: Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária.

LEAL, Victor Nunes (1997), *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*, 3ª edição, Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

MARTI, Albert Massot (2003), "Le paradigme multifonctionnel: outil et arme dans la renégociation de la PAC", in *Economie Rurale* 273(274), Paris: SFER, pp. 30-44.

MOREDDU, Catherine (2003), "Multifonctionnalité: un aperçu des travaux de l'OCDE", in *Economie Rurale* 273(274), Paris: SFER, pp. 76-90.

PALMEIRA, Moacir (2000), "Eleição municipal, política e cidadania", *Tempo e Presença*, 310, Rio de Janeiro: Koinonia.

PETIT, Michel (2002) "La multifonctionnalité de l'agriculture: base d'un nouveau contrat social européen?", Séminaire Jean Monnet, Catania.

PUTNAN, Robert (1996), *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

RÉMY, Jacques (2004), “Os agricultores franceses: da especialização e intensificação da produção à multifuncionalidade e ao desenvolvimento sustentável”, *Estudos Sociedade e Agricultura*, vol. 12, nº 1, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ.

SANTOS, Boaventura de Sousa e AVRITZER, Leonardo (2002), “Para ampliar o cânone democrático”, in SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 39-78.

SCHNEIDER, Sergio, SILVA, Marcelo K. e MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo [org.] (2004), *Políticas públicas, participação social no Brasil rural*, Série Estudos Rurais, Porto Alegre: Editora da UFRGS,.

SCHWARZ, Roberto (2000), *Ao vencedor as batatas*, São Paulo: Editora Duas Cidades.

SIISIÄINEN, Martti (2000), “Two Concepts of Social Capital: Bourdieu vs. Putnam”, apresentado no ISTR Fourth International Conference, The Third Sector: For What and for Whom? Trinity College, Dublin, Irlanda.

GRAZIANO DA SILVA, José (1996), *A nova dinâmica da agricultura brasileira*, Campinas: Instituto de Economia/Unicamp.

SILVA, Marcelo Kunrath (2004), “Entre a norma e o factual: questões para uma análise sociológica dos processos de participação social na gestão pública”, *Política e Sociedade*, v. 1, nº 1, Florianópolis: PPGSP/CFH/UFSC, pp. 185-200.

TOCQUEVILLE, Alexis (1973), “A democracia na América”, (primeira publicação 1835) *Os pensadores*, São Paulo: Abril Cultural.

FREIRE, Felisbello. *História Territorial do Brasil*. Rio de Janeiro, Typ. Do Jornal do Comércio, de Rodrigues & C., 1906;

GUIMARÃES, Duque. *O Nordeste e as lavouras xerófilas*. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil, 2004.

IBGE. Censo Demográfico, 2000. Rio de Janeiro, 2001.

LIMA, Antonio Luiz de. *Extensão Rural e Desenvolvimento da Agricultura Brasileira*. UFV, Minas Gerais, 1987.

NASCIMENTO, Humberto Miranda. *Criação e acumulação de capital social no semi-árido brasileiro – o caso de Valente/Bahia*. Campinas, UNICAMP, 2003.

OLIVEIRA, Ildes Fereira de. *A Luta pela Autonomia e a Participação Política dos Camponeses; um estudo nas micro-regiões de Feira de Santana e Serrinha, no Estado da Bahia*. Dissertação de Mestrado. Campina Grande, UFPb, 1987.

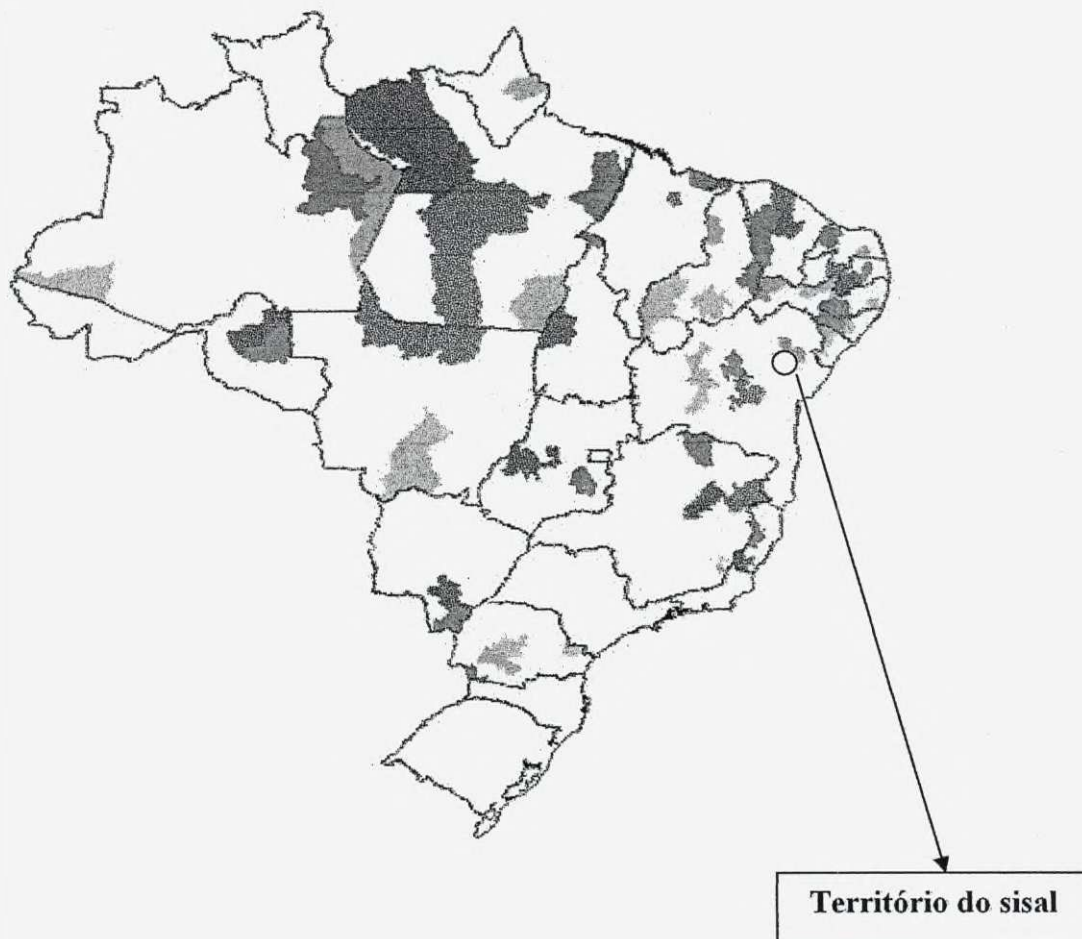
PLANO SAFRA TERRITORIAL DA REGIÃO SISALEIRA

PNUD/ONU. *Atlas do Desenvolvimento Humano*. Rio de Janeiro, 2001 (CD-Room).

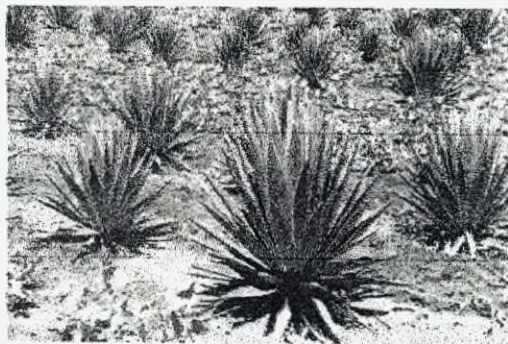
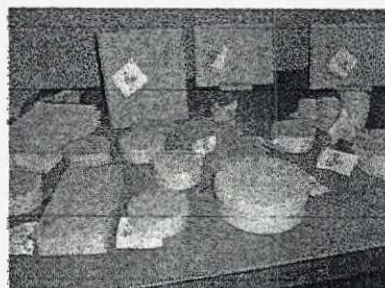
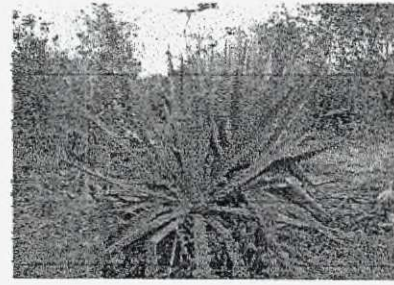
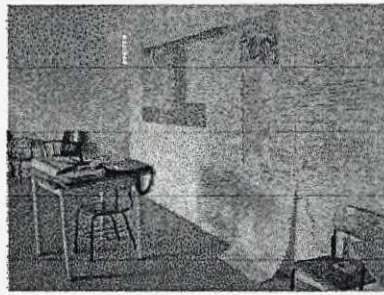
SILVA, Álvaro Luis Vasconcelos et ali. *APAEB: Uma História de Fibra, Luta e Subsistência*. Valente, APAEB, 1993,

## ANEXOS

## MAPA DO TERRITÓRIO



**Formação dos conselheiros dos CMDRs**



Sisal híbrido 1148. Monteiro-PB, 1995 (Foto Odilon Reny)  
Fonte: EMBRAPA (<http://www.cnpa.embrapa.br/sisal/sisalinfo.html>)

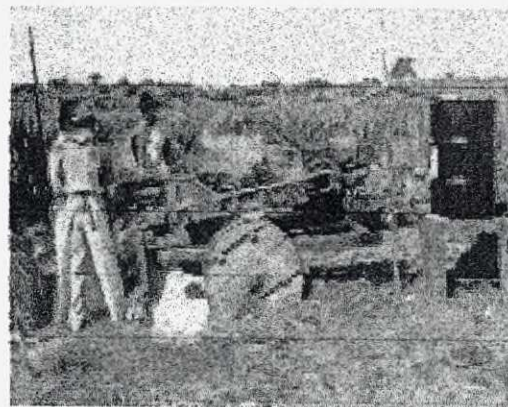


Figura 3 - Máquina Paraibana no Processo de Desfibramento

Foto: Arquivo Embrapa Algodão

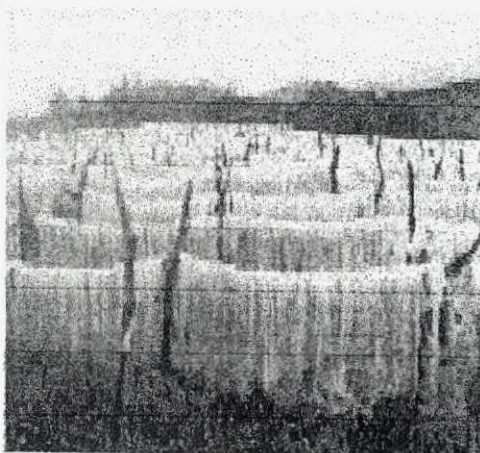


Figura 4 - Secagem das Fibras de Sisal

Foto: Arquivo Embrapa Algodão

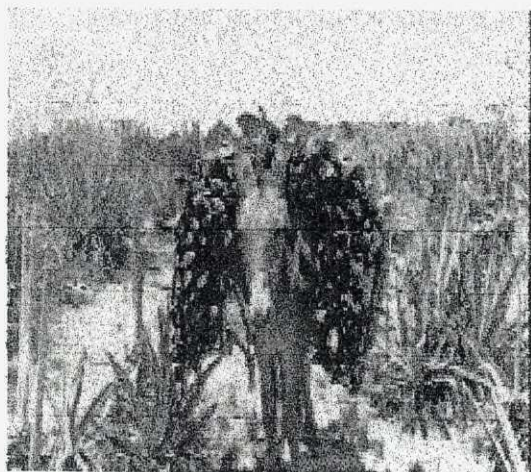


Figura 1 - Corte das Folhas do Sisal

Foto: Arquivo Embrapa Algodão



Foto Messias – Campo de fibra  
De sisal Valente/Ba.



Figura 1 - Corte das Folhas do Sisal

Foto: Arquivo Embrapa Algodão

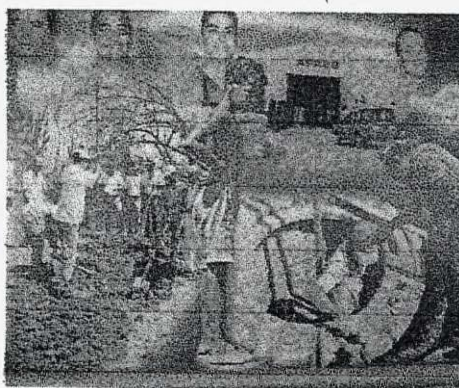


Foto Painel Sicoob/Valente/Ba



Foto Painel Sicoob/Valente/Ba

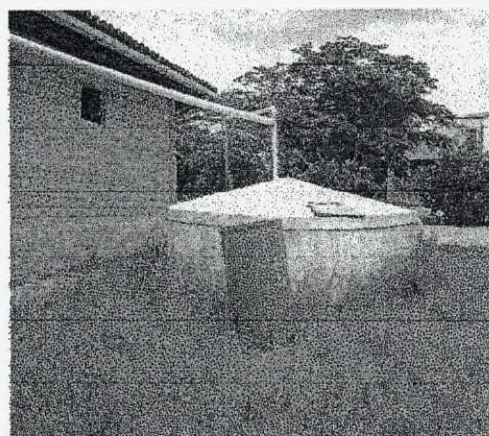


Foto Messias – EFA/Apaeb/Valente/Ba



Foto Messias – Batedeira Comunitária  
Limpeza do sisal

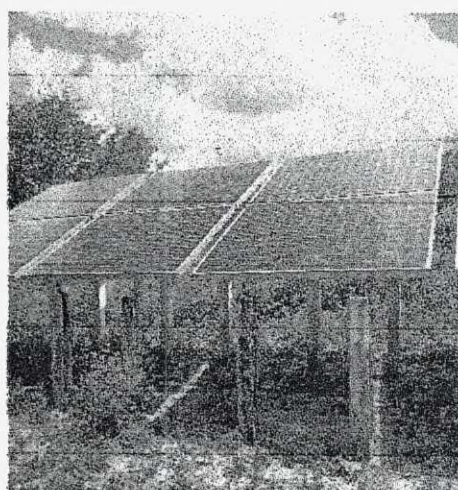


Foto Messias – Painel de energia  
solar EFA/Apaeb Valente-Ba



Foto Messias – capacitação do CMDR  
Retirolândia/ Ba





Foto Messias – Casa Brasil/Valente  
Discussão ensino Superior p/território do sisal

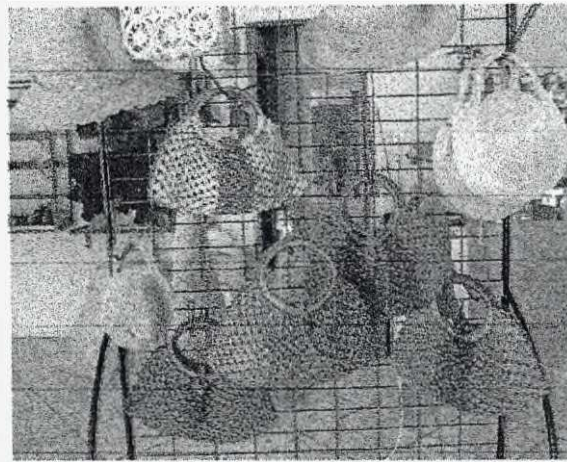


Foto Messias – peças artesanais de artesãs do território do sisal

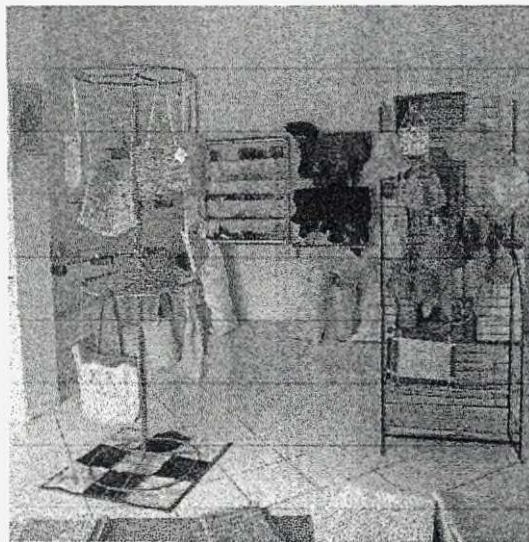


Foto Messias – artesanato posto  
de vendas – Território do sisal

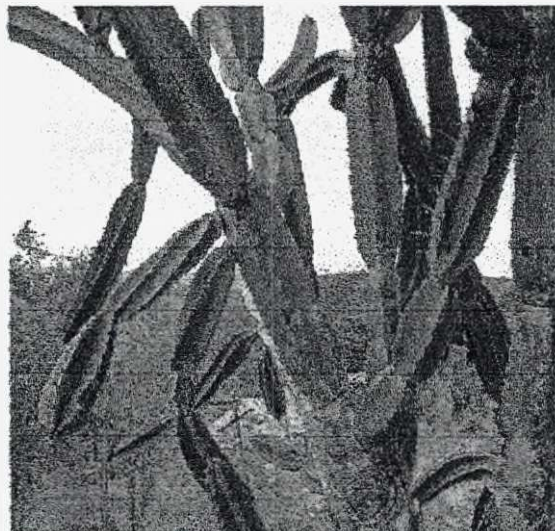
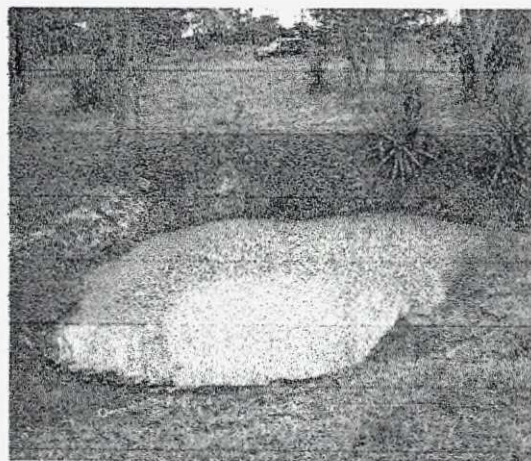
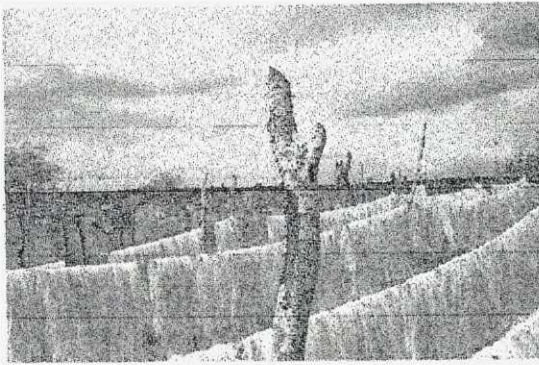
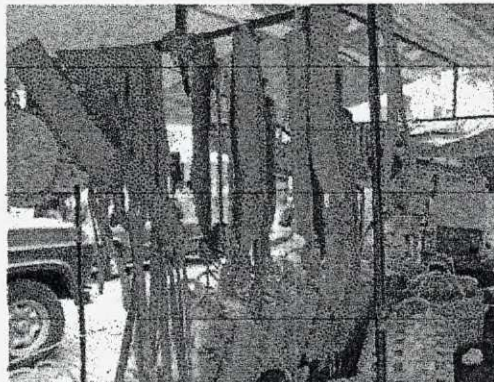
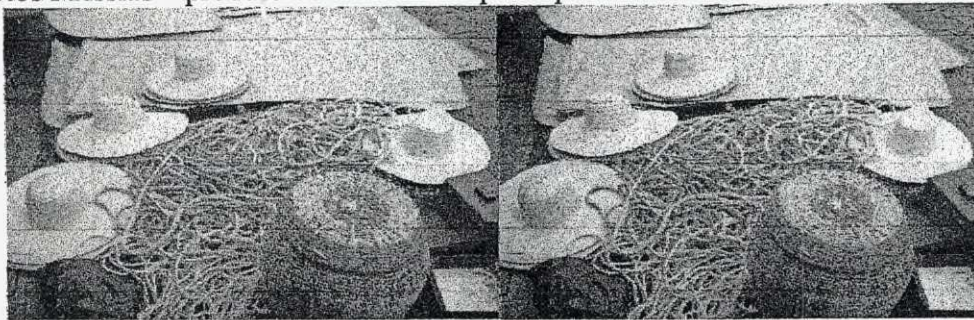


Foto Messias – caactos da região “mandacaru”





Fotos Messias – produto do sisal um as principais fontes de renda do território do sisal



Fotos Messias – produtos sendo comercializados na feira livre na cidade de Araci, município do Território do Sisal



José Silva – Processo formativo do CMDRS



José Silva – Processo formativo do CMDRS



José Silva – Processo formativo  
Avaliação do CMDRS - Candeal



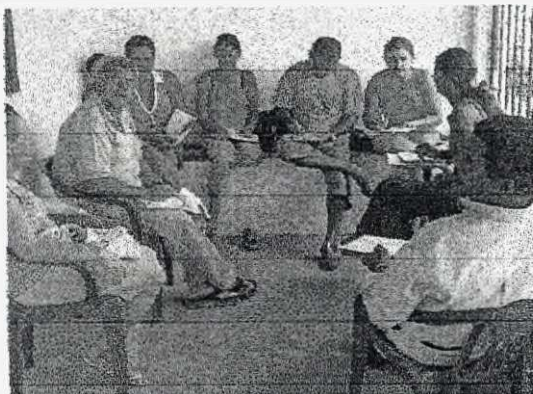
José Silva – Processo formativo do CMDRS  
Candeal



José Silva – Processo formativo Territorial  
Valente



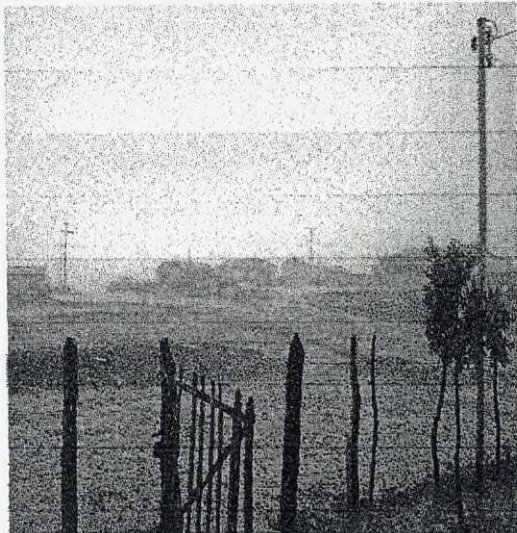
José Silva – Encontro Micro Regional  
Conceição do Coité



José Silva – Oficina Micro-Regional  
Conceição do Coité



José Silva – Participação do STRAF no Processo  
Formativo – Conceição do coité



Luiz Silva – Assentamento Alto Bonito  
Cansanção



Reunião do CODFES



Símbolo do CODES



Fabrica de Tapetes e Carpetes – APAEB